



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

Seminário Grupo Assessor Revisão da Composição do Conselho

Realizada em
Brasília/DF.
18 e 25 de Outubro de 2023.

(Transcrição ipso verbo)
Empresa RDK Degrações e Eventos

1 **Dia 18-10-2023 - Seminário GARCO - Parte 1:**

2 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – O SISNAMA é um departamento
3 ligado à Secretaria-Executiva do Ministério do Meio Ambiente. E queria agradecer a
4 presença do ministro Herman Benjamin, que aceitou o convite para estar aqui discutindo,
5 nesta manhã, com a gente a repercussão da decisão relacionada à ADPF 623. Estamos
6 aqui também com a presença do Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, o
7 João Paulo Ribeiro Capobianco. Eu vou fazer uma breve fala só sobre a contextualização
8 desse seminário, e vou passar a palavra para o João Paulo Capobianco fazer uma
9 saudação de boas-vindas. Esse seminário está sendo organizado pelo Grupo Assessor,
10 que está fazendo a revisão da composição do Conama. Esse Grupo Assessor foi criado
11 na nossa primeira plenária deste ano, com a retomada dos trabalhos do Conselho. A
12 gente teve esse ano um decreto que trouxe uma nova composição ao Conselho,
13 resgatando a composição anterior, na verdade, entendendo que era uma medida de
14 emergência para que o Conselho que tinha os seus trabalhos suspensos por uma
15 determinação do STF pudesse retomar as suas discussões, e que a revisão da
16 composição seria um trabalho feito de forma conjunta com os próprios conselheiros, de
17 uma forma democrática e participativa. E a criação desse Grupo Assessor é resultado
18 dessa decisão. Então, o Grupo Assessor se reuniu por duas vezes, decidiu que era
19 importante para que propostas de recomposição fossem discutidas, a gente
20 aprofundasse alguns conceitos, e, inclusive, o alcance dessa decisão do STF, que
21 suspendeu as atividades do Conselho por conta de um questionamento da sociedade
22 civil, em parceria com o Ministério Público, sobre a restrição da participação social no
23 Conselho. Então, eu acho que a gente, ao longo do debate, vai poder avançar um
24 pouquinho nas nossas motivações também do desejo da sociedade civil de qualificar a
25 sua participação. Mas, nesse momento, a minha fala vai ser bem breve, e eu gostaria de
26 passar a palavra ao João Paulo Capobianco.

27 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-
28 Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Bom dia a
29 todos e todas aqui presentes. Em nome do Ministério do Ambiente, da Ministra Marina
30 Silva e meu próprio, de toda a equipe do CONAMA, diretora Marcela e toda a sua equipe,

31 agradecer a presença de todos, agradecer muito a presença do nosso querido Ministro
32 Herman Benjamin, que tem sido uma pessoa muito atuante neste campo, nos apoiando
33 em várias iniciativas. Ontem mesmo tivemos a contribuição muito importante do ministro
34 num debate sobre questões do direito envolvendo a questão climática, um debate muito
35 interessante. E hoje temos aqui mais um momento relevante, que é justamente a
36 discussão absolutamente oportuna e necessária sobre a equidade na composição do
37 CONAMA. CONAMA, que é o maior conselho deliberativo da República, fundado pelo
38 saudoso doutor Paulo Nogueira Neto, num momento em que essas questões de
39 paridade, equidade, questões de gênero, toda a questão de representação de raça, isso
40 tudo não era um tema tão considerado na época. E o CONAMA veio operando ao longo
41 das décadas de forma muito positiva, muito produtiva, inclusive tendo sido reforçado pela
42 própria decisão do Supremo, que convalidou as suas decisões, uma decisão histórica
43 obtida no ano passado. Portanto, o CONAMA tem um papel muito relevante e
44 evidentemente que ele precisa estar à altura das grandes questões que envolvem a todos
45 nós no século XXI, se respeita exatamente a paridade, garantindo uma participação
46 democrática de qualidade com a efetiva contribuição de diferentes setores que garantam
47 a observação das visões, das perspectivas de diferentes setores da sociedade e também
48 que respeite as questões de equidade, são importantes e fazem parte hoje da agenda de
49 todo o governo do Presidente Lula e, portanto, não poderia ser diferente no Conselho
50 Nacional do Meio Ambiente. Portanto, eu agradeço muito, mais uma vez, o esforço que
51 todos estão fazendo para colaborar com esse debate, para que tenhamos uma decisão
52 qualificada e possamos dar ao CONAMA a representatividade adequada para que ele
53 siga nessa trajetória bem-sucedida ao longo da história de fornecer ao Brasil soluções
54 legais, orientações, resoluções que permitam que o País avance na questão da
55 implantação da situação no campo socioambiental. Muito obrigado a todos, desejo uma
56 excelente reunião e, mais uma vez, agradeço ao nosso querido ministro Herman
57 Benjamin por mais essa contribuição de grande valor para todos nós. Muito obrigado e
58 bom trabalho.

59 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – Obrigada, Capobianco. Bom,
60 ministro Hermann Benjamin, mais uma vez também agradeço a sua disponibilidade para
61 contextualizá-lo também sobre a formação desse grupo assessor. Ele conta hoje com 10

62 representantes titulares e 10 suplentes, são 20 pessoas que têm acompanhado essas
63 discussões e representantes de todos os setores presentes no Conselho. Então, nós
64 temos representantes do governo federal, dos governos estaduais, dos governos
65 municipais, do setor empresarial e da sociedade civil. E a criação desse grupo, ela é uma
66 demanda da sociedade civil que busca equilibrar suas forças dentro do Conselho, de
67 forma a poder influenciar as decisões. E é isso que a gente vem discutindo bastante,
68 tanto nesse grupo assessor, quanto num grupo que fez a revisão do nosso regimento
69 interno. Acontece que a decisão sobre a composição, ela é uma decisão que veio por um
70 decreto. Então, a gente não tem como alterar essa composição simplesmente por uma
71 revisão do nosso regimento interno. Então, a gente tem como resultado possível desse
72 grupo assessor recomendações a serem encaminhadas para apreciação do que possa
73 sugerir alterações no decreto e que, enfim, a gente depois possa também rever o nosso
74 regimento interno novamente com base nessas orientações e na mudança no decreto.
75 Então, eu agradeço muito a sua participação e gostaria muito de ouvi-lo sobre a sua visão
76 sobre como essa ADPF, a decisão sobre essa ADPF, influencia numa visão sobre a
77 composição do conselho e o seu olhar sobre como a gente pode qualificar essa
78 participação e esse equilíbrio entre os setores dentro do conselho.

79 **O SR. ANTONIO HERMAN DE VASCONSELOS E BENJAMIN (Ministro do Supremo**
80 **Tribunal de Justiça)** – Obrigado. Bom dia a todas e a todos. E eu lamento não estar
81 participando pessoalmente. Aliás, eu não sei se é todo virtual ou se há participação
82 presencial, se o grupo está reunido.

83 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – Estamos todos virtuais. Estamos
84 todos virtuais.

85 **O SR. ANTONIO HERMAN DE VASCONSELOS E BENJAMIN (Ministro do Supremo**
86 **Tribunal de Justiça)** – Então, eu agradeço muito. Saúdo o vice-ministro João Paulo
87 Capobianco e todos nós sabemos que é uma referência nacional e internacional do
88 administrador público ambiental. Não é fácil ser administrador público ambiental. Aliás,
89 não é fácil ser administrador público e muito menos, ou aliás, com mais dificuldade ainda,
90 um bom administrador ambiental pelas dificuldades que são bem conhecidas da
91 administração pública ambiental, não importa se municipal, estadual ou federal. E esse é

92 o ponto que eu queria realçar nesse trabalho de décadas que o Capobianco vem fazendo.
93 Sei que os participantes são todos conselheiras e conselheiros do CONAMA e eu desejo
94 a todas e todos não só um bom dia, mas um excelente trabalho. Como já foi dito, em
95 termos de composição do CONAMA, o regimento não vai poder alterar o quadro de
96 composição, mas eu tenho para mim, e após a ADPF que eu vou discutir aqui, a 623, a
97 missão do regimento não é só tratar da composição em si, mas do trabalho, ou da
98 realização do trabalho do CONAMA, de modo a otimizar o potencial e ao mesmo tempo
99 cumprir as necessidades que hoje, como sempre, são muito grandes. Existem áreas, por
100 exemplo, que o CONAMA nunca se dedicou. Eu cito, por exemplo, a temática dos corais,
101 essa é uma matéria fundamental para o nosso país. E há outras que interessam, são
102 ambientais, mas ao mesmo tempo, às vezes, encontram assento em outra legislação,
103 que não necessariamente aquelas que nós consideramos o suprassumo da legislação
104 ambiental. Porque o CONAMA não é apenas um órgão de implementação da legislação
105 ambiental puro sangue, é um órgão de implementação e também de normatização,
106 vamos ver isso em seguida, de toda a legislação que tem a repercussão ambiental. Então
107 é possível que um determinado artigo de grande importância ambiental não esteja numa
108 dessas leis que nós consideramos puro sangue, mas em uma outra legislação, e aí
109 caberia ao CONAMA também, claro, em diálogo com os outros órgãos e outros setores
110 da administração pública, eventualmente editar resoluções ou outros atos normativos
111 nessa temática. Este é o primeiro ponto que eu queria realçar, do campo de aplicação do
112 CONAMA. Repito, a sua responsabilidade normativa não se limita aos domínios, por
113 exemplo, da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, do Código Florestal, porque
114 existem outras leis que eu poderia citar aqui, que têm dispositivos estritamente ambiental,
115 embora esses dispositivos estejam inseridos em outros quadros normativos. Basta
116 lembrar, por exemplo, a legislação de saneamento, ou a legislação de reforma agrária,
117 ou mesmo a legislação que cuida do crédito. Enfim, tudo isso nos leva a concluir que a
118 missão do CONAMA vai além daquelas leis que eu chamo leis ambientais puro-sangue.
119 Mas também seria importante aqui, antes mesmo de analisar os poderes normativos do
120 CONAMA, dizer um pouco sobre a função normativa da administração pública. Porque
121 muitas vezes eu vejo debates e manifestações no CONAMA de conselheiras e
122 conselheiros muito competentes que, ao se manifestarem, parecia que o faziam com

123 desconhecimento de que a função normativa não é apenas do CONAMA. Ou seja, essa
124 função normativa que está hoje no artigo 8º, inciso 7º e no artigo 6º da Lei da Política
125 Nacional do Meio Ambiente, não é uma invenção da roda. Aliás, o CONAMA edita poucas
126 normas, em comparação, por exemplo, com as agências. Entrem no site, por exemplo,
127 da Enel, ou da Anatel, ou desta agência de saúde, do Banco Central, Conselho Monetário
128 Nacional. Veja, nós estamos cuidando de temas que têm um impacto direto na vida das
129 pessoas. E sem falar da normatização da Receita Federal. Na Receita Federal nós temos,
130 aí é direito tributário, nós temos uma enxurrada de portarias, instruções normativas, etc.
131 E nós, juízes, cumprimos essas. Claro, às vezes decidimos que houve exagero, violação
132 do princípio da legalidade, que eu vou tratar em seguida. Mas, de uma maneira geral, é
133 uma enxurrada de normas. E cada reforma tributária que vem, aí as comportas se abrem
134 para novos atos normativos desses órgãos todos. Por que eu estou falando isso? Apenas
135 para contextualizar que a função normativa do CONAMA não é nem exceção, nem
136 novidade. E é algo absolutamente essencial, porque nós sabemos que o legislador, tanto
137 constitucional como seja ordinário, ou o legislador complementar, não tem, normalmente,
138 condições de prever todas as hipóteses e de detalhar aspectos complexos. E sequer tem
139 tempo de estar revendo essas normas, se eventualmente elas fossem hiper específicas,
140 porque nós sabemos. Uma das características, não é só do meio ambiente, aliás, nós
141 falávamos ontem, não é, secretário Capobianco? Uma das características do meio
142 ambiente, mas não é só do meio ambiente, é a mutabilidade. Mas também a mutabilidade
143 das tecnologias, tanto tecnologias de identificação de danos ambientais, onde antes não
144 se via danos ambientais, tecnologias de medidas de remediação, de prevenção. Então,
145 há a necessidade de ser no mundo inteiro, de normas administrativas que são editadas
146 pelos órgãos ambientais. Na maior parte dos países, isso é feito unilateralmente pela
147 administração pública. Nos Estados Unidos, por exemplo, quem entrar numa biblioteca e
148 procurar as normas administrativas federais norte-americanas, vai se deparar com
149 dezenas e dezenas de volumes, em todas as áreas, da pesca à energia nuclear. A
150 característica do Brasil é que isso é feito dentro de um colegiado, um processo de
151 democracia participativa, e daí a importância de quem participa do processo participativo.
152 E a discussão principal da ADPF 623, que era a composição do CONAMA. Então, esse
153 segundo ponto a realçar, não se está inventando a roda aqui. Ao contrário, o CONAMA

154 vem aí, talvez, lanterninha, em termos de edição de normas administrativas, neste caso,
155 para a proteção específica do meio ambiente. Em terceiro lugar, vamos passar, aí sim, à
156 Lei 938, que é a lei mãe do direito ambiental brasileiro. É uma lei revolucionária, e
157 revolucionária também porque criou o CONAMA. E lá no artigo 6º está dito, esses dois
158 artigos que eu vou ler, foram transcritos e trabalhados na ADPF, que analisarei em
159 seguida. Então, no artigo 6º, que cuida da composição do SISNAMA, e aqui é importante
160 nós realçarmos que esta composição aqui em seis artigos tem que ser lida com a certa
161 flexibilidade. Porque, por exemplo, a polícia militar ambiental não está prevista
162 expressamente aqui, mas não há dúvida que a polícia militar ambiental integra o
163 SISNAMA. Da mesma forma, a polícia civil, as delegacias especializadas, a própria
164 Polícia Federal tem uma delegacia especializada em meio ambiente. Não está dito
165 expressamente aqui, mas integra o SISNAMA. Os ministérios públicos, igualmente a
166 Advocacia Geral da União e as procuradorias de estado e municipais especializadas,
167 integram o SISNAMA. Portanto, essa listagem que está feita aqui, como nós dizemos em
168 direito, não é uma listagem fechada, Numerus clausus, é uma listagem aberta, Numerus
169 apertus. Pois bem, inciso 2 está lá, órgão consultivo e deliberativo. Eu não vou tratar do
170 aspecto consultivo, porque o CONAMA exerce pouco a atividade de consultoria. Eu não
171 acho que seja o principal. E, se colocou aqui, penso eu, não cheguei a discutir isso com
172 meu querido amigo, saudoso Paulo Nogueira Neto, mas eu tenho a impressão que se
173 colocou o órgão consultivo aqui, porque naquela época, no final dos anos 80 e quando a
174 lei foi promulgada, que é de 1981, não existia propriamente um corpo técnico, tirando de
175 CETESB a FEEMA no Rio de Janeiro, nem no âmbito federal, nem no âmbito dos
176 estados, e muito menos dos municípios. E daí se jogou para o CONAMA uma atividade
177 consultiva. Mas, salvo engano, isso dificilmente ocorre. A ministra do meio ambiente
178 pediu um parecer do CONAMA sobre uma determinada matéria. Ela vai pedir um parecer,
179 se for estritamente técnico ambiental, aos órgãos que compõem a administração federal.
180 Se for um parecer jurídico, vai pedir a sua consultoria jurídica. Portanto, o que importa
181 mesmo aqui é a expressão deliberativo. E a própria lei vai explicitar isso para dizer que o
182 deliberativo é fundamentalmente normativo. Porque, claro, o CONAMA tem esta função,
183 que eu acho que não deveria ser do CONAMA, de revisão das sanções administrativas.
184 Não sei se ainda tem, mas tinha na época que eu fui conselheiro. E isso levava uma

185 eternidade. E era um mecanismo de prescrição. Quando eu fui conselheiro, talvez entre
186 os dois ou três que mais tempo ficaram no CONAMA, às vezes nós pegávamos coisas,
187 era distribuído processo administrativo de revisão de sanção oito anos depois. Prescrito.
188 Então, o CONAMA, imagine que posição vexatória para um colegiado como esse, está
189 analisando multa de mil reais. Isso é uma aberração, é uma perda de tempo. E às vezes
190 esses processos eram distribuídos para pessoas que não tinham qualquer
191 especialização, nem jurídica, nem técnica. E, evidentemente, isso permitia um certo clima
192 de escurinho do cinema, que é o oposto do que se quer de um organismo como o
193 CONAMA. E esses parceiros eram votados em bloco, sem discussão, porque a discussão
194 do CONAMA era dirigida fundamentalmente relevante às propostas de resolução e outros
195 temas desta natureza. Pois bem, órgão consultivo e deliberativo, o Conselho Nacional do
196 Meio Ambiente, com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de
197 Governo diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente, toda essa primeira
198 parte, praticamente, o CONAMA não faz. E os recursos nacionais, agora sim, a parte que
199 é esta que nós estamos, eu imagino que nós estamos focando. Deliberar, no âmbito da
200 sua competência, e essa competência está lá embaixo, vou ler em seguida, sobre normas
201 e padrões compatíveis com o meio ambiente, ecologicamente equilibrado e essencial a
202 sadia qualidade de vida. Pois bem, então vejam como isto é amplo. Deliberar sobre
203 normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e
204 essencial a sadia qualidade de vida. Então, esse dispositivo já diz o que o CONAMA pode
205 fazer, mas também o que não pode fazer, porque só pode deliberar por meio de normas
206 e padrões que sejam compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado.
207 Olha, esta é uma norma anterior à Constituição de 88 e usou a mesma expressão que
208 está hoje na Constituição, no artigo 205, meio ambiente ecologicamente equilibrado.
209 Então, quando se fala, por exemplo, em desenvolvimento sustentável, solto, a expressão
210 correta no Brasil é desenvolvimento ecologicamente sustentável para ser compatível com
211 a forma de expressão do Caput, do artigo 225 da Constituição, e aqui nós vimos isso
212 muito claro. Então, o CONAMA normatizar para enfraquecer a proteção do meio
213 ambiente, isso é candidato a não só mandado de segurança, mas impugnação e outros
214 tipos de responsabilidade. Não pode estar dito expressamente aqui sobre normas e
215 padrões compatíveis. Então, a primeira pergunta aí é isto que eu estou fazendo como

216 conselheiro do CONAMA é compatível com o meio ambiente, não é o meio ambiente
217 socialmente equilibrado, economicamente equilibrado, é o meio ambiente
218 ecologicamente equilibrado. Eu me recordo, por exemplo, que foi, não sei se ainda está,
219 se essa resolução foi alterada, mas houve um debate grande e, Capobianco, eu não me
220 lembro se você também estava, se foi em um dos seus períodos no Ministério, mas uma
221 resolução cuidando dos detergentes, ou seja, este fenômeno, até dá fotografias
222 interessantes, que você acha que está num outro mundo, filme de ficção científica, dos
223 rios que jogam lá em, como é que chama aquela cidade ali, histórica, perto de São Paulo?

224 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-
225 Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Sim, ali no
226 [Ininteligível].

227 **O SR. ANTONIO HERMAN DE VASCONSELOS E BENJAMIN (Ministro do Supremo
228 Tribunal de Justiça)** – É, perto de Alphaville.

229 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-
230 Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Passando
231 São Paulo, passando...

232 **O SR. ANTONIO HERMAN DE VASCONSELOS E BENJAMIN (Ministro do Supremo
233 Tribunal de Justiça)** – Passando Barueri. É uma cidade linda, histórica, mas as pessoas
234 que moram lá, isso eu vi gente que mora lá, dizem que moram em Barueri, uma cidade
235 industrial, em vez de dizer que moram em uma cidade linda. Mas por quê? Porque ela é
236 conhecida, ou era conhecida, por ser inundada por espuma, e espuma mal-cheirosa,
237 contaminada, tudo isso por conta dos detergentes utilizados e que as estações de
238 tratamento não tinham condições de cuidar adequadamente. Então, foi aprovada uma
239 resolução que não representava isso que está aqui, padrões compatíveis com o meio
240 ambiente ecologicamente equilibrado, porque eternizava, já não me lembro quais eram
241 as substâncias utilizadas, e nos deixava anos-luz, por exemplo, das normas de países
242 até mais pobres do que o Brasil. Então, esse tipo de questionamento, quando os
243 conselheiros vão fazer ou trabalhar uma resolução, tem que se perguntar, o que eu estou
244 fazendo é compatível com o meio ambiente ecologicamente equilibrado? Isso vale

245 também para os agrotóxicos e para uma série de outras coisas. Nós temos agrotóxicos
246 que estão proibidos, absolutamente, na União Europeia, nos Estados Unidos, Japão, nos
247 países que cediam as matrizes dessas grandes empresas, e não estão liberados no
248 Brasil. E às vezes com a permissão do próprio CONAMA, ou omissão do próprio
249 CONAMA, que dá na mesma. Então, agora vamos ao oitavo, e eu não quero avançar
250 muito. O oitavo diz que compete ao CONAMA, tem uma série de coisas. E aí, inciso
251 sétimo, que é o mais importante. Estabelecer normas, critérios e padrões. Então vejam,
252 no artigo sexto, inciso dois, fala-se em normas e padrões. Aqui, no inciso sétimo, que é
253 o mais específico, a terminologia utilizada é estabelecer normas, critérios e padrões
254 relativos ao controle e a manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso
255 racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos. Na época, imagino que se
256 colocou os hídricos aqui, porque não havia uma lei específica para os recursos hídricos.
257 Mas, evidentemente, não é só os hídricos. E aqui está colocado principalmente, quer
258 dizer que não é o único, evidentemente não é o único, porque floresta, fauna, mar, tudo
259 isso, todos os recursos ambientais que estão previstos, acho que no artigo terceiro da Lei
260 da Política Nacional do Meio Ambiente, sobre tudo isso, meio ambiente ecologicamente
261 equilibrado, o CONAMA tem poder para normatizar. Muito bem. Agora, vamos passar
262 para o... Já me encaminhando para o final, sobre passar pela ADPF 623. Mas antes disso,
263 talvez seja útil mencionar algo que os que não são da área do direito, mas mesmo os que
264 são da área do direito, não têm, às vezes, plena percepção de um quadro que é próprio
265 do Brasil e de outros países que adotam o sistema da chamada constituição normativa.
266 Porque, vamos chamar primeiro o constitucionalismo, as constituições eram quase como
267 recomendações. E aí havia necessidade do legislador ordinário, o legislador parlamentar,
268 editar leis para então essas leis serem se descumpridas, questionadas judicialmente. O
269 Brasil e vários outros países adotam o sistema da chamada constituição normativa.
270 Então, sem lei, qualquer cidadão pode bater à porta do juiz estadual ou juiz federal e dizer
271 que o direito está sendo previsto na constituição, está sendo desrespeitado. Isso significa
272 dizer que aquilo que nós chamamos de estado eco social de direito é composto de
273 normas constitucionais, normas legais e de normas administrativas. Três níveis. E esses
274 três níveis dialogam. E o CONAMA que antes, lei 6938, repito, é de 81. A constituição de
275 88. E o CONAMA que antes era um órgão colegiado de implementação legal, agora é

276 também um órgão de implementação constitucional. Então, em tese, nada impede que o
277 CONAMA, naqueles deveres que estão lá no artigo 225, parágrafo primeiro, etc., ou
278 mesmo em relação ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, possa
279 normatizar certas matérias na falta de uma norma ou uma lei ordinária aprovada pelo
280 Congresso Nacional. Neste quadro estou da constituição normativa e isso é dito
281 expressamente na ADPF 623. Pois bem, o que fala essa ADPF que tem como pano de
282 fundo, todos sabem, foi o decreto que enxugou o CONAMA, mas enxugou o CONAMA
283 de uma forma que foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Esse
284 precedente é da relatoria da ministra Rosa Weber. E nós temos aqui e eu estou vendo
285 se foi unânime, foi unânime, porque o ministro Nunes Marques julgava prejudicada a
286 arguição onde a perda superveniente do objeto, contudo ultrapassado o tal óbito
287 processual, acompanhou a relatora numérica. Então foi unânime. Pois bem.

288 **Dia 18-10-2023 - Seminário GARCO - Parte 2:**

289 **O SR. ANTONIO HERMAN DE VASCONSELOS E BENJAMIN (Ministro do Supremo**
290 **Tribunal de Justiça)** – Nunes Marques julgava prejudicada a arguição, onde há perda
291 superveniente do objeto, contudo ultrapassada o tal óbito processual, acompanhou a
292 relatora no mérito. Então, foi unânime. Pois bem, o quadro era de discussão desta norma,
293 que alterou precisamente a composição do CONAMA, eu não vou tratar disso aqui. O
294 que eu quero aproveitar, e pincei em alguns parágrafos desta extraordinária decisão,
295 desse acórdão, são aqueles que interessam diretamente a legitimidade, o campo de
296 atuação do CONAMA. Porque se dizia, não, o CONAMA não pode fazer isso. Isso é
297 matéria da lei. E vem o Supremo Tribunal Federal e legitima o CONAMA como um órgão
298 normativo. E um órgão normativo não é apenas para repetir o que está na lei. Porque se
299 for para repetir o que está na lei, não há necessidade do CONAMA. De novo que a Lei
300 6938 afirma que estabelecer padrões, a expressão é padrões, critérios e normas de
301 controle da qualidade ambiental. A primeira observação aqui é que o Supremo Tribunal
302 Federal foi muito enfático no sentido de que o princípio da proibição de retrocesso em
303 matéria ambiental, eu acho que um dos primeiros precedentes no Brasil foi da minha
304 relatoria lá no STJ, mas hoje é quase comum, um fato da natureza o princípio da proibição
305 de retrocesso no que se refere a retrocessos substantivos. Mas aqui o que é novo é o

306 chamado retrocesso institucional e o Supremo Tribunal Federal o diz expressamente, ou
307 seja, não pode haver retrocesso em matéria ambiental apenas no que se refere aos
308 mecanismos materiais, as normas materiais de proteção dos recursos naturais. O
309 Supremo afirma que a própria estrutura administrativa pode ser alterada? Pode, mas
310 desde que no frígir dos ovos não se enfraqueça a proteção do meio ambiente. Isso está
311 na própria da ementa do acórdão é o item 9. E depois eu peço que esse acórdão, Marcela,
312 se você puder distribuir para os participantes do grupo. Então, na emenda, ou seja, no
313 resumo para aqueles que não são da área, está dito o seguinte, aspas: “A Constituição
314 Federal não negocia retrocessos.” E está se referindo ao meio ambiente. “Sobre a
315 justificativa de liberdade de conformação decisória administrativa.” Pode mudar a
316 administração? Pode, mas não pode enfraquecer a proteção do meio ambiente. E que,
317 segundo o Supremo, foi isso que aconteceu neste caso. E diz, e faz uma distinção aqui,
318 entre aspas, “retrocessos qualitativos”. Então, em outras palavras, é possível mudar a
319 administração pública, mas, repito a expressão que eu usei há pouco, coloquial, no frígir
320 dos ovos, não pode haver retrocessos qualitativos. E já concluindo, que eu tenho que
321 entrar em um outro evento agora do Conselho Nacional de Justiça, às nove, às dez, há
322 um capítulo inteiro sobre o perfil constitucional e funcional do CONAMA na política
323 nacional do meio ambiente. E vamos aqui enfatizar de novo, antes nós falávamos de
324 CONAMA na perspectiva da lei e vem o Supremo Tribunal Federal disse não isso aqui
325 está vinculado diretamente com a Constituição. É como se a mãe e o pai do CONAMA
326 não fossem a lei da política nacional do meio ambiente, mas o próprio texto da
327 Constituição Federal em vários dispositivos. E aí eu vou ler dois trechos, no primeiro é o
328 item 17, para que eles quiserem, o parágrafo 17, está numerado. O Supremo, vamos
329 repetir, a unanimidade, disse que o Supremo vê o CONAMA como, aspas:
330 “Categorização como autêntico fórum público de criação de políticas ambientais amplas
331 e setoriais.” A expressão criação aqui não está posta à toa, ou seja, o CONAMA não é
332 apenas para repetir políticas públicas ambientais legisladas. Eu citei o caso dos corais.
333 Então, esta expressão é importante. E aí continua: “De vinculatidade para o setor
334 ambiental e para a sociedade, com obrigação de observância aos deveres de tutela do
335 meio ambiente.” E continua: “No cenário do CONAMA, no cenário do CONAMA, a
336 relevância e a centralidade das resoluções para a conformação das políticas ambientais

337 são demonstradas tanto no aspecto descritivo quanto qualitativo. Da análise da atuação
338 do CONAMA, prossegue o Supremo, na sua atividade normativa, infere-se a edição de
339 cerca de 500 resoluções. O teor dessas resoluções promove, em conjunto e de forma
340 compartilhada com a atividade legislativa primária.” E aí grifado: “Promove a real
341 estruturação do Estado de Direito Ambiental. Vale dizer, do desenho normativo da
342 proteção e regulação do meio ambiente.” Realmente, é uma elevação do CONAMA a um
343 patamar que nem nós, que escrevíamos sobre o CONAMA, imaginávamos. Porque se
344 está se colocando aqui as resoluções do CONAMA, claro, respeitado o princípio da
345 constitucionalidade e o princípio da legalidade, no patamar das leis e afirmando que a
346 atividade legislativa primária é compartilhada com o CONAMA. Aquele debate que é: ah,
347 não, isso aqui, nós estamos preparando uma resolução sobre tal matéria. Mas não há lei
348 sobre essa tal matéria, diz o Supremo, não, o que se tem que olhar aqui é o conjunto dos
349 valores ambientais protegidos na Constituição e das leis. E aí, continua: “Para ilustrar o
350 argumento do perfil funcional normativo do CONAMA.” E aí outra expressão, que não dá
351 à toa: “E sua centralidade na consideração da política nacional do meio ambiente,
352 transcreva uma tabela com as áreas temáticas e as resoluções.” E eu termino com um
353 outro parágrafo, eu só tenho cinco minutos para entrar na outra reunião, é o item 19, onde
354 se afirma que o poder normativo atribuído ao CONAMA pela respectiva lei instituidora,
355 nesse caso a lei da política nacional do meio ambiente, consiste em instrumento para que
356 dele e lance mão o agente regulador no sentido de implementação das diretrizes,
357 finalidades, objetivos e princípios expressos na Constituição e na legislação ambiental.
358 Grifem isso. Não é apenas da legislação ambiental, mas da própria Constituição. Então,
359 aqui se deu um upgrade gigantesco ao CONAMA, que em vez de o CONAMA ser porta
360 voz ou instrumento para esmiuçar a legislação federal, é também como guardião dessas
361 diretrizes, finalidades, objetivos e princípios expressos na Constituição. E prossegue, em
362 outras palavras, a orientação seguida pelo administrador há de ser necessariamente se
363 mostrar compatível com a ordem constitucional de proteção do patrimônio ambiental.
364 Voltamos aquele artigo sexto do meio ambiente ecologicamente sustentável, está dito,
365 não é mais apenas pela pelo artigo 6º, inciso 2, compatíveis com meio ambiente
366 ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida, mas dado
367 expressamente pelo Supremo Tribunal Federal. E finaliza: “Eventualmente, falhando

368 nesse dever de justificação, expõe-se a atividade normativa do ente administrativo ao
369 controle jurisdicional da sua legitimidade, como já verificado na prática da jurisdição
370 constitucional, e aí são citadas outras ADPFs. Portanto, esta nova composição do
371 CONAMA pega a instituição num outro patamar. Não é um CONAMA como um órgão
372 esdruxulo, como já ouvi no passado, não democrático. O CONAMA aqui nesta ADPF é
373 reconhecido como órgão, eu citei, é expresso, central da política nacional do meio
374 ambiente. E a função normativa do CONAMA também. Agora, claro, essa função
375 normativa tem que ser realizada com base no princípio da constitucionalidade, com o
376 princípio da legalidade, com a proibição de retrocesso, tudo isso mencionado neste texto,
377 com o princípio em dubio pró natura. Esse não está mencionado aqui no texto, mas é um
378 princípio crescentemente aceito pela jurisprudência brasileira, pela função ecológica da
379 propriedade e uma série de princípios que orientam a política nacional do meio ambiente
380 e a proteção jurídica do meio ambiente como um todo. Eu agradeço muito, peço
381 desculpas por sair, me estendi um pouco mais do que eu deveria, porque eu tinha de 20
382 a 30, eu acho que eu falei 40, eu peço desculpas à Priscila Oliveira, que o Gregor vai
383 falar em seguida, certamente ela tem aspectos muito mais interessantes aqui para
384 debater com este grupo. E agradeço o convite.

385 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
386 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA) –** Bom,
387 ministro, Herman... Só um minutinho, Marcelo. Bom, queria também agradecer mais uma
388 aula sobre o alcance do CONAMA, sobre a importância do CONAMA, sobre a segurança
389 jurídica em relação às decisões do CONAMA. Muito obrigado, ministro, acho que isso é
390 muito importante no início dessa discussão que é seguro que vai ter a partir de agora. Só
391 queria só lembrar que as cidades que você se refere lá do Tietê, com as espumas, tornam
392 absolutamente inviáveis a Santana de Parnaíba e Pirapora do Bom Jesus. São duas
393 cidades lindas, históricas, muito reivindicadas pelas [Ininteligível]. Então, eu também vou
394 entrar numa outra reunião aqui agora, também, infelizmente, não vou poder participar.
395 Agradeço mais uma vez a todos e particularmente ao ministro Antônio Herman Benjamin
396 e a todos que vão participar aqui dessa importante reunião. um abraço a todos e todas.

397 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – Obrigada, ministro Herman.
398 Obrigada, Capobianco. Foi excelente a sua arguição e acho que a gente agora, então,
399 agradece e dá continuidade às nossas conversas com o grupo assessor.

400 **O SR. ANTONIO HERMAN DE VASCONSELOS E BENJAMIN (Ministro do Supremo**
401 **Tribunal de Justiça)** – Mas eu acho que o Rafael levantou a mão, eu não sei se é alguma
402 observação e se for rápida, eu...

403 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – Perfeito. Ótimo.

404 **O SR. RAFAEL GANDUR GIOVANELLI** – Obrigado, ministro. Vou ser muito breve, até
405 poupar um pouco o protocolo. Só agradecer mesmo realmente a aula, o senhor é a nossa
406 grande referência do direito ambiental. E lhe ouvir é um grande prazer, além de nos
407 brindar de muito conhecimento. Eu só queria, se o senhor pudesse, eu sei que tem temos
408 pouquíssimo tempo, mas mencionar muito breve, ministro, qual que é a sua leitura desse
409 Acórdão do Supremo em relação à discussão sobre a paridade no CONAMA, porque
410 uma das premissas do voto da ministra enfrenta a discussão da composição, tem um
411 debate sobre a quantidade de sociedade civil que deveria ou não estar representada no
412 Conselho, dado o retrocesso na gestão anterior, e a ministra também fala num dever de
413 progressividade, o direito fundamental de participação, como o corolário do direito a todos
414 do meio ambiente ecologicamente equilibrado. E, no final, a ministra coloca que compete
415 ao poder executivo, estabelecer a composição, mas observadas as premissas
416 estabelecidas no voto, está lá no ponto 61. Então, se o senhor pudesse, muito
417 brevemente, sei que o tempo já se esgotou, mas mencionar qual que é a sua visão sobre
418 esse ponto que está no voto, acho que nos ajudaria a ter um enquadramento do que a
419 gente pode, aqui como grupo assessor, eventualmente propor. Lembrando, claro, que a
420 legitimidade do Conselho está baseada na diversidade e na pluralidade de atores que
421 estão aqui e, com certeza, o Ministério do Meio Ambiente e os órgãos da gestão federal
422 têm um papel super relevante nisso, assim como dos estados, etc. Obrigado, ministro, e
423 desculpe o tempo.

424 **O SR. ANTONIO HERMAN DE VASCONSELOS E BENJAMIN (Ministro do Supremo**
425 **Tribunal de Justiça)** – Olha, eu confesso que eu não analisei o acórdão na perspectiva

426 da composição do CONAMA. Eu analisei o acórdão focando no CONAMA em si como
427 instituição, no seu poder normativo, na extensão, nos princípios que orientam. Então, eu
428 lamento, eu não tenho condições aqui de extrair do acórdão, porque eu pincei apenas os
429 pontos que me pareceram mais relevantes, não para um debate sobre a composição em
430 si, mas sobre o funcionamento mesmo e a elevação constitucional que essa ADPF fez
431 do CONAMA a um organismo central da política nacional do meio ambiente. Então, peço
432 desculpas e agora eu vou sair. Muito obrigado.

433 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – Obrigada, ministro. Bom, gente,
434 é... Qual que é a proposta? Que a gente, nesse momento, siga com os nossos debates.
435 Talvez pedir também a presença da Priscila Oliveira, que é da AGU, que também analisou
436 a decisão com esse foco na composição. Infelizmente, acho que talvez a gente tenha tido
437 algum erro na comunicação no briefing do ministro pela nossa assessoria, mas esse foi
438 um pedido para que a gente pudesse ter esse olhar focado na composição. De qualquer
439 forma, eu acho que ele trouxe ótimas reflexões que também atendem a nossa visão mais
440 ampla sobre a garantia de participação, que não se atém à questão da composição e a
441 gente pretende fazer uma transcrição do debate para poder compartilhar com todos
442 vocês e eu acho que é super importante a gente também compartilhar o Acórdão com
443 todos para que a gente possa também debater mais profundamente o que expressa esse
444 voto. Eu espero que a maioria de vocês já tenha conseguido ler, mas eu acho que
445 também é uma tarefa que a gente... Priscila, você gostaria de falar um pouquinho sobre
446 essa visão sobre a composição dentro da ADPF?

447 **A SRª. PRISCILA GONÇALVES DE OLIVEIRA (AGU)** – Bem, primeiramente, bom dia
448 a todos e todas. Me escutam bem? Na verdade... Que bom, estão me escutando. Bem,
449 gente, primeiramente, agradecer a gentileza do espaço que o grupo assessor de revisão
450 está dando essa oportunidade para a gente. Vou tentar que humildemente substituir a
451 doutora Mariana Cirne, que é procuradora -chefe aqui da Procuradoria Nacional de
452 Defesa do Clima e do Meio Ambiente, na AGU, e comentar um pouquinho sobre a ADPF
453 623, inclusive aproveitando um pouco do meu histórico como advogada da União, que
454 também atuei na CONJUR do Meio Ambiente ao longo de alguns anos, e acabei
455 conhecendo e vendo essa conformação normativa que o CONAMA elaborou ao longo

456 desses anos. Bem, confesso que a responsabilidade de falar depois do ministro Herman
457 Benjamin ter trazido, como sempre, uma aula, ele sempre que fala é sempre uma aula,
458 aumentou um pouco, elevou um pouco mais a minha responsabilidade ao falar. Então
459 vou tentar, com bastante humildade, a gente avançar nesse tempo e trazer alguns
460 aspectos aqui para a gente pensar essa ADPF 623. Mas para a gente pensar ADPF 623
461 e a gente organizar o nosso pensamento, me parece que a gente tem que resgatar um
462 pouco de algumas outras decisões e da leitura que os tribunais superiores, especialmente
463 a STJ e a STF, fazem do CONAMA, porque à medida em que a gente consegue identificar
464 essas premissas hermenêuticas, ou seja, o modo como esses tribunais superiores
465 interpretam a atuação do CONAMA, conseguimos avançar nas discussões,
466 principalmente essa discussão que está na pauta hoje, é uma discussão reflexiva sobre
467 como é, como deve ser a composição, como é e como deve ser. Então pensar de forma
468 reflexiva também, para o futuro, também nos resgata um pensamento, um olhar para o
469 passado, para que a gente tenha sempre em mente essas premissas. Então, pensando
470 sobre o prisma jurídico e para tentar alinhar e colocar todo mundo na mesma página do
471 mundo jurídico com essas discussões, imagino, claro que aqui temos também muitos
472 outros especialistas da área do direito, mas passaria rapidamente para aqueles que ainda
473 estão no caminho, e eu também sempre me coloco no caminho como aprendiz no direito
474 ambiental, para que a gente traga essas premissas e, de fato, a gente consiga pensar
475 alguns pontos E depois eu vou pensar alguns aspectos da ADPF 623 que me parecem,
476 assim, nevrálgicos para a gente ter no nosso pensamento. Bem, então, para começar,
477 eu começaria sobre o prisma histórico, então olhando exclusivamente para a linha do
478 tempo, o recorte de duas decisões do STJ, são bastante antigas e que, por sua vez,
479 retrataram o poder normativo do CONAMA em situações em que os governos municipais
480 governantes ou governos estaduais adentravam a uma discussão no sentido de que será
481 que eu preciso de fato observar as normas do CONAMA? Então, esse era o plano de
482 fundo dessas discussões em dois momentos, sem a pretensão de ser exaustiva, de
483 esgotar todas as decisões que existem sobre o CONAMA no STJ, mas essas duas trazem
484 aspectos que eu gostaria de trazer luzes porque elas têm íntima conexão com a ADPF
485 623. A primeira delas é o REsp 1994-617. Ele é de 2002, então olha que já temos um
486 bom tempo aí. E basicamente ele diz assim, vou ler só um trechinho da minuta: “Possui

487 o CONAMA autorização legal para editar resoluções que visem à proteção de reservas
488 ecológicas, entendidas como áreas de preservação permanente **resistência** existente às
489 margens de lados formadas por hidrelétricos. Consistem elas em normas de caráter
490 geral, as quais devem ser vinculadas às normas estaduais e municipais, nos termos do
491 artigo 24 da Constituição...” E aí ele cita também os dispositivos da 6931. E basicamente,
492 ao longo desse acordo, ele destaca que essas normas editadas pelo CONAMA de fato,
493 sim, obrigavam a que entes estaduais e municipais observassem esses regramentos
494 gerais que eram editados pelo CONAMA. Então, nesses primeiros momentos em que as
495 normas do CONAMA, as resoluções, adentraram esses tribunais superiores, ainda havia
496 uma necessidade de afirmação do poder normativo, que o ministro Herman Benjamin tão
497 bem retratou. Uma Outra decisão também interessante, já em 2008, ele destaca o REsp
498 994-881, ele destaca o seguinte, pelo exame da legislação que regula a matéria, que era
499 retratada, um REsp que trata da resolução 303 do CONAMA, verifica-se que o CONAMA
500 possui autorização legal para editar resoluções que visem à proteção e definições diárias
501 de preservação permanente. Estou lendo aqui somente alguns trechos, mas fica muito
502 claro e evidente que o STJ sempre reafirmou esse poder normativo, essa atribuição que
503 o CONAMA sempre teve, ainda que eventualmente passível de discussão nos tribunais
504 e que de forma sedimentada e pavimentada a importância da diferença desse poder
505 normativo que o CONAMA precisa exercer em favor do meio ambiente. No STF a gente
506 também encontra vários precedentes tratando de resoluções do CONAMA, em larga
507 medida retratando essas questões que envolviam esse questionamento do poder
508 normativo. Mais recentemente, de 2019 para cá, a gente já vê um outro olhar por parte
509 do STF em relação às resoluções do CONAMA, quando questionadas. Já é no sentido
510 de reforçar o poder normativo e destacar que, em vários casos, essas resoluções devem
511 sim ser observadas pelos entes estaduais e municipais e, também, quando essas normas
512 dispõem de forma protetiva, efetivamente, não podem ser retiradas do ordenamento
513 jurídico, salvo se fosse para uma atualização progressiva, positiva em relação à proteção
514 ambiental, e não simplesmente para que houvesse uma retirada e um esvaziamento
515 dessas normas ou esvaziamento dessa proteção ambiental. Então é interessante que,
516 historicamente, o STF já de 2019 para cá traz inúmeras discussões reforçando o mérito,
517 a essência das resoluções que tinham sido questionadas. Exemplo disso ocorre na ADI

Comentado [J1]: Eu entendi que a palavra é existente e não resistência.

518 4615, que tratava sobre procedimento de licenciamento simplificado, e categoricamente
519 o STF destaca que a matéria que cabe ao CONAMA de fato estabelecer normas, critérios
520 para o licenciamento de atividades efetivas potencialmente poluidoras, então fica
521 evidentemente reforçado que naquela essa hipótese não se poderia fugir, tentar escapar
522 aos comandos daquelas resoluções que estavam sendo questionadas ali. A ADI 5547, já
523 de 2020, também traz esse mesmo reforço de ideia. E uma outra ação mandamental, que
524 é muito importante e que tem muita conexão com a ADPF de hoje, que é a 623, é a ADPF
525 749. A ADPF 749, na verdade, vem junta, 747, 748, 749, e que por sua vez retrataram
526 uma resolução que revogava outras resoluções. E nessa ADPF, na 749, e claro,
527 tramitaram em conjunto, fica muito evidenciado, ficam muito evidenciadas todas as
528 premissas que a ministra Rosa Weber vai retratar na 623. Então, Marcela, a sugestão
529 que o ministro comenta de que se fossem compartilhadas com o colegiado aqui, esse
530 pequeno colegiado assessor, em orientação ao restante do grupo, que a gente também
531 trouxesse essa ADPF, né, 747, 748, 749, que traz essas premissas e reforça esse papel
532 do CONAMA. Porque muito antes da gente pensar em composição, a gente precisa
533 pensar e trazer isso sempre de forma reflexiva sobre o papel que o CONAMA tem e como
534 ele vai expressar isso. E, obviamente, que a composição do CONAMA vai retratar as
535 escolhas que vão ser feitas, mas é fundamental que a gente tenha como um farol a ideia
536 de qual o objetivo que devemos perseguir e isso é muito importante. Então, obviamente
537 que tratar da composição é relevantíssimo, mas também tratar de quais são os objetivos,
538 de onde não podemos nos distanciar enquanto integrantes do CONAMA e, por sua vez,
539 qual o objetivo dessas resoluções qual o objetivo dessas normas que são produzidas.
540 Então, esse é um aspecto importante e o ministro, como sempre, ostenta a razão nesse
541 sentido de compartilhamento Mas eu destacaria também a 749, porque ela também fala
542 da importância retrata o aspecto histórico, retrata a importância das resoluções, porque
543 ela afirma de fato que aquelas resoluções que haviam sido questionadas e haviam sido
544 revogadas por uma outra resolução elas eram tão cruciais, elas eram tão importantes e
545 que simplesmente retirá-las do mundo jurídico caracterizaria aquele retrocesso, não
546 aquele retrocesso ostensivo, mas como o próprio ministro Hermann Benjamin diz, um
547 retrocesso escamoteado, ou seja, retirá-las do ordenamento jurídico prejudicaria muito a
548 proteção ambiental. Então, nesse sentido, a 749 faça aqui a defesa dessa ADPF porque

549 é muito interessante toda a conceituação que ela traz e a importância que ela traz das
550 resoluções do CONAMA de forma contenciosista. Então isso eu acho que também está
551 na pauta do dia para a gente sempre ter em mente. Sempre ter ali de forma acessível.
552 Bem, e queria citar a ministra Rosa Weber, que foi a relatora da ADPF 7419, que no voto
553 dela, falando sobre o CONAMA, ela diz alguns aspectos que me parecem muito cruciais
554 para a gente aqui hoje. O poder normativo atribuído ao CONAMA, pela respectiva lei
555 instituidora, consiste no instrumento para que dele lance mão a agente regulador no
556 sentido de implementação de diretrizes, finalidades, objetivos, princípios expressos na
557 Constituição e na legislação ambiental. Claro, estou aqui chovendo no molhado, já que a
558 gente pode usar algumas expressões coloquiais, mas **estou** chovendo no molhado no
559 que ressaltou o ministro Herman, de que a efetividade normativa, a efetividade que se
560 quer da Constituição, também passa pelo CONAMA. Então, assim, ele tem um papel
561 muito, esse colegiado tem um papel muito relevante na elaboração de normas que, de
562 fato, vão garantir essa tutela jurídica efetiva. Então, a ministra já na 749 já ressaltava
563 isso. Uma outra decisão que também guarda íntima conexão com o dia de hoje é a ADI
564 6148. Ela retratava uma resolução do CONAMA que falava sobre o controle da qualidade
565 do ar que havia sido questionada. E na emenda a gente encontra a seguinte referência
566 na ADI 6148. Eventual atuação desta Suprema Corte no sentido de rever os critérios que
567 redundaram na opção empreendida pelo CONAMA, dependeria de manifesta falta de
568 razoabilidade, de ausência de justificação, ou de evidente abusividade na escolha
569 empreendida pelo administrador, não sendo este o caso dos altos. Ocorre que naquela
570 ADI, de fato, o Supremo entendeu que na hora de fazer as escolhas sobre o regramento
571 da qualidade do ar, ele não havia feito com toda a inteireza que deveria fazer, com todos
572 os parâmetros que deveria compor. E por isso ele declarou, afinal, uma ainda a
573 constitucionalidade dessa resolução, e devolveu ao CONAMA, com certo prazo, a
574 necessidade de que ele fizesse as escolhas, dentro dos critérios técnicos que cabem ao
575 CONAMA, mas que definisse melhor, que fizesse de forma eficiente. E essa ADI traz para
576 a gente uma ideia de que devemos sim analisar a produção normativa do CONAMA,
577 sempre com o olhar vinculado à eficiência que a proteção ambiental está sendo dada
578 naquele caso específico. Então é bastante interessante que o STF analisou uma
579 resolução do CONAMA, identificou o que não estava, na perspectiva do Supremo, de fato

580 tutelando e devolveu ao CONAMA, porque ele sabe que aquele é o órgão colegiado,
581 daquela esfera competente para tratar do tema, ainda que no momento anterior não tenha
582 feito da forma ótima e poderia, devolvendo, de fato tratar de uma forma melhor sobre
583 esse controle ambiental. Bem, por último, para chegar na ADPF 623, a gente não pode
584 deixar de passar pela ADPF 622, que também trouxe um aspecto muito fundamental. A
585 ADPF 622 originalmente não retrata a temática ambiental em si, ela trata de um outro
586 colegiado, mas pensando em colegiados, a gente pode dizer que ela traz premissas que
587 são importantes aqui. E essa ADPF 622 diz o seguinte: A estrutura à ação da
588 Administração Pública Federal insere -se na competência discricionária do chefe do
589 Poder Executivo Federal. Entretanto, o exercício dessa competência encontra limites na
590 Constituição e nas leis. Bem, essa ADPF que tinha sido relatada pelo ministro Barroso é
591 um pouco antecedente à apreciação da medida cautelar na ADPF 623, e já entrando na
592 ADPF 623, fica nítido que há um diálogo ali dessa premissa, de que ainda que a atribuição
593 seja do chefe do poder executivo, na hora de fazê-lo não se pode distanciar de outros
594 princípios, princípios como o da participação social, princípios como o da transparência,
595 da publicidade, isso para falar só dos princípios relacionados ao direito ambiental,
596 teríamos muitos outros aí se a gente fosse abrir o leque aqui para as opções de princípios
597 constitucionais que obviamente também informam o direito ambiental. E com isso, o que
598 fica mais evidente na ADPF 623 é que na hora que o decreto que foi questionado na
599 Suprema Corte, ele trouxe à sua evidência um déficit representativo do CONAMA. Essa
600 era a discussão que foi levada para o Supremo e que a que o cientista Rosa Weber
601 explicita, que esse déficit não estava correspondendo às premissas basilares de
602 participação social. E quando a gente fala em participação social atrelada à questão
603 ambiental, a gente não está falando só de um poder no sentido de que é interessante
604 num estado democrático, de direito ambiental, que haja participação social, mas
605 verdadeiramente de dever da sociedade, afinal de contas o caput do artigo 225 ele fala
606 que é dever de todos, então não é dever só do poder público, mas sim é dever também
607 da coletividade, ou seja, da sociedade, de exercer esse direito, desse controle social em
608 favor da proteção ambiental, para que as normas caminhem em favor da a proteção
609 ambiental. Por isso, saindo da medida cautelar e adentrando a decisão de méritos, na
610 623... Eu acho que tem um áudio aberto aqui. Licença, eu acho que tem um áudio aberto,

611 eu não sei de quem, pronto, acabou, desculpa, gente. Então, adentrando aí ao voto da
612 decisão de mérito da 623, algumas premissas e, claro, vou deixar que vocês leiam, eu fiz
613 algumas referências aqui, não vou ficar lendo para que a gente tenha espaço para o
614 debate e para também ser breve, para a gente ter esse espaço, alguns aspectos me
615 chamaram muita atenção no voto. Arranjos institucionais de democracia constitucional.
616 Fica nítido que ao longo do voto e a decisão, como o ministro falou, de fato foi a unânime
617 entre os ministros do STF e isso demonstra que a leitura que a Suprema Corte do
618 CONAMA deve, digamos, conferir efetividade a que o arranjo institucional que seja
619 relativo à atuação do CONAMA não deixe de lado a necessidade de que haja parâmetros
620 de democracia e, de fato, promovam essa participação social. Então, me chamou muita
621 atenção, porque, assim como o ministro comentou, que a gente tem outro aspecto da
622 proibição do retrocesso nessa decisão, que é a proibição do retrocesso institucional,
623 exatamente porque na medida em que houve uma norma em 2009 que capturou essa
624 participação democrática, nesse quesito ela foi considerada inconstitucional, porque ela
625 fez isso, e ela não poderia retroceder, ela deveria avançar e não retroceder no que tange
626 a essa participação. No voto da ministra fica muito nítido também o outro contraponto. Ao
627 mesmo tempo que se fala em garantir a participação social, também se fala de
628 engajamento cívico e isso é muito importante, porque é esse engajamento cívico, pela
629 sociedade civil, de participação, de controle, de exigir determinadas demandas. E a
630 própria ministra fala, não apenas no âmbito de composição do CONAMA, mas em vários
631 outros campos da atuação, por exemplo, via lei de acesso à informação, entre outros. De
632 fato, dão esse substrato para que essa participação seja realmente substancial. Então,
633 ela reforça muito a questão do engajamento cívico. E, ao final, ela destaca,
634 principalmente, que foi uma das coisas que o ministro Hermann destacou, foi a questão
635 do perfil normativo e deliberativo do CONAMA. Ou seja, esse perfil, a origem de toda a
636 sua atuação para que, de fato, ele seja aquele que guia, enquanto colegiado, editando
637 normas que vão, de fato, guiar para que lugar precisamos chegar para que patamar de
638 proteção, nos moldes em que a crise ambiental está hoje, para onde precisamos chegar?
639 Então, nesse sentido, ela, ao meu ver, reforça muito que esse perfil normativo tem que
640 mirar, de fato, onde precisamos estar para que essa proteção seja efetiva. E acompanhe
641 também o grau de crise ambiental que estamos hoje, o patamar em que chegamos hoje,

642 seja da crise ambiental, seja da emergência climática, enfim, para que ela possa
643 expressar isso com a atualidade que o tema merece e com o tecnicismo que a matéria
644 merece. Então, é interessante que o STF reforçou a importância do CONAMA, destacou
645 a esfera de atribuição insita que esse colegiado tem enquanto uma unidade técnica e que
646 precisa dessa composição democrática para que de fato ele alcance o seu objetivo e não
647 descuro da necessidade de que essas normas que de fato caminham em favor da
648 proteção, então como o ministro Herman já tinha comentado que, olha, muito antes da
649 gente falar em progressividade, a própria 6938 já caminhava no sentido de que o poder
650 normativo tem que ser exercido em favor da proteção ambiental, então o STF acaba
651 nessa decisão, trazendo essas linhas mais interessantes. Um último detalhe que eu
652 queria destacar nessa decisão é uma referência que a ministra, no voto dela, faz a uma
653 opinião consultiva, número 23 de 2017, da Corte Interamericana de Direitos Humanos. E
654 ela destaca esse trecho dessa opinião da corte, que eu queria trazer para a gente aqui.
655 Ela diz assim, na referência: “Com respeito a assuntos ambientais, a participação
656 representa um mecanismo para integrar as preocupações e o conhecimento da cidadania
657 nas decisões políticas públicas que afetam o meio ambiente. Assim mesmo, a
658 participação na tomada de decisões aumenta a capacidade dos governos para responder
659 às inquietudes, às demandas públicas, de maneira oportuna. Construir consensos e
660 melhorar a aceitação e o cumprimento das decisões ambientais. Então, ela acaba
661 trazendo no voto, e eu trago esse viés aqui, porque olha que interessante, na perspectiva
662 da corte interamericana, a essência, o aprendizado, a apreensão do conhecimento que
663 é dado à participação social, por exemplo, no colegiado do CONAMA, exemplo de outros
664 colegiados que também participam, também elaboram políticas públicas, exemplo daqui,
665 que influenciam políticas públicas como o CONAMA, e muitas vezes também a elabora,
666 a necessidade de que essa participação, de fato, seja informada, ou seja, detenha
667 conhecimento sobre a temática e, ao mesmo tempo, analise para que essas inquietudes
668 que são da pauta do dia sejam respondidas de fato. Então, eu queria trazer, nessa breve
669 explanação, que ficou muito evidente na decisão que essa participação social, ela traz
670 um aspecto importante com um prisma democrático. Ao mesmo tempo, um fito de
671 responder a esses problemas que são cotidianos. E aí foi usado o exemplo dos rios, que
672 ficavam contaminados com espuma e essa espuma acabava afetando a vida dessas

673 pessoas nessas cidades. E o quanto construir esses consensos em colegiados que
674 possam ter esse espaço de discussão na matéria ambiental também traz um outro efeito
675 extremamente positivo que é de aumentar a adesão a essas normas ambientais. Então,
676 isso reflete pra nós lá, quando a gente faz as discussões do direito, essa preocupação
677 de controle. De comando e controle, como fazer o controle, como ter um Estado que seja
678 realmente fiscalizador, eficiente em toda fiscalização Sempre pensando que muitas vezes
679 as normas são descumpridas. Mas olha que interessante quando uma decisão colegiada,
680 pela sua essência, pela forma como ela foi organizada, nos resgata o fato de que isso
681 pode construir uma maior efetividade dessas escolhas que são plasmadas em normas,
682 porque no frígir dos ovos são escolhas que esse colegiado adota ao elaborar normas e
683 mirar e nos guiar para onde devemos estar num patamar de proteção ambiental. E o que
684 precisamos melhorar nesse patamar de proteção já com os acréscimos das inúmeras
685 decisões que o STF construiu ao longo desse tempo. Então, queridos e queridas, não
686 vou me alongar mais, mas eram esses os pontos de destaque que eu faria em
687 complementação ao que o que o ministro Herman já destacou.

688 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – Agradeço demais, Priscila. Vocês
689 me ouvem? Sim? Bom, Priscila, obrigada. Acho que foi maravilhoso ter também a sua
690 análise, seu olhar. Tem sido muito bom contar com a presença da AGU, nas câmaras
691 técnicas, nos grupos assessores, a visão de vocês é super importante para o
692 funcionamento do CONAMA. Eu vi que o Rafael está com a mão levantada, eu tenho
693 uma pergunta, porque assim, a gente tem entrevista às duas mesas. A próxima mesa ela
694 seria sobre diversidade de raça e gênero na representação e equidade na participação
695 com a presença do Wdson Oliveira e da Maria Jucileide Aguiar que inclusive escreveu
696 aqui para dizer que teve que dar uma rápida saidinha para conversar com a ministra, foi
697 chamada pela ministra, mas que ela retorna, mas de qualquer forma o Wdson está entre
698 nós. Então o que eu penso isso é... eu sugeriria que a gente tivesse algum tempo de
699 intervalo de cinco minutinhos também para as pessoas poderem dar um respiro eu acho
700 que o Rafael poderia fazer a fala dele mas a minha sugestão é que em seguida a gente
701 faça um intervalo de cinco minutos e retorne com a fala do Wdson é depois de ouvir o
702 Wdson a gente possa iniciar os debates e eu acho fazer essa conversa de uma forma
703 integrada. Pode ser?

704 **O SR. RAFAEL GANDUR GIOVANELLI** – Maria Lúcia, acho que você está com o
705 microfone aberto.

706 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – Então, Rafa, faz a sua fala e, em
707 seguida, a gente, então, parte para um intervalo.

708 **O SR. RAFAEL GANDUR GIOVANELLI** – Eu queria fazer uma pergunta, se preferir que
709 faça depois na parte dos debates, pode ser também.

710 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – Pode fazer então, acho que a
711 gente faz um momento de interação e em seguida a gente faz esse intervalo.

712 **O SR. RAFAEL GANDUR GIOVANELLI** – Nossa, me faltou a voz aqui. Estou sem água
713 perto, mas vai sair. Priscila, eu queria agradecer.

714 **A SRª. PRISCILA GONÇALVES DE OLIVEIRA (AGU)** – Respira, respira, fica tranquilo.

715 **O SR. RAFAEL GANDUR GIOVANELLI** – Queria te agradecer, acho que foi muito bom
716 te ouvir. eu acho que eu acho que você faz uma reconstituição histórica da discussão do
717 CONAMA pelo direito e acho que tem várias questões que você pontua que são super
718 importantes e delicadas, como a necessidade da observância das resoluções pelos entes
719 subnacionais. Acho que esse debate federativo que acaba chegando no CONAMA é
720 super relevante, merece um olhar muito atento nesse grupo de avaliação da composição.
721 E também essa possibilidade de questionamento direto das normas no Supremo Tribunal
722 Federal também. Tudo isso tem a ver com a brilhante exposição que o ministro Herman
723 também fez do lugar central do CONAMA no SISNAMA. Mas eu queria, na verdade,
724 recolocar para você, para te ouvir, que eu acho que o espírito desses seminários é arejar
725 um pouco e trazer elementos para esse grupo assessor pensar, ter condições de avaliar
726 a composição, e o acórdão da ADPF, sem dúvida, é um elemento central que a gente
727 precisa observar, é vinculante, é um acórdão em controle concentrado de
728 constitucionalidade. E eu queria perguntar para você, e a AGU está desempenhando um
729 papel fundamental na reconstrução das políticas ambientais que foram desconstruídas
730 nos últimos anos. Como vocês têm avaliado essa premissa que consta do voto que fala

731 da paridade? É um ponto central do acórdão, um ponto central do debate que a gente vai
732 fazer aqui e queria ouvir um pouco qual é a tua perspectiva sobre essa parte do acórdão.

733 **A SRª. PRISCILA GONÇALVES DE OLIVEIRA (AGU)** – Marcela, posso em breves
734 linhas para poder dar o intervalo e não ferir o tempo dos outros colegas que vão suceder.
735 E aproveito, Rafael, para já aproveitar aqui e fazer a resposta, porque as agendas
736 acabam chocando, então vou pedir essa possibilidade de dar resposta agora. Sobre a
737 questão da composição, da paridade, enfim, a temática da paridade. Eu acho que a gente
738 precisa aprofundar uma série de questões. No acórdão, especificamente, a ministra se
739 posiciona, ela faz uma defesa, mas o que me parece que é mais evidente do que a defesa
740 que ela faz em relação à paridade é que ela de fato observa o fato de que a composição
741 fica a do chefe do Poder Executivo Federal. E isso ocorre também quando a gente analisa
742 a ADI 6148, se não me falha a memória do número, que o STF entendeu que a norma,
743 na leitura que o STF fez, daquela norma de resolução do CONAMA, não havia sido a
744 melhor forma de tratar sobre o tema, naquele caso a qualidade do ar, e ele devolve para
745 o CONAMA, na sua esfera discricionária, de fazer aquela discussão. Não quer dizer que
746 não tenha sido afirmado pelo Supremo de que esse exercício do poder discricionário deva
747 fazer de forma descolada de outras premissas e de outros princípios que também estão
748 ínsitos na Constituição. Não é porque é discricionário que necessariamente não vai
749 observar determinados parâmetros normativos e principiológicos. Então são dois
750 aspectos importantes que a gente precisa trazer dessa origem histórica. Mas que
751 reforçam que o Supremo, em várias decisões, pontuou que o colegiado do CONAMA tem
752 uma atuação técnica, tem uma atuação que expressa uma expertise, expressa um
753 espaço democrático e que merece, nesse sentido, respeito. Então, eu fiquei muito feliz
754 em saber que a gente tinha um grupo como esse, um grupo assessor que é um colegiado
755 que está pensando as novas formas de como esse colegiado deve caminhar. Por quê?
756 Porque a gente saiu de um cenário anterior, na perspectiva do STF, a gente saiu de um
757 cenário em que houve um déficit democrático segundo afirmado pela própria Corte
758 Suprema. E a gente está construindo essas novas bases que vão expressar essa
759 importância essa importância que a participação social tem que ter. Então, nesse sentido,
760 o que eu vislumbro que a ministra Rosa Weber ressaltou nos argumentos dela é que ela
761 até fala, tem essa discussão sobre a composição tem um déficit de 30 anos. É uma frase

762 dela, né? Tem um item que ela diz isso. Então, assim, ela reforça e essa discussão de
763 democracia participativa é uma discussão que não se esgotou do passado até hoje e
764 talvez não se esgote porque a gente está sempre buscando, em espaços democráticos,
765 a gente está sempre buscando qual será a melhor forma, qual será o melhor método para
766 que a gente a gente alcance, de fato, a representatividade, a diversidade social tem a
767 expressão na elaboração, por exemplo, do nosso [Ininteligível] aqui que é a elaboração
768 de normas de proteção ambiental para além de outras esferas. Então, o que eu queria
769 muito mais destacar é que é a forma, é a visão que se tem quando sentado na cadeira
770 de um conselheiro ou de uma Conselheira, qual o papel, qual a perspectiva do papel que
771 se tem ali. Qual a necessidade que se tem também de que o acesso à informação seja
772 dado àquele conselheiro para que ele possa apreender a temática e tomar uma decisão
773 com base nos riscos. Porque, no fundo, vou retomar o que o ministro falou, no frígir dos
774 ovos são escolhas expressas e plasmadas numa norma que vai ser coletivamente
775 construída e que vai alcançar os nossos Brasis, que não é só um, né? São vários, no que
776 tanja a nós aqui, são vários biomas e precisa ter essa expressão de diversidade para
777 além da sua composição, mas também de diversidade da proteção ambiental que se
778 quer, né? Da biodiversidade que se quer proteger, com essas diferenças. Então, para te
779 responder de forma objetiva e para dar o tempo, eu acho que é um assunto que precisa
780 ser aprofundado, não só encontrando, e eu aqui não quis ser exaustiva, exclusivamente
781 no voto da ministra. Existem várias outras decisões que o STF retrata colegiados e que
782 a gente precisa aprofundar isso e a gente tem que fazer um esforço de tentar, digamos
783 assim, expressar uma democracia participativa no colegiado, mas, de antemão, a gente
784 já sabe que essas discussões são discussões que são muito complexas e elas não são
785 tão simplistas que eu pudesse te dizer uma resposta assim, tem que ser dessa maneira.
786 Então, eu acho que é um assunto que precisa ser aprofundado, sim. A ministra comenta
787 no voto dela, mas ao final ela reforça que a atribuição de composição é discricionária do
788 Poder Executivo Federal, no entanto, não pode ser exercido esse poder, esse poder
789 dever, melhor dizendo, esse poder dever, ele não pode ser exercido de forma apartada,
790 de forma não informada pelos princípios constitucionais, não só do 225, e dispositivos
791 seguintes, mas com toda a principiologia do direito constitucional. Então, eu acho que
792 esse é o grande mérito da ADPF, para além de outros, mas é o grande mérito que a gente

Comentado [J2]: Entendi 225 e não 2005.

793 precisa trazer. E a 8749 é interessante, porque ela também reforça essas discussões que
794 remontam à importância dessas resoluções e o papel, digamos assim, qual o recado
795 social que as normas do CONAMA exercem lá na ponta dos nossos Brasis. Me desculpa
796 se eu alonguei. Espero ter atendido, Rafael. Eu vi que a doutora Lisiane Becker também
797 está com a mão levantada.

798 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – Bom dia. Desculpa, eu tinha
799 sugerido que a gente fizesse um pequeno intervalo e retomasse. Podemos seguir dessa
800 forma?

801 **A SRª LISIANE BECKER** – Se pudesse fazer agora a pergunta. Em questão realmente
802 a essa paridade. Eu acho que a paridade em si, ela não garante nada. Eu estou há 10
803 anos no CONAMA, agora começa o segundo ano, o décimo primeiro ano, e a gente
804 acompanhou muito bem isso, porque nós vemos que a paridade, ela deveria estar mais
805 alicerçada, independente de paritária ou não, claro que sempre é melhor a paridade, mas
806 não aqueles fundamentos tão bem colocados pelo ministro e agora pela doutora Priscila.
807 Porque esse conhecimento é que a gente vê que nas votações, principalmente as
808 pessoas, os conselheiros, eles não estudam a matéria de forma a aplicar todos esses
809 princípios constitucionais. E acabam votando, eu já vi gente votando porque o fulano
810 votou. Então, eu acho que isso que nós estamos hoje ouvindo aqui, para mim não é
811 novidade, mas sempre é bom reforçar, que também deveria ser entendido, talvez, para a
812 plenária, numa reunião da plenária, deveria ser colocado para todos, inclusive para os
813 representantes de governo, para os representantes dos demais setores produtivos,
814 porque isso falta, isso falta. Nós aqui, pelo menos a Sociedade Civil Ambientalista,
815 sabemos dessa importância de conhecer a matéria e de aplicar a legislação ambiental
816 pertinente. Mas os demais não. Tem os seus interesses, tem os seus acordos, e
817 esquecem essa base legal, como se o CONAMA fosse uma base só de diálogo, de
818 política, e não de um caráter técnico, de diretrizes, de normas, que têm essa visão de
819 futuro para o bem-estar da coletividade através de um ambiente sustentável e
820 equilibrado. Então, por isso que eu acho que não foi a ministra Rosa Weber de colocar e
821 deixar realmente esse poder discricionário, enquanto, claro, se presa essa paridade, mas
822 bem sempre atingida, porque a gente tem o CONAMA, depois tem os conselhos

823 estaduais, os conselhos municipais, que sempre se baseiam pelo nacional. Então, a
824 gente não tem como colocar, ah, tem que ser em todos os municípios, por exemplo. Não
825 tem essa paridade, não tem entidades organizadas o suficiente. O município que eu
826 trabalho, por exemplo, a maior parte da Sociedade Civil. Só tem três cadeiras da
827 prefeitura, é o contrário. Então, talvez seja nesse aspecto, uma pergunta que eu faço é
828 essa. O que é mais importante? A paridade, no seu entendimento, ou o conhecimento do
829 dever do conselheiro em relação à responsabilidade que ele assume à frente da
830 construção, dos princípios ambientais legais?

831 **A SRª. PRISCILA GONÇALVES DE OLIVEIRA (AGU)** – Lisiane, obrigada. Igualmente,
832 como o do Rafael, é uma pergunta que traz a chance da gente, de forma breve, fazendo
833 um recorte dessa importância E uma resposta complexa, porque talvez, Lisiane, esses
834 aspectos estejam intimamente conectados. Mas o que eu vi, talvez pela experiência
835 profissional como advogada da União que atuou em inúmeras consultorias jurídicas, há
836 exemplos da CONJUR do Ministério do Meio Ambiente e da qual também gostei muito
837 de ter trabalhado, o que a gente identifica é que assim, não só o conhecimento, ou seja,
838 a forma, digamos assim, cuidadosa com que cada conselheiro tem que ter para tratar dos
839 assuntos, cada conselheiro ou conselheira tem que ter para tratar dos assuntos,
840 naturalmente, a gente também não pode destacar que ele tem que ter noção, né? A
841 posição de conselheiro, ele tem que ter noção de pra onde se quer chegar. Qual é o
842 objetivo? Por que se está fazendo aquela decisão? Qual o impacto, qual o reflexo social
843 que a gente vai ter de uma escolha A ou de uma escolha B quando dá votação? Porque,
844 assim, se a gente tem sempre em mente que a elaboração normativa do CONAMA,
845 expressa, na hora que a gente pode espremer aquela resolução, eu consigo identificar
846 qual o comando, qual é a intenção que se quer alcançar no ordenamento jurídico, com
847 aquela norma você traz para ele uma responsabilidade que é muito própria e é um poder
848 dever que tem que ser exercido pelo conselheiro ou pela conselheira, em função desse
849 artigo 225, que o traz também como um dever, enquanto cidadãos, todos nós temos esse
850 dever, mas fica mais evidente para o conselheiro, nesse sentido, que ele tem que exercer
851 esse poder dever com muita parcimônia, com muito conhecimento. Então, para além do
852 poder público garantir, fornecer as informações para que aquele colegiado possa
853 desempenhar as suas atividades da melhor forma possível, há um papel individual de

854 cada um, e que eu quis chamar atenção para que, de fato, exerça da melhor forma
855 possível, e necessariamente caminhando em favor da melhoria da proteção ambiental, e
856 não de uma redução ou de uma proteção insuficiente, como no mundo do direito a gente
857 acaba ressaltando, não se quer primar uma proteção que seja desarrazoada, insuficiente,
858 descolada da realidade, se almeja que ela seja, de fato, atualizada, que expresse a
859 demanda de proteção que a gente precisa hoje para alcançar o futuro da humanidade
860 em função dessa proteção ambiental. Então, assim, eu não saberia te dizer em que lado
861 eles devem estar, qual o polo mais importante. Mas me parece que tem uma atuação, há
862 uma dialética nesses dois polos e em função dessa dialética, é que a importância de você
863 saber exatamente onde você quer chegar é um ponto fundamental. Então talvez não
864 seriam só dois polos dessa dialética, talvez a gente pudesse pensar em um terceiro polo,
865 que seria a ideia do objetivo, o que você persegue e na medida em que você sabe para
866 onde o barco vai, você sabe qual caminho você traça para chegar naquele objetivo, para
867 chegar a alcançar o destino final, o porto final que se almeja, que me parece que é um
868 porto muito mais atrelado aos princípios do direito ambiental, de proteção da diversidade
869 biológica, de todo o patrimônio ambiental que nós temos no Brasil, e que urgentemente
870 clama por uma maior proteção nesse sentido. Desculpa, Marcela, se eu avancei no
871 tempo, antecipadamente, peço desculpa.

872 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – Obrigada, Priscila. Eu queria
873 registrar a presença do Mauro Pires, que é o coordenador desse grupo Assessor e
874 presidente do ICMBio. Mauro, bem-vindo ao debate. Agora, minha sugestão, para que a
875 gente siga com o nosso roteiro e sem prejuízo da gente voltar nessas mesmas essas
876 mesmas questões ligadas à questão da ADPF, mas que a gente siga a programação com
877 a próxima mesa que é sobre diversidade de raça e gênero na representação e equidade
878 na participação a gente tem aqui a presença do Wudson é mas eu queria sugerir um
879 breve intervalo de cinco minutos, são cinco para às onze, que às onze horas a gente
880 retorne, só para dar um respiro mesmo, vou ficar aqui conectada, para esticar as pernas,
881 está bom? Mas a gente retorna em cinco minutos e vamos começar com a fala do
882 Wudson. Obrigada, gente, até já.

883 [Intervalo]

884 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – Mauro? Bom dia.

885 **A SRª CARLA ALESSA (Chefe de Gabinete do ICMBio)** – Oi, bom dia. Eu sou Carla
886 Alessa, chefe de gabinete aqui do ICMBio. O Mauro precisou fazer a abertura de um
887 evento importante, sabe como é a abertura de evento, atrasou a autoridade, ele foi o
888 último a falar que o evento foi aqui, aí ele está chegando, está, para a reunião. Perfeito.
889 Ele acabou de sair lá da mesa e o pessoal segurando ele no evento.

890 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – A gente está em um breve
891 intervalo e retorna às 11 horas, daqui a dois minutinhos, está bom?

892 **A SRª CARLA ALESSA (Chefe de Gabinete do ICMBio)** – Ah, então, é bem o tempo
893 que ele chega. Obrigada, gente.

894 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – Olá, Mauro.

895 **O SR. MAURO PIRES (Presidente do ICMBio)** – Marcela.

896 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – Como vai?

897 **O SR. MAURO PIRES (Presidente do ICMBio)** – Tudo bem, e você?

898 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – Tudo bem. Nós tivemos, agora,
899 das 9h às 11h, a fala do ministro Herman Benjamin e da doutora Priscila Oliveira, da
900 AGU. Foi muito rica discussão e agora nós vamos começar a segunda parte que é uma
901 mesa sobre diversidade de raça e gênero. A gente teve um imprevisto que a nossa
902 convidada do Ministério das Mulheres teve que se ausentar, mas o nosso o convidado
903 do Ministério da Igualdade Racial, que é o Wdson Oliveira, está presente, então ele vai
904 iniciar a conversa e a minha proposta é que, em seguida, a gente tenha um tempo para
905 conversar também entre o grupo assessor, poder debater um pouquinho mais.

906 **O SR. MAURO PIRES (Presidente do ICMBio)** – Está, ótimo. O Ronaldo não pôde, não?
907 O Ministério da igualdade racial? Originalmente era ele, né?

908 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – Foi indicado o Wdson.

909 **O SR. MAURO PIRES (Presidente do ICMBio)** – Ah, ok. É, eu queria ter assistido à
910 palestra, né? Acabei perdendo. Mas, como eu te falei, a gente estava com um seminário
911 ali sobre Convenção 169, presidência da FUNAI, presidência do Ibama, professor Carlos
912 Marés e, enfim, não tinha como faltar, sabe? Mas é a vida. Eu sei que o Rafael anotou
913 tudo direitinho, então, depois, eu pedi para ele me passar.

914 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – Nós estamos gravando a reunião,
915 e a ideia é depois também a gente fazer uma transcrição, uma sistematização para
916 subsidiar as discussões do grupo. Mas até retomando aqui um pouco a programação
917 aproveitando que as pessoas estão entrando novamente a gente tem a discussão dessa
918 manhã e no dia 25 de outubro a gente tem uma outra mesa e aí vai ser presencial a ideia
919 é que na próxima a gente também garanta a presença do fechamento e o fechamento,
920 né, dessas discussões, que a gente avance um pouco mais nos subsídios que o
921 seminário traz para o grupo assessor.

922 **O SR. MAURO PIRES (Presidente do ICMBio)** – Ótimo. E a reunião do GT vai ser
923 quando? Vai definir ainda, né?

924 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – É, aí a gente tira uma próxima
925 data. Está bom? Bom, acho que a gente pode reiniciar as conversas. Wdson, está
926 presente?

927 **O SR. WDSO LYNCON CORREIA DE OLIVEIRA (Ministério da Igualdade Racial)** –
928 Oi, pessoal. Bom dia. Estou presente sim.

929 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – Obrigada pela sua participação,
930 Wdson. Mauro, você quer fazer uma fala antes da gente iniciar a segunda mesa? Você
931 gostaria de fazer alguma intervenção?

932 **O SR. MAURO PIRES (Presidente do ICMBio)** – Não, Marcela, assim, eu só agradecer
933 a presença de todos, me desculpar pela ausência nesse primeiro momento. Como eu
934 disse, estava uma outra atividade que não podia faltar. Sei que eu acabei perdendo,
935 porque a fala orientadora do ministro Herman sempre é muito oportuna e abre espaço
936 para a gente pensar questões complexas, na área ambiental e na participação.

937 Coincidentemente, ali eu estava num seminário sobre a convenção 169, a convenção
938 que trata da consulta livre, prévia e informada a populações tradicionais, grupos
939 indígenas, quilombolas, etc. E a base dessa convenção me parece que é a mesma base
940 aqui do nosso grupo de trabalho, que é como garantir participação, diversidade e ao
941 mesmo tempo funcionar, ao mesmo tempo encontrar um arranjo para o CONAMA que
942 seja que seja equilibrado, que a gente consiga avançar com as próprias agendas do
943 CONAMA. Então, enfim, são coisas que estão acontecendo, mas vamos seguir aí a
944 programação, Marcela, e cumprimentar todos novamente. gente. Obrigado, gente.

945 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – Bom, essa primeira parte, Mauro,
946 só para também poder trazer só um resgate bem breve sobre o que a gente abordou,
947 mas o ministro Herman Benjamin, ele trouxe muito a delegação constitucional que o
948 CONAMA recebe para normatizar critérios e padrões ambientais que garantam um meio
949 ambiente ecologicamente equilibrado e a importância de essa atribuição ser exercida é
950 sempre na dimensão de ampliar as garantias de direitos, nunca de retrocessos, e é esse
951 o olhar que ele trouxe sobre a ADPF 623, a impossibilidade de a gente retroceder tanto
952 materialmente no direito quanto nos próprios procedimentos, no campo processual e de
953 composição participação e de garantia de participação dentro do conselho. Em seguida,
954 a gente teve uma fala da doutora Priscila Oliveira, que avançou nessa questão, trazendo
955 também outras decisões do STJ e do STF com relação ao papel, a competência do
956 CONAMA, e ambos trouxeram a questão do papel qual normativo como uma atribuição
957 muito potente e que exige uma competência consciência e um saber considerado
958 inclusive de especialistas dos conselheiros para contribuir com a normatização ambiental
959 então um pouco esse é o plano de fundo que a gente tem no avanço da discussão para
960 que a gente e no final a gente chegou um pouco num ponto que foi é a paridade é uma
961 questão importante de ser discutida, mas não basta a paridade. Existe um saber dos
962 conselheiros, uma responsabilidade dos conselheiros que também é muito importante
963 para aquele exemplo para que o conselho chegue à sua ter uma finalidade maior, então
964 como também contribuir para que os conselheiros tenham mais elementos para participar
965 de uma forma qualificada, né? E aí a partir disso agora a gente avança para uma nova
966 questão que também é muito importante para garantir uma participação efetiva e
967 democrática que é a representatividade, tanto no aspecto racial quanto de gênero. É um

968 desafio para a gente não só garantir a presença da diversidade racial e de gênero, mas
969 a gente trouxe a questão da equidade, que é as condições de participação efetiva. Então,
970 para isso, a gente convidou o Wdson, que é o nosso representante do Ministério da
971 Integridade Racial, Nacional e a Maria Jucileide, que é do Ministério das Mulheres, porém
972 a Maria Jucileide teve que se ausentar por uma chamada urgente da ministra, então eu
973 vou pedir para o Wdson fazer a sua exposição, agradeço demais a sua presença e aí em
974 seguida a gente pode avançar nos debates do grupo assessor, trazendo a contribuição
975 também dos conselheiros para que a gente tenha mais elementos para discussão.
976 Obrigada, Wdson.

977 **O SR. WDSO LYNCON CORREIA DE OLIVEIRA (Ministério da Igualdade Racial) –**

978 Bom, pessoal, bom dia. Obrigado, Marcela. Acho que, inicialmente, o Ministério da
979 Igualdade Racial agradece o convite, entendendo a importância dessa ação e a forma
980 como ela se transversaliza e transversaliza outros diálogos que a gente também vem
981 construindo no Ministério da Igualdade Racial. Bom, eu sou o Wdson, coordeno a
982 participação, o controle social, a articulação interfederativa e sou responsável também
983 pelas agendas Clima e Meio Ambiente aqui na Secretaria de Políticas para Povos e
984 Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiro, Quilombolas e Ciganos,
985 onde o secretário é o secretário Ronaldo. Mais especificamente, estou mais voltado para
986 os povos de matriz africana como um todo, aqui pela secretaria e pela diretoria, e assumir
987 a responsabilidade de fazer esse diálogo. Então, eu gostaria, antes de tudo, também
988 dizer que vou tentar reduzir um pouco a minha fala pensando nessa participação mais
989 coletiva, entendendo que esse debate acerca de raça, de equidade e participação de
990 raça e gênero também, é um debate que exige um olhar mais sociológico, antropológico,
991 talvez até mais do que um normativo, entendendo inclusive que as nossas normativas
992 hoje não conseguem conceituar ou não conceituam dentro de vários âmbitos essas
993 categorias, então o Ministério da Igualdade Racial vem fazendo essa incidência,
994 buscando essa equidade e para a gente trabalhar, pensar e desenvolver política de raça
995 e também desenvolver política de gênero, entendendo que essas duas categorias elas
996 se interrelacionam quando a gente pensa acesso, participação, equidade e política
997 pública. Então há intersecções entre essas duas categorias e dessa forma a gente vem
998 construindo uma agenda de diálogo pensando hoje, o Ministério da Igualdade Racial, que

999 é fruto da Secretaria de Promoção de Igualdade Racial, da antiga SEPI, e é fruto também
1000 de uma conquista dos movimentos sociais negros no Brasil como um todo também.
1001 Enfim, a gente vem pensando essa interseccionalidade na agenda, nos diálogos, nas
1002 contribuições, de forma que a gente consegue compreender quando a gente pega os
1003 dados, os números, né? A gente consegue compreender que não tem como falar de raça
1004 sem gênero e não tem como falar de gênero sem raça, sobretudo porque quando a gente
1005 pega, por exemplo, os dados que estão sendo analisados hoje, né? Do IPCC, por
1006 exemplo, ou do próprio ICMBio, né? A gente veio fazer nesse diálogo também, a gente
1007 consegue compreender que verificar que o público que menos acessa a política, os
1008 programas, as ações e também o público que é mais afetado, seja pelos efeitos disso
1009 que a gente está chamando de resultados das mudanças climáticas ou de outros
1010 processos também, de acesso a áreas agricultáveis, por exemplo, também, são no geral,
1011 mulheres e mulheres negras, então acho que essa mesa nos contempla de várias formas,
1012 entendendo que esse diálogo raça e gênero foi colocado nesse âmbito e nesse lugar, e
1013 eu acho que a gente consegue partir dessas duas categorias de forma bem transversal.
1014 Bom, a gente vem, enquanto Ministério da Igualdade Racial, vem incidindo, pensando a
1015 gente vem construindo hoje a política de promoção de igualdade racial mais do que a
1016 política de enfrentamento, a política de enfrentamento aos racismos. Ela é uma política
1017 que ainda é vigente, a gente vem atuando porque é necessário, mas a gente vem
1018 construindo hoje uma narrativa, na verdade, de promoção da igualdade racial. Somos o
1019 primeiro país a pensar, a desenvolver um ministério e uma política voltada para a
1020 promoção de igualdade racial. E aí isso se reflete em outros ministérios, em outras
1021 instituições, e chega no CONAMA, o que para a gente é muito importante e interessante
1022 porque quando, sobretudo aqui, né, Secretaria de Políticas... Alguém está com o
1023 microfone aberto, não sei se quer falar. E assim, a gente pode ir trocando aqui, né,
1024 conversando. Mais do que uma apresentação só do Ministério da Igualdade Racial, né,
1025 eu acho que o debate ele precisa se transversalizar a ponto de fazer com que haja uma
1026 troca a partir das concepções, das perspectivas que estão sendo postas, mas retomando,
1027 a gente vem pensar nessa política de promoção da igualdade racial, entendendo que
1028 nessa transversalidade dos ministérios, das instituições, a gente precisa criar condições
1029 para viabilizar a participação e equidade dentro dessa participação e garantia de acesso

1030 às políticas e aos conselhos e aos programas não só de raça, mas de raça e gênero de
1031 forma, de fato, eficaz e transversal, né? A gente vem pensando isso, sobretudo, no nosso
1032 conselho, né? A gente retoma agora, retomou há pouco, o Conselho de Promoção de
1033 Igualdade Racial e dentro do conselho a gente precisou pensar também em todas as
1034 cadeiras a participação de homens e mulheres e dentro desse conselho, dentro desse
1035 conselho como um todo. Então eu acho que quando o CONAMA nos procura, para fazer
1036 esse diálogo, para ver como que a gente pode, quais categorias são acionadas, como
1037 elas são acionadas e como a gente pode trabalhar com essas categorias dentro do
1038 CONAMA, pensando a participação e equidade, a gente vê com bons olhos essa ação,
1039 entendendo que hoje, sobretudo aqui na Secretaria, com o público que a gente tem,
1040 quilombo, matriz africana, terreiro e ciganos, entendendo que um dos principais gargalos
1041 hoje para esses povos, inclusive, são as políticas ambientais. E aí a gente tem uma série
1042 de processos que informam isso, por exemplo, no Pará, quando a gente esteve lá nos
1043 diálogos amazônicos, em diálogo com as comunidades tradicionais também negras, a
1044 gente recebeu muitas denúncias de tentativa de acesso a parques para a promoção dos
1045 ritos e de manutenção da ancestralidade dos povos e comunidades tradicionais e a
1046 proibição de acesso a esses parques, ou a criminalização desses povos ao acessarem
1047 esses parques. E eu acho que esse é um ponto muito importante para a gente pensar de
1048 forma mais sociológica, antropológica, talvez, o que a gente está chamando de meio
1049 ambiente e para quem é esse meio ambiente, quem está acessando as políticas de meio
1050 ambiente, se são os povos e comunidades tradicionais também, porque é isso, não são
1051 eles só os detentores do meio ambiente e os responsáveis pela manutenção desse meio
1052 ambiente ou desse meio, né? Então, eu acho que pensar equidade e participação desses
1053 povos é, sobretudo, é conseguir garantir que a gente não tenha só a participação num
1054 conselho, mas a gente tenha a participação na elaboração de uma política. Porque
1055 quando a gente pensa uma política, uma política de restauração, uma política, por
1056 exemplo, agora a gente está no desenvolvimento da PGTAQ, que é Política Nacional de
1057 Gestão Territorial e Ambiental Quilombola, o que a gente precisa considerar dentro disso
1058 que a gente está chamando de gestão territorial e ambiental, quais são os fazeres e
1059 saberes que estão e que são necessários e importantes serem acionados para que haja
1060 de fato uma gestão territorial e ambiental. Não é só a participação de uma pessoa

1061 quilombola, não é só a participação de uma pessoa negra, é a participação também desse
1062 saber, desse conhecimento, dessa relação com esse território, com essa territorialidade,
1063 com essa terra, com esse espaço, a partir da perspectiva desse povo, né? E o que esse
1064 povo está dizendo sobre esse território, né? E aí eu entendo que a gente precisa retomar
1065 um pouco isso para poder entender como que se dá essa participação, entendendo que
1066 a participação não é só a presença, entendendo que a participação se dá no âmbito da
1067 chegada desse saber, da entrada desse saber, dessa relação, para que a gente consiga
1068 pensar uma política eficaz, uma política ambiental eficaz. Então, esse retorno, essa
1069 retomada desse caminho, para mim, chega no sentido de precisar compreender e por
1070 isso que eu inicio a minha fala dizendo que é uma análise mais sociológica ou
1071 antropológica, entendendo que a gente precisa se aproximar dessas pessoas que a gente
1072 está propondo aqui, a participação, para compreender qual que é a perspectiva, a
1073 percepção e a relação dela com esse meio. Eu acho que algumas instituições vêm
1074 desenvolvendo esse diálogo com a gente também, o Ministério da Saúde lança agora,
1075 em março desse ano, uma portaria que é a portaria que institui o Programa Nacional de
1076 Equidade de Gênero e Raça na valorização do Sistema Único de Saúde. Como que
1077 pensa a participação e a equidade dentro do desenvolvimento do sistema ou do diálogo
1078 para o desenvolvimento do Sistema Único de Saúde. A Fiocruz lança também uma
1079 política de equidade racial e de gênero, pensando também a participação, ou seja,
1080 participação, raça e gênero estão sendo acionadas sobre uma outra perspectiva. E eu
1081 acho que a gente está no momento para fazer isso, né? Pensar essa participação sobre
1082 essa outra perspectiva de fato, né? E aí eu gosto de pensar, tem um trabalho, né?
1083 Pensando, acho que eu consegui pegar um pouquinho dessa última mesa, pensando
1084 esse modelo de voluntarismo cívico, apresentado naquele trabalho Voice and Equality,
1085 como que se dá essa participação e quais são esses lugares da participação acionados
1086 pelas instituições públicas. Então, um dos pontos é o recurso socioeconômico para
1087 garantia de participação necessária. Outra é a competência. Que competência é essa
1088 que a gente está acionando para garantir essa participação? A gente está falando de
1089 uma competência normativa, legalista, institucionalizada? A gente está falando de uma
1090 competência processual e não processual no âmbito da instituição ou no âmbito da
1091 legalidade, mas processual no âmbito do conhecimento do processo dentro desse

1092 território, por exemplo, quando a gente pensa em política ambiental. Outro ponto é a
1093 percepção dessa competência enquanto uma percepção subjetiva. E aí essa percepção
1094 dessa competência, que é uma competência subjetiva, ela precisa ser acionada para que
1095 a gente consiga garantir de forma eficaz essa participação. Enfim, um outro ponto
1096 também é que, pensando nesse diálogo que está sendo construído aqui, a gente, eu acho
1097 que dialoga com o que o presidente Lula vem acionando através do Ministério da
1098 Igualdade Racial e também do Ministério da Saúde, que é o que ele anuncia lá atrás, que
1099 é há pouco tempo, que é o ODS da igualdade racial. O que é esse ODS da igualdade
1100 racial e como que ele deve ser acionado perante os conselhos mesmo, perante as
1101 instituições, as secretarias, os ministérios e outras instituições. Como que ele deve ser
1102 acionado pensando a promoção da igualdade racial como um caminho, pensando a
1103 participação da participação das comunidades, dos povos negros e negras, pensando
1104 nesse como um caminho para a promoção da igualdade racial, né? E pensar nessa
1105 promoção da igualdade racial como um compromisso que o presidente assumiu, né? E
1106 como o projeto político assumiu nessa nova gestão, né? E dialoga muito também com o
1107 que foi anunciado também por nosso Ministério, que é o Comitê de Monitoramento das
1108 Amazônias Negras, né? E dentro esse Comitê de Monitoramento das Amazônias Negras
1109 tem como objetivo, inclusive verificar, junto a esses povos e comunidades negras na
1110 Amazônia, verificar o acesso às políticas públicas e a elaboração dessas políticas.
1111 Quando a gente fala de política pública, a gente também não deve falar só de acesso, a
1112 gente deve falar a partir da perspectiva da elaboração dessa política. Eu acho que os
1113 conselhos, eles conseguem e cumprem com um papel muito importante nesse lugar, né?
1114 Entendendo, por exemplo, que o CONAMA tem essa finalidade de assessorar, estudar e
1115 propor ao governo diretrizes e políticas governamentais, ou seja, a participação de
1116 pessoas negras de povos e comunidades tradicionais é importante nesse sentido. E
1117 como a gente pode melhorar essa participação, garantir essa participação e essa
1118 equidade, eu gosto, eu particularmente, e eu acho que por estar nessa agenda acabo
1119 incidindo dessa forma também pelo Ministério, eu gosto de pensar que isso precisa ser
1120 construído de forma participativa e coletiva, outros conselhos também passaram por esse
1121 diálogo com a gente, mas eu gosto de pensar que precisa ser construído de forma
1122 participativa e coletiva no âmbito do Conselho, porque a configuração, as configurações

1123 são muito distintas de alguns conselhos, né? E aí pensando essas distinções, eu acho
1124 que, eu acredito que é muito mais interessante a gente parar para se ouvir como tem sido
1125 nos últimos anos e como que a gente, em que lugar da construção da política ambiental
1126 que a gente quer chegar para pensar a participação efetiva, né? E como que a gente
1127 consegue hoje, nesse momento, né, construir uma participação que garanta aquilo que
1128 eu já falei no início e vou acabar sendo redundante, como que a gente consegue garantir
1129 não só a participação dessas pessoas, desses conselheiros e conselheiras, mas a
1130 participação no âmbito da coletividade. Quando a gente fala de comunidades tradicionais,
1131 eu acho que há um consenso, porque a gente está falando de indivíduos que são
1132 conselheiros e conselheiras, mas que estão no âmbito da coletividade, representando os
1133 povos e comunidades tradicionais, por exemplo. Então, a gente vem trabalhando aqui,
1134 na nossa secretaria, com a participação das redes nacionais, mais do que com as
1135 comunidades, por exemplo, as comunidades de matriz africana se organizam em redes,
1136 A gente tem hoje um mapeamento de existência de cinco redes nacionais, são elas a
1137 rede afroambiental, que é a rede do povo de matriz africana, responsável pela agenda
1138 do meio ambiente e clima, a Renafro, que é a rede do povo de matriz africana, que é
1139 responsável pela agenda, pela pasta da saúde, dentro do diálogo com os povos, com as
1140 comunidades no Brasil. A gente tem o FONSANPOTMA, que é o Fórum Nacional de
1141 Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos de Matriz Africana que está na pasta da
1142 segurança e soberania alimentar, no CONSEA, sobretudo. A gente tem a ACBANTU que
1143 está pensando o território e territorialidade. Então os povos eles têm esses povos e
1144 comunidades têm uma já tem uma organização que dão conta de debater sobre as pastas
1145 no âmbito nacional e de forma transversal entre os povos de matriz africana, por exemplo,
1146 que dá conta para a gente de pensar a política pública com a participação desses povos.
1147 As comunidades quilombolas também têm feito isso e a gente também tem acionado
1148 essas comunidades e as redes quilombolas nacionais, entendendo que, inclusive, essas
1149 redes nacionais, elas estão em diálogo com as redes municipais e estaduais, e são
1150 diversas, né? E eu acho que isso não só garante a participação, como garante, inclusive,
1151 o desenvolvimento de uma ação que se propõe a fomentar essa articulação, né? E aí eu
1152 acho que quando a gente pensa esse fomento, né? O fortalecimento dessa articulação,
1153 a gente consegue garantir uma participação efetiva, inclusive para depois dos quatro

1154 anos, e uma articulação para depois dos quatro anos, uma incidência, um diálogo para
1155 depois dos quatro anos, né? É isso, eu acho que esse é mais um panorama de como a
1156 gente vem fazendo, de como a gente vem pensando essa participação e essa equidade
1157 a partir da perspectiva da promoção da igualdade racial. Eu acho que eu agora gostaria
1158 mais de ouvir também um pouco de todos aqui para a gente pensar como que a gente
1159 pode garantir, entendendo inclusive a autonomia do próprio Econômico, do próprio
1160 Ministério, onde o CONAMA está, né? É isso, Marcela.

1161 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – Muito obrigada, Wdson. Foi muito
1162 bom te ouvir, acho que estava comentando que eu estou com a Júlia que trabalha comigo
1163 no departamento, né? De apoio ao CONAMA. Muitas ideias, você foi falando e
1164 começaram a vir muitas ideias que têm a ver com essa questão de como que a gente
1165 também, não só disponibiliza documentos, mas a gente torna acessíveis as discussões
1166 que a gente está colocando no CONAMA para todos os conselheiros e que permita
1167 justamente que eles sejam representantes, que eles possam levar para os seus órgãos
1168 específicos também um pouco disso que o CONAMA está discutindo e possam trazer
1169 mais suas discussões específicas para dentro do Conselho assim. Você abriu um
1170 universo aí. Eu acho que é o início de um diálogo com o Ministério da Igualdade Racial
1171 que tem que se aprofundar que eu acho que vocês podem contribuir muito para a gente
1172 aproximar mesmo essa discussão da justiça ambiental pessoal, pensando nas
1173 comunidades e nos nas populações mais vulneráveis também as questões ambientais,
1174 como você trouxe. Os quilombos e outras comunidades que o Ministério dos Povos
1175 Indígenas também tem um papel fundamental para nos trazer fazer elementos, para a
1176 gente poder focar nos temas que também estão na ordem do dia dessas populações, né?
1177 Então agradeço demais, já anotei aqui muitas ideias e eu acho que o Mauro gostaria de
1178 fazer uma fala, tem algumas pessoas inscritas, o Rodrigo também.

1179 **O SR. MAURO PIRES (Presidente do ICMBio)** – Vou fazer uma rápida intervenção,
1180 Marceao. Bom, Wdson, obrigado pelos excelentes comentários, a exposição sobre o
1181 próprio Ministério, mas também o Conselho. São duas coisas que eu queria trazer aqui.
1182 A primeira, você começou falando sobre algumas denúncias de acesso a parques e tal,
1183 que você verificou lá no Pará. Se depois você puder encaminhar para a gente tentar

1184 verificar, saber do que se trata, se é o parque nacional, se eventualmente é do Estado,
1185 porque hoje não é política do ICMBio e do governo dificultar o acesso às comunidades a
1186 seu próprio território. Acho que, de fato, nós temos casos de sobreposição de unidades
1187 de conservação a território quilombola, sobretudo ali na região de Trombetas, Flona
1188 Carajás, REBIO Trombetas, e assim vai. Mas esses casos estão sendo... Nós já temos
1189 termos de compromisso, etc. Então, o que eu preciso saber é se esse caso se refere
1190 essa porção territorial e se há um descumprimento da nossa parte, mas eu acho que a
1191 gente pode fazer à parte. A segunda questão é que é o seguinte, quer dizer... Veja, eu
1192 acho que você trouxe aqui vários elementos que são constituintes das nossas discussões
1193 dentro do grupo. Por quê? Porque o grupo, esse com quem você está conversando, ele
1194 tem a atribuição, dada pelo plenário do CONAMA, de discutir composição do próprio
1195 CONAMA. Agora, o que você trouxe foram também elementos de participação, de
1196 melhoria, digamos assim, da qualidade da representação mediante acesso à informação
1197 e, propriamente, participação das discussões do processo da tomada de decisão. Então,
1198 eu acho que isso aqui, Marcela, falando um pouco mais para nós, eu acho que é um
1199 exemplo de como que, de um lado, o nosso GT tem que olhar para a questão da
1200 participação e, portanto, fazer sugestões ao plenário do CONAMA que caminhem, que
1201 fortaleçam essa frente de ação e, de outro lado, questões associadas à composição. E
1202 aí, Wdson, é que eu gostaria de entender um pouco mais como que é, no caso do
1203 conselho, essa composição, quer dizer, paridade, governo, sociedade, como que é a
1204 representação da variedade dos grupos dentro de uma composição, porque, enfim, eu
1205 não sei o tamanho do conselho atualmente, eu já até participei anos atrás, mas, enfim,
1206 então, eu acho que para a gente aqui é importante saber como que o Ministério lida com
1207 esses parâmetros. De um lado, garantir participação e representatividade dentro da sua
1208 estrutura do conselho e, de outro lado, também garantir efetividade, porque também não
1209 adianta você ampliar o número se a efetividade reduz. Então, estava interessado em
1210 conhecer um pouco mais. Você falou de paridade entre homens e mulheres, um equilíbrio
1211 nesse sentido, mas e os outros grupos? Como é que é? Uma representação é regional
1212 e, em sendo regional, ela é pelas regiões administrativas do país, centro-oeste, nordeste,
1213 sudeste, etc., ou ela desce a grupos específicos? E a descer a grupos específicos, isso
1214 não cria uma sobre representação de determinado grupo, em detrimento de uma sub-

1215 representação, do outro lado? Enfim, são questões que eu gostaria de a gente debater
1216 um pouco.

1217 **O SR. WDSOY LYNCON CORREIA DE OLIVEIRA (Ministério da Igualdade Racial) –**
1218 Como vocês querem fazer? Eu posso responder ou a gente vai...

1219 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES –** Acho que você pode responder,
1220 sim.

1221 **O SR. WDSOY LYNCON CORREIA DE OLIVEIRA (Ministério da Igualdade Racial) –**
1222 Está bem, perfeito. Bom, sobre o primeiro ponto que você coloca, a gente formalizou o
1223 recebimento dessas denúncias. É uma denúncia que o povo de matriz africana relata
1224 para a gente. Entende-se como povo de matriz africana, hoje, pela política de
1225 desenvolvimento sustentável, como povo que a gente chamava, até pouco tempo atrás,
1226 povo de terreiro. Então, hoje, tem também essas duas categorias, terreiro e matriz
1227 africana. A gente recebeu essa denúncia, o relatório está com a gente, posso te
1228 encaminhar, sim, esse relatório. Ele tem sido recorrente ali no Pará. O parque, eu não
1229 lembro agora em que setor, em que lugar, mas o parque é estadual. E aí, essa denúncia
1230 chega informando para a gente que esse grupo não pode acessar o parque, não pôde,
1231 não conseguiu e foi proibido de acessar o parque para fazer determinados ritos. E não
1232 são ritos de... Sei lá, de retirada de espécies vegetais, talvez folhas, espécies vegetais
1233 ou animais. São ritos tradicionais desses povos e comunidades. A gente ainda está
1234 fazendo uma análise desse relatório, que ele é bem grande, para poder compreender,
1235 mas tem outras áreas, outras regiões do Brasil que também enfrentam situações muito
1236 similares. Eu gosto de acionar sempre um engenheiro florestal, para poder entender tudo
1237 isso, um engenheiro florestal que hoje, inclusive, está muito em voga no Brasil, que é o
1238 Malcolm Ferdinand, que trabalha com ecologia decolonial. E ele fala de... Sobretudo,
1239 quando a gente fala dessa ecologia enquanto estudo das relações, ele fala que existem
1240 fraturas que são fraturas coloniais. E uma dessas fraturas coloniais é essa elaboração,
1241 por parte da política ou da academia também, de um contexto onde existe uma separação
1242 entre o ser humano e esse meio. E esse meio ambiente não compõe mais essa
1243 organização desses povos e comunidades tradicionais, enquanto povo e comunidade
1244 tradicional. Ele é entendido como meio. Esses povos e comunidades acessam esses

1245 espaços, acessam esses meios, e eles acabam se distanciando dos seus modos, dos
1246 seus fazeres, do seu sagrado, o povo de matriz africana, não entende o rio como um
1247 lugar onde eu me banho, bebo água, como um produto. Ele entende o rio como uma
1248 divindade e esse rio compondo essa comunidade. Por outro lado, existem territórios
1249 quilombolas e também dentro dessa sobreposição, compreendendo essa sobreposição,
1250 tem territórios quilombolas que tem terreiros, e esses territórios e esses terreiros e a
1251 gestão territorial e ambiental acontece por meio de uma entidade. E essa entidade não é
1252 entendida como... A gente entra nesse lugar do entendimento e aí essa é uma análise
1253 bem antropológica mesmo. A gente entra nesse entendimento do místico, do distante, a
1254 gente não consegue compreender que a gestão do território também se dá para esses
1255 povos e comunidades atrelada aos seus modos e às suas práticas que são ancestrais,
1256 ritualísticas e religiosas muitas vezes. Como que a gente pensa isso? É extremamente
1257 delicado, vai exigir muito. Então é quase que uma, digamos, quase que uma, para a gente
1258 que não vive isso talvez, quase que uma viagem filosófica. A gente precisa mergulhar
1259 isso para pensar a política pública. Quando a gente está pensando aqui a política nacional
1260 de gestão territorial, a gente, no nosso caso, não é a nossa secretaria, precisa considerar
1261 isso entendendo que há uma dimensão, que é uma dimensão subjetiva na gestão dessa
1262 política. E aí como que o Estado consegue, pode fazer isso, consegue fazer isso? No
1263 âmbito do conselho, essa subjetividade, ela precisa aparecer porque quando a gente
1264 pensa isso que é função de um conselho, que tem como, sei lá, como objetivo elaborar a
1265 política, acompanhar a política, proporcionar subsídio para a criação de política, como
1266 que a gente faz isso no âmbito do Estado? Isso é extremamente desafiador para a gente.
1267 E aí o segundo ponto que você traz é como que o Ministério lida com esses parâmetros
1268 para a composição de um conselho. Esse é um desafio que a gente também enfrenta
1269 aqui, mas que a gente tende a construir com o público. E aí, no nosso caso, talvez seja
1270 um pouco mais, talvez menos, mais tranquilo, digamos, ou mais fácil ou mais tranquilo,
1271 não que seja fácil, mas é mais fácil porque a gente tem um público extremamente
1272 específico. A gente está falando de povos quilombolas, povos de matriz africana, povos
1273 de terreiro e povos ciganos. Então quando a gente fala de um CONAMA, a gente está
1274 falando desses povos e de vários outros povos, inclusive que não são povos e
1275 comunidades tradicionais porque a política ambiental atravessa a sociedade. No caso do

1276 CONAMA, a sociedade brasileira. Então o desafio é muito maior. Mas a gente, quando a
1277 gente vem pensando nessa participação aqui e essa equidade, a gente pensa... Óbvio
1278 que os conselhos têm autonomia também, então a gente não consegue impor um modelo,
1279 um formato de composição. Do que a gente está entendendo como equidade. E aí, mais
1280 uma vez, para a gente pensar participação e equidade não é pensar na garantia da
1281 participação de pessoas negras. Não é só isso. A gente está falando de participação das
1282 pessoas negras dentro dos seus contextos, com as suas linguagens, com as suas
1283 perspectivas e da forma que elas entendem também como que é essa participação. E aí
1284 a gente precisa quebrar com isso que eu chamei antes de fratura colonial, porque a forma
1285 de composição, organização dos nossos sistemas ele é colonial e eu não estou aqui
1286 fazendo uma fala militante, estou falando uma fala a partir da historiografia brasileira. A
1287 nossa organização, a nossa institucionalidade ela é colonial porque ela é herança de uma
1288 proposição, de um modelo colonial. E aí, sendo um modelo colonial, está distante em
1289 vários sentidos, estão distantes, está distante da forma como esses povos se organizam.
1290 Em vários momentos, está tão distante da forma que eles se organizam que a gente
1291 começa a interferir na forma como eles se organizam. A gente começa a exigir, por
1292 exemplo, que para a participação num conselho a organização tenha, sei lá, um CNPJ.
1293 E aí o CNPJ não é o modelo com o qual essas organizações, esses povos atuam. Eles
1294 se organizam em rede de uma outra forma. E a gente entra com uma exigência que a
1295 gente entende, é uma exigência que é legal no sentido normativo, que muitas vezes a
1296 gente, inclusive, não consegue abrir mão, mas em outros momentos, em outros espaços,
1297 existe a possibilidade de fomentar outras formas de organização. E aí, se a gente está à
1298 disposição, disposto e disponível para, de fato, criar outras formas de participação e
1299 pensar essa composição com esses povos e comunidades tradicionais, a gente precisa
1300 garantir que a linguagem, eu não estou falando a linguagem só de quem está falando, de
1301 quem está escrevendo, de quem está lendo, mas a linguagem de quem está também se
1302 organizando e como se organiza, precisa acessar e precisa estar dentro dos conselhos.
1303 E isso é para qualquer conselho, em todos os desafios que eu sei que existem. No âmbito
1304 da agenda do meio ambiente e do clima, é desafiador, muito desafiador, porque a gente
1305 precisa falar de gênero, a gente precisa falar de raça, mas a gente precisa falar de bioma,
1306 a gente precisa falar de região, a gente precisa falar de periferia, de área urbana, de área

1307 rural, e todas essas dimensões ou todas essas categorias ou sobreposições, como a
1308 gente vai chamar, acionar, são formas que precisam estar dentro, sobretudo do
1309 CONAMA, do meu ponto de vista, de uma pessoa que vem, apesar de ser cientista social,
1310 que trabalha com a agenda do meio ambiente e do clima, dentro do CONAMA, isso é
1311 importante para que a gente consiga pensar uma elaboração de política e de contribuição
1312 de forma efetiva. Como que a gente pode pensar isso? Eu acredito que... Eu começo
1313 sempre, a gente, enquanto Ministério, na verdade, nos nossos espaços, a gente começa,
1314 e aí por se tratar também de um Ministério de Igualdade Racial, a gente começa sempre
1315 a pensar essa organização a partir da primeira sobreposição, que é uma sobreposição
1316 que é resultado dessa fratura colonial, que é o quê? Raça, faixa e gênero. Porque quando
1317 eu falo raça e gênero, eu falo também que dentro de uma disposição institucional, a gente
1318 tem uma minoria de gênero, a gente tem uma minoria mulher ocupando os espaços, nos
1319 conselhos, isso é uma realidade. A gente fez um levantamento prévio para poder
1320 compreender como que a gente podia incidir nas instituições para solicitar e garantir a
1321 promoção da igualdade racial a partir da participação. Então, dentro dessa sobreposição,
1322 tem uma participação menor de mulheres nos conselhos, e dentro dessa participação de
1323 mulheres, tem quase que 15, 20% quando a gente pega essa categoria mulher, dentro
1324 disso que a gente está chamando de gênero, porque gênero nem é só a participação de
1325 mulher, mas a gente aciona esse lugar porque é importante, mas quando a gente aciona
1326 esse lugar, e mesmo tendo uma minoria mulher, quando a gente pega essa categoria e
1327 avalia, a gente tem uma minoria da minoria, que é a mulher negra, ela aparece quase
1328 que em 10% dos conselhos, sobretudo no âmbito da saúde, que é onde elas estão mais.
1329 O CONSEA fez esse levantamento para identificar. Então, acho que essa sobreposição,
1330 ela é gênero, raça, e você colocou regionalidade, ou bioma, enfim, regionalidade, acho
1331 que talvez caia melhor, mas gênero, raça e regionalidade como sendo uma categoria que
1332 está ali sobreposta ou interseccionada. Eu sei que é desafiador, mas eu acho que a gente
1333 consegue viabilizar uma participação de forma a também fomentar uma equidade, mas
1334 não só uma equidade, como uma promoção de uma igualdade, e no nosso caso,
1335 aproveitando que eu sou do Ministério, estou falando enquanto esse lugar, de uma
1336 promoção da igualdade racial nesse espaço. Não sei se eu te respondi assim.

1337 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – Obrigada, Wdson, acho que sim,
1338 acho que você trouxe vários elementos interessantes. A gente tem agora o Rodrigo e o
1339 Rafael inscritos. Como são 15 para meio-dia, nosso teto de reunião é meio-dia, minha
1340 sugestão é que agora os dois falem seguidos, e em seguida a gente passa para o Wdson
1341 para as considerações finais e resposta às questões que vocês trouxeram.

1342 **O SR. RODRIGO SILVA LEMOS** – Obrigada, Marcela. Wdson, gostei demais de escutar
1343 alguns pontos que você trouxe, acho que para o debate que a gente está, ele é
1344 interessante, porque ele ultrapassa uma dimensão quantitativa da participação e ele entra
1345 em uma lógica qualitativa. E aí eu comecei a perceber muito, queria compartilhar essa
1346 reflexão, porque a participação ampliada, até onde eu entendo, ela se fundamenta a
1347 aproximar as diferentes formas de conhecimento, inclusive aquelas que não são técnicas.
1348 Mas a gente tem que reconhecer que vivemos em uma sociedade em que a fala técnica
1349 tem um peso diferente, vem com uma herança positivista, tem uma dimensão muito
1350 complexa. E nessa minha trajetória de participar dentro dos conselhos e algumas
1351 dimensões, até aqui agora no CONAMA, é muito recorrente a técnica como diferenciação
1352 dos discursos na participação. E isso é um desafio muito grande, para você tentar fazer
1353 qualquer diálogo com conhecimento popular. Porque se a gente construir um processo
1354 de participação, a gente está falando que outras formas de conhecimento, inclusive as
1355 não técnicas, são fundamentais. Eu não vou nem tentar entrar na dimensão da
1356 ancestralidade e tradicionalidade, que para mim já é uma dimensão que ultrapassa, mas
1357 que hoje pelo menos a gente já tem alguma leitura para ela, a própria OIT, todas essas
1358 dimensões que a gente tem aí, a consulta prévia e tal, já conseguiu avançar em alguns
1359 sentidos. Não estou falando que está bom, mas é muito avanço. Hoje, povos e
1360 comunidade tradicional só é escutada em Minas Gerais por conta disso. E conflitos estão
1361 em todos os lugares. Porque eu sempre penso que essa participação se fundamenta em
1362 entender que as pessoas são especialistas, mas não necessariamente técnicos, no seu
1363 cotidiano, nos seus territórios, nos seus modos de vida. O Norberto Bob fala lá, se o
1364 protagonista da sociedade industrial é especialista, ele nunca vai ser o cidadão comum.
1365 Porque eu acho que uma reflexão, Rafael, para a gente levar para o Rafael e todo mundo,
1366 para a gente pensar junto ao grupo do assessor, é que a gente tem hoje uma disparidade
1367 que é inclusive quantitativa, e isso impede a manifestação de outras dimensões e de

1368 outras particularidades. Mas a gente tem anteriormente também uma diferenciação que
1369 é qualitativa e que a gente tem que conseguir pensar alguma forma de dar voz efetiva
1370 para esses posicionamentos. Porque uma das grandes dificuldades que eu tenho
1371 percebido, nessa dimensão de um participativo, Hermínia Maricato tem um textinho
1372 maravilhoso, nunca fomos tão participativos, construímos vários instrumentos e várias
1373 instituições, mas uma efetividade hoje muito baixa, ao ponto que a participação começa
1374 a se perceber, talvez lá na ponta, como pouco efetiva. Em Minas Gerais, as ONGs saíram
1375 dos conselhos de participação de tomada de decisão ambiental, várias ONGs no ano
1376 passado, porque não percebem efetividade das ações. E eu acho que a gente está em
1377 um desafio que a gente tem que conseguir construir e reconhecer essas disparidades,
1378 mas a gente tem que conseguir garantir alguma forma de representatividade efetiva,
1379 qualitativa, que garanta essas vozes e olhares dissonantes, que não tem tempo e
1380 paciência necessariamente para o discurso técnico, político e administrativo. Então,
1381 assim, eu fico vendo isso hoje em Minas Gerais, talvez esse é o nosso desafio 2.0 da
1382 participação. E essa lógica das especificidades, das vulnerabilidades, eu acho que
1383 fortalece muito. Mas a minha impressão, Wdson, é que a gente tem que começar por aí,
1384 está bem? Não estou falando que não é, não. Mas eu acho que a gente tem que mirar
1385 para além disso. Ou então a gente vai ter apenas instituições que reproduzem as
1386 disparidades técnicas que a gente tem na sociedade, e isso não vai construir uma
1387 sociedade mais justa. Então, assim, você me provocou nesse sentido. Tanto de anotação
1388 aqui, não é uma pergunta, é uma provocação para a gente refletir. Porque eu acho que
1389 talvez esse é o desafio dos próximos anos, não dessa gestão do CONAMA, sabe? Desse
1390 modelo representativo, democrático, participativo que a gente criou. Mas enfim, estou
1391 refletindo.

1392 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – Legal, acho que agora o Rafael
1393 podia fazer a intervenção dele e depois a gente passa a palavra ao Wdson novamente.

1394 **O SR. RAFAEL GANDUR GIOVANELLI** – Eu vou falar bem brevemente aqui, dado o
1395 adiantar da hora, só cumprimentar aí o nosso presidente, o Mauro, agradecer aí, Wdson,
1396 a tua apresentação. Eu sou conselheiro aqui, tenho um assento no grupo assessor, e
1397 represento a sociedade civil. E dizer que eu aprendi muito contigo. Acho que você trouxe

1398 reflexões, inclusive, muito mais sofisticadas e desenvolvidas do que a gente começou a
1399 debater aqui. O Rodrigo também, meu companheiro de bancada, trouxe elementos muito,
1400 muito ricos para o debate. E eu acho que é uma reflexão necessária. Estou há anos luz
1401 de conseguir discutir com vocês no nível de conhecimento e abstração que vocês estão
1402 trazendo. Mas eu acho que tem uma questão, como parte desse grupo, que no final vai
1403 precisar fazer uma proposta que é pragmática, que tem que estar numa forma jurídica,
1404 todas as limitações que isso traz. Eu queria te fazer umas perguntas, começando a fazer
1405 um exercício de proposta para o grupo. Hoje, salvo engano, mas hoje, na composição do
1406 CONAMA, nós temos um assento na sociedade civil para comunidades tradicionais, que,
1407 salvo engano da minha parte, é representado pelo CNS, o Conselho Nacional das
1408 Comunidades Extrativistas. Temos um assento para povos e comunidades indígenas,
1409 mas nós não temos uma previsão, explícita, com essa categoria de povos de matriz
1410 africana, povos quilombolas. Isso não está explícito, não tem uma cadeira específica para
1411 isso, e muito menos para movimentos negros urbanos, a periferia. Nosso conselho é
1412 racialmente branco. Se a gente tivesse um censo, a porcentagem de homens e mulheres,
1413 pessoas pretas e pardas, talvez não chegue a 10%. Então, essa visão, essa perspectiva
1414 do interesse das populações negras urbanas, tem a impressão que não se reflete no
1415 nosso conselho. Dado esse contexto, como você avaliaria, e se acha que é viável, uma
1416 proposta de alteração na composição para garantir assentos específicos para esses
1417 grupos? Por exemplo, um assento específico para povos de matriz africana, e um assento
1418 específico, por exemplo, para movimentos negros urbanos. E se esse é um caminho, não
1419 sei se é, de repente não é, mas se esse for um caminho, o desafio seguinte é qual é a
1420 forma de ingresso de um representante desses grupos. A gente tem, basicamente, duas
1421 formas de ingresso no conselho. Algumas entidades têm assentos cativos,
1422 principalmente do setor empresarial. Então, por exemplo, a CNA, a CNI, elas estão
1423 designadas no decreto como entidades que têm um assento, e aí elas simplesmente
1424 indicam quem são seus representantes. E você tem as organizações militaristas que
1425 passam por um processo eleitoral. A segunda pergunta seria qual seria o método para
1426 você conseguir, havendo assentos para essas representatividades, qual seria o método
1427 para escolher o representante que fosse democrático, que garantisse a
1428 representatividade, etc. Então, acho que essa é a pergunta principal. E a segunda, se der

1429 tempo de se abordar também, que acho que estava na pergunta do Mauro, não
1430 necessariamente a qualidade da participação... Ou existem elementos que melhoram a
1431 qualidade da participação que não passam pela composição. Então, a gente pode
1432 desenvolver outros mecanismos, e aí não está nem no âmbito da reestruturação da
1433 composição, está mais no âmbito do regimento de instrumentos para garantir essas
1434 vozes, esses conhecimentos, esses saberes que às vezes não passam por essa
1435 linguagem técnica e tal. Você acha que uma previsão, por exemplo, de algum
1436 mecanismo, algum critério para a convocação de audiências públicas em que essas
1437 comunidades que não tenham as vozes expressas nesse conselho... Então, o
1438 mecanismo de audiências públicas em momentos-chave seria um caminho? Ou de
1439 estruturar um mecanismo, por exemplo, de fazer a Convenção 69 fazer parte do processo
1440 deliberativo do CONAMA? Você acha que isso é um caminho ou não é por aí, desvia
1441 muito? Então, seriam essas as perguntas.

1442 **O SR. WDSO N LYNCON CORREIA DE OLIVEIRA (Ministério da Igualdade Racial) –**
1443 Muito bom, Rafael. Bom, o Rodrigo fez uma provocação da provocação e me deixou
1444 provocado aqui também. Eu acho que você foi muito assertivo, Rodrigo, na sua fala e no
1445 que você traz na sua leitura e como você vai compreendendo esse processo e como que
1446 a gente tem hoje espaço para se reestruturar a partir desse outro lugar. Acho que tudo o
1447 que você falou também me contempla em vários aspectos. Então, vou me ater mais a
1448 responder, tudo bem? Vou me ater mais a responder a fala do Rafael para a gente tentar
1449 ganhar o tempo aqui também. Rafael trouxe três pontos, né? Composição, método e
1450 mecanismos. Eu acho que com relação à composição, Rafael, eu acho que, eu acredito
1451 que sim, eu acho que é importante, sobretudo porque tantos os povos, tantas
1452 comunidades quilombolas, tantos povos de matriz africana, hoje vêm trabalhando sobre
1453 essa incidência, vêm incidindo e trabalhando sobre essa agenda do meio ambiente e
1454 sobre a gestão ambiental e territorial. Os povos de matriz africana, inclusive, estão
1455 incidindo também na agenda da regularização fundiária, coisa que nunca tiveram, nunca
1456 conseguiram construir. Então, acho que essas duas coisas, essas duas pastas, elas são
1457 muito transversais, elas se conectam. Então, entendendo isso, eu acredito que sim,
1458 composição é interessante, é importante e pelo que a gente vem fazendo hoje, um
1459 encontro que se chama Encontro Abre Caminhos com as lideranças, tanto a caravana

1460 Aquilomba Brasil, quanto a caravana do Abre Caminhos, que são caravanas que
1461 aconteceram nesse ano com lideranças e representantes dos povos quilombolas de
1462 matriz africana. Elas e eles vêm apontando isso para a gente, a necessidade de se
1463 aproximar da agenda do meio ambiente enquanto povo e comunidade tradicional e
1464 pensando na criação, na elaboração de política pública. Acho que já existia um diálogo,
1465 principalmente com povos quilombolas, mas eles vêm falando muito de ampliação dessa
1466 participação e de elaboração de política efetiva. Então, a primeira resposta é sim. Quanto
1467 ao método, eu gosto muito de... Assim, uma forma que está muito atrelada à forma como
1468 esses povos e comunidades tradicionais se organizam no âmbito da instituição para a
1469 gente, no caso, é a anuência. Para mim, acho que é a forma que mais e melhor responde
1470 a maneira como esses povos e comunidades se organizam. Porque a anuência garante,
1471 inclusive, que as outras comunidades, os outros povos... Primeiro, que haja uma
1472 interação, haja a necessidade de uma interação, de uma comunicação e a confirmação
1473 de se existem outros povos e comunidades pelo Brasil que concordam com a atuação de
1474 um determinado representante e querem que esse representante, de fato, represente.
1475 Então, o Ministério da Cultura e o IPHAN vêm fazendo isso, trabalhando com os povos e
1476 comunidades tradicionais através de cartas de anuência. Então, o representante se
1477 escreve, apresenta as cartas de anuência e aí isso é avaliado. Não é avaliada a
1478 quantidade de cartas só, mas é avaliado quem são as pessoas. Existe anuência de outros
1479 estados, de outras regiões? Existe anuência de outras matrizes, de povos de matriz
1480 africana? Ou está sendo anuência só de povos de matriz iorubana? Tem matriz banto,
1481 tem matriz jeje, jeje mahi? Tem outras matrizes que estão acordando ali nessa
1482 representação? Então, acho que a anuência, para mim, é um método que melhor dialoga
1483 com a forma que esses povos e comunidades se organizam. Sobre o mecanismo de
1484 audiência pública, tendo em vista os nossos processos, a forma como a gente se organiza
1485 institucionalmente, pela legalidade no Estado, eu penso que sim. Tendo a 169 já
1486 afirmando isso, essa consulta atribuída aos povos e comunidades tradicionais, eu penso
1487 que a audiência pública, as audiências públicas, são uma forma muito eficaz. Só que nem
1488 sempre vai conseguir garantir, a gente não consegue garantir a participação efetiva, mas
1489 eu acho que é uma forma de garantir a participação. Só que aí a audiência pública, para
1490 mim, chega também com um olhar que a gente precisa estar muito atento e atenta, que

1491 é a audiência pública, ela é pública. Então, a gente pode ter representantes desses povos
1492 e comunidades tradicionais, e a gente pode ter outros representantes, outros povos e
1493 comunidades tradicionais ou não, que inclusive querem minar com a elaboração da
1494 política pública voltada para determinados povos. A gente sabe que a disputa territorial
1495 quilombola é gigante. Várias lideranças, uma inclusive muito importante, morreu esse
1496 ano, por uma disputa muito, em determinado ponto, muito subjetiva, mas por uma disputa
1497 territorial. E aí, em outros diálogos, a participação em audiências públicas, tiveram
1498 pessoas que estavam na contramão do que a comunidade estava solicitando, e que, na
1499 verdade, estavam a favor de empresas ali, que era quem estava fomentando e criando
1500 essa disputa com determinado território. Acho que Pitangas e Palmares, que é o quilombo
1501 ali, de onde era mãe Bernadette, liderança assassinada esse ano, traz para mim esse
1502 ponto de que as audiências que aconteceram foram audiências que tiveram participação
1503 de entidades ou de representantes que, na verdade, estavam querendo minar, estavam
1504 querendo acabar com a proposição que estava sendo elaborada. A audiência pública é
1505 interessante, é importante, mas precisa de uma atenção maior do que a que a gente
1506 consegue e tem dado ultimamente. Acho que é isso.

1507 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – Sim, foi ótimo, Wdson. Antes de
1508 passar a palavra também ao Mauro para fazer as considerações finais, eu queria trazer
1509 uma... Acho que o Rafael trouxe uma questão importante sobre um conselho que é
1510 majoritariamente branco, mas que tem representações muito importantes de
1511 comunidades tradicionais, de povos indígenas e da comunidade negra. E tem uma
1512 presidente que é uma mulher negra, e uma presidente que tem uma alta capacidade de
1513 diálogo com povos e comunidades tradicionais. E um ministério que também tem lá hoje
1514 uma secretaria para dialogar com povos e comunidades tradicionais, que eu acho que a
1515 gente tem que aproveitar muito para ampliar mesmo esse diálogo e a democratização
1516 dos debates ambientais do conselho. Então, eu acho que você traz também, Wdson, até
1517 como representante do governo, uma mistura, porque a gente às vezes tem esse olhar
1518 muito focado legitimamente na necessidade de ampliar a participação da sociedade civil,
1519 mas a gente vive um momento em que essas representações estão muito ligadas no
1520 governo e fora dele. E eu acho que é um compromisso dos dois lados a democratização.
1521 Então, eu queria fazer essa lembrança sobre a importância da Marina como liderança do

1522 próprio conselho, que tem uma história que a gente deve também valorizar e se orgulhar
1523 quando fala sobre a atual gestão. Então, passo a palavra ao Mauro Pires para
1524 considerações finais. Agradeço demais, Wdson. Acho que é, como eu falei, o início de
1525 um diálogo que tem que ser aprofundado. Fica o convite para você também estar
1526 presente no dia 25. A gente vai enviar para você o link, se você quiser acompanhar, que
1527 vai ser a continuidade desse seminário. A gente vai ter também, no dia 25, o exemplo de
1528 dois outros conselhos, que é o Conselho Nacional de Saúde e o Conselho da Criança e
1529 do Adolescente, trazendo os exemplos de como eles se compõem para a gente pensar
1530 nesse equilíbrio das forças dos diversos setores dentro dos conselhos. Mas foi muito
1531 produtivo. Eu gostei muito de tudo que você trouxe, muito provocativo. E, com certeza, a
1532 gente vai tirar muitos elementos para pensar composição e participação a partir do que
1533 você falou hoje para a gente aqui nesta manhã. Mauro, passo a palavra a você.

1534 **O SR. MAURO PIRES (Presidente do ICMBio)** – Marcela, na verdade, eu vou agradecer
1535 a disponibilidade do Wdson de compartilhar essas reflexões conosco e também
1536 agradecer a presença virtual, cada um no seu computador ou celular, para o nosso
1537 debate. Eu vejo que a gente está em torno de... Em torno de nós somos 18 pessoas. Isso
1538 evidencia como o tema é muito importante para todo o CONAMA. E creio que o nosso
1539 dilema, nosso desafio é exatamente entre essas duas balizas. A composição
1540 propriamente dita, quem é membro efetivo, por assim dizer, e a participação. Acho que
1541 essas duas balizas nos impõem um desafio de montar uma proposta que possa tornar a
1542 participação mais ativa, mais relevante dentro do próprio CONAMA. Agora, como fazer
1543 isso? Então, o trabalho do GT é se debruçar sobre essas maneiras. Portanto, acho que
1544 a contribuição que veio agora do Ministério da Igualdade Racional assim como as
1545 contribuições que virão no próximo encontro, dia 25, vão nos ajudar também a ver como
1546 que os outros conselhos tratam dessas questões que, na verdade, são questões que
1547 atravessam mesmo o CONAMA, não são exclusivas do próprio CONAMA. Mas a
1548 importância de a gente avançar. A política ambiental hoje tem uma necessidade
1549 socialmente legitimada que é de tratar a justiça ambiental. E, portanto, composição e
1550 participação estão no cerne desse debate. Creio que a gente vai avançando e espero
1551 que no próximo dia 25, sendo presencial, o debate flua melhor para o nosso desafio.
1552 Gente, muito obrigado e tenham um bom dia a todos.

1553 **A SRª MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES** – Obrigada a todos e a todas. Nos
1554 vemos no dia 25. Obrigada, Mauro. Um abraço.

1555 **O SR. WDSOY LYNCON CORREIA DE OLIVEIRA (Ministério da Igualdade Racial)** –
1556 Obrigado, gente. Obrigado, Mauro. Até dia 25. Vou tentar aparecer, gente.

1557 **O SR. RAFAEL GANDUR GIOVANELLI** – Seria excelente.

1558 **O SR. WDSOY LYNCON CORREIA DE OLIVEIRA (Ministério da Igualdade Racial)** –
1559 Ótimo. Tchau, tchau, gente.

1560 **Dia 25-10-2023 - Seminário GARCO - Parte 1:**

1561 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1562 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - Agradecer ao Gustavo Trindade e a Adriana Ramos
1563 por estarem aqui conosco nesta manhã. Iniciamos a gravação? Está bem. Então, gostaria
1564 de primeiro contextualizar um pouco a realização desse seminário. Essa é uma iniciativa
1565 do Grupo Assessor do CONAMA, que está discutindo a revisão da composição do
1566 Conselho, essa é uma demanda da Sociedade Civil, ela vem de um processo de
1567 retomada do Conselho, ela vem em um contexto de retomada do Conselho, a gente teve
1568 na gestão anterior uma decisão do STF que suspendeu as atividades do Conselho por
1569 conta da diminuição das vagas e da forma de escolha dos representantes da Sociedade
1570 Civil no Conselho. E nessa decisão, o Supremo pôde decidir sobre a importância de se
1571 garantir uma forma de participação da Sociedade Civil, que garanta a possibilidade de
1572 influência nas decisões do Conselho, que não seja uma participação meramente
1573 simbólica, mas que ela seja possível de contribuir com as decisões da Política Nacional
1574 do Meio Ambiente. E, por conta disso, a gente criou esse grupo assessor. O primeiro
1575 passo na retomada da composição do CONAMA foi a edição de um Decreto emergencial
1576 que tinha como referência a composição anterior, a suspensão do Conselho, e com o
1577 compromisso de a gente abrir esse espaço de discussão participativo para que a
1578 discussão e a decisão de como seria uma composição mais adequada pudesse contar
1579 com a contribuição de todos e todas. E aqui estamos. Hoje é o segundo dia do nosso
1580 seminário sobre um CONAMA mais participativo e representativo, e na primeira conversa

1581 que nós tivemos há 15 dias atrás a gente pode contar com a contribuição do Ministro do
1582 STJ, Herman Benjamin, que pôde trazer, junto com a doutora Priscila Oliveira, da
1583 Advocacia-Geral da União, uma reflexão sobre a DPF 623, que falou sobre a composição
1584 do CONAMA, e depois a gente teve uma mesa que discutiu a questão da diversidade, da
1585 representatividade de negros e mulheres, em especial, no Conselho. Nesse segundo dia,
1586 nós temos duas mesas previstas. A primeira vai contar com a participação do Gustavo
1587 Trindade e da Adriana Ramos, e é uma reflexão sobre como se deu, ao longo da história
1588 do CONAMA, a discussão sobre composição e como as diferentes formas de
1589 representação dos setores interferiram nas decisões do Conselho, como se comportam
1590 os diferentes setores, quais os interesses colocados, é um pouco sobre isso que nós
1591 vamos conversar na primeira mesa. E na segunda mesa a gente vai contar com a
1592 participação de representantes do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente e do
1593 Conselho Nacional de Segurança Alimentar, que vão falar um pouquinho sobre as
1594 experiências de representação desses outros dois Conselhos. Então, sem me alongar,
1595 gostaria de deixar registrado que o presidente do Grupo Assessor, Coordenador, o Mauro
1596 Pires, está a caminho, deve chegar em breve, e eu vou fazer uma breve apresentação,
1597 então, dos nossos convidados. A começar pela Adriana Ramos, que é membro da
1598 Secretaria Executiva do Instituto Socioambiental e da Coordenação do Observatório do
1599 Clima, foi representante de entidade ambientalista de âmbito nacional em dois mandatos
1600 no Conselho Nacional do Meio Ambiente, foi representante da Sociedade Civil no Comitê
1601 Organizador do Fundo Amazônia -COFA. E depois a gente vai poder também contar com
1602 a participação do Gustavo Trindade, que é advogado, formado em direito pela
1603 Universidade Federal de Santa Maria, foi chefe da consultoria jurídica do Ministério do
1604 Meio Ambiente e da assessoria jurídica da SEMA do Rio Grande do Sul, da FEPAM Rio
1605 Grande do Sul e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre. Foi
1606 Conselheira do CONAMA e exerceu a presidência da Câmara Técnica de Assuntos
1607 Jurídicos. Atualmente é professor convidado dos cursos de especialização em Direito
1608 Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Fundação Escola do
1609 Ministério Público do Rio Grande do Sul. Então, vou passar a palavra à Adriana para
1610 contar um pouquinho para a gente, Adriana, da sua experiência no CONAMA nessa
1611 discussão sobre composição.

1612 **A SR^a. ADRIANA RAMOS (Instituto Socioambiental e Coordenação do Observatório**
1613 **do Clima)** - Oi, gente, bom dia, obrigada, obrigada pelo convite, pela oportunidade de
1614 estar aqui compartilhando e relembando essa história, porque já faz tempo, então, para
1615 mim já é bem passado. Eu peguei mais de uma composição diferente do CONAMA. Na
1616 época em que eu estava como Conselheira, eu peguei uma das mudanças. A gente
1617 participou ativamente do debate das mudanças. E eu participei também de várias
1618 maneiras. Eu participei como representante só em Câmara Técnica, primeiro, depois
1619 como suplente de uma organização, na época a Funatura, e depois só que eu fui eleita
1620 quando teve a primeira mudança e a criação da vaga de entidade ambientalista nacional.
1621 Eu fui a primeira representante nessa qualidade. E acho que o debate que a gente teve
1622 nessa mudança de composição que eu acompanhei, que foi uma mudança que na época
1623 ampliou bastante o CONAMA, foi um debate muito interessante, porque acho que a
1624 questão da representatividade e ela não se resolve só com quantidade, ela tem questões
1625 relacionadas ao tipo de apoio que você consegue gerar para os representantes, porque
1626 você ser representante eleito por um cadastro nacional, como é o caso aqui, obviamente
1627 que faz muito mais sentido do que sorteio, ser escolhido por sorteio, não tem nem
1628 comparação, mas, de qualquer maneira, impõe uma série de desafios, porque você é
1629 eleito por um colégio eleitoral muito maior do que aquele conjunto de organizações com
1630 quem você se articula, organizações que têm conhecimentos múltiplos, no geral, muito
1631 mais amplos do que qualquer representante consegue ter. E acho que esse é um dos
1632 maiores desafios no CONAMA, é que você está em um Conselho que trata de assuntos,
1633 não é? Eu me lembro que, na minha época, a gente discutiu regulamentação de
1634 cemitérios e coisas assim, que, enfim, é impossível uma única pessoa deter
1635 conhecimento técnico sobre tudo isso. E a gente sabe que, quando vai para o debate
1636 técnico nas Câmaras Técnicas, está lá um representante da Sociedade Civil, dois
1637 representantes da Sociedade Civil, às vezes com um conhecimento temático muito
1638 diverso daquele assunto, enquanto você tem cinco advogados do setor empresarial
1639 absolutamente especialistas naquele assunto. Então, o processo acaba sendo muito
1640 desigual porque, mesmo com posições paritárias, elas não vão dar conta de equalizar as
1641 diferenças de capacidade em termos de condições objetivas e materiais para exercer a
1642 representação. Então, me lembro de discutir aquela Resolução, acho que 303 de APPs,

1643 com sete advogados da Vale na sala. Então, era uma coisa complicada. Por mais
1644 legitimidade social, conhecimento técnico que você consiga ter, como é que você dá
1645 conta disso? Então, acho que esse é um dos grandes desafios, para além de você
1646 equacionar qual é a representação que você vai ter, mas você dar condições para a
1647 construção da legitimidade dessa representação. Nem toda organização eleita vai ter a
1648 mesma capacidade e capilaridade para dialogar tanto com os seus pares para, de fato,
1649 estar ali exercendo uma representação e não só a representação da sua própria opinião,
1650 mas também de mobilizar especialistas para dar conta daquelas lacunas de
1651 conhecimento que você não tem. E eu acho que, nesse sentido, é importante pensar em
1652 como a própria estrutura do Conselho pode apoiar. Acho que, hoje em dia, é muito uma
1653 parte de ferramentas e ajudar a fazer com que esse processo se construa. Então, acho
1654 que a questão das reuniões, dos segmentos antes de cada plenária, são
1655 superimportantes. Acho que a democratização da pauta também. Quer dizer, na minha
1656 época, peguei a criação do CIPAM, mas o CIPAM era um espaço de referendo de uma
1657 pauta que era muito articulada pelo próprio Governo, tinha muita centralização. Então,
1658 não era um espaço que tinha uma metodologia, uma dinâmica que permitia, digamos, um
1659 processo de construção da pauta efetivamente democratizado. Acho que isso é um
1660 elemento, não sei como funciona hoje, mas é um elemento superimportante. É
1661 fundamental ter um espaço como esse, eu acho que ele ajuda no fluxo, porque,
1662 obviamente, discutir pauta e negociar, seja no plenário, seja com os interesses, digamos,
1663 vindo direto para a Secretaria ou para a presidência do Conselho, não faz sentido, mas
1664 tem que ser um espaço que permita esse diálogo de uma forma mais adequada. Por
1665 último, eu acho que tem uma discussão que a gente fez na época, eu me lembro bem
1666 dessa ampliação do Conselho, e acho que a gente, no Brasil, quando fala de
1667 representatividade, não pode deixar de olhar para o nosso exemplo maior, que é o
1668 Congresso Nacional, e ver que você ter um processo eleitoral amplo e direto, como a
1669 gente tem ali, não garante que você vai ter a maioria da população representada. Então,
1670 a gente tem no Congresso Nacional hoje uma distorção de representatividade, porque,
1671 em um país desigual e de alta concentração fundiária, por exemplo, você jamais poderia
1672 ter uma frente parlamentar da agropecuária como o setor mais poderoso dentro do
1673 Congresso Nacional, porque eles não representam a maioria do país nesse sentido. E,

1674 na área ambiental, esse tipo de distorção pode gerar uma distorção maior ainda. Então,
1675 me lembro que, na época em que a gente fez essa mudança, em que participei, foi
1676 quando a CNI teve uma ampliação, a indústria teve uma ampliação, sob a justificativa de
1677 considerar os diferentes setores da indústria, que tinham uma relação maior com a
1678 questão ambiental. E aí a CNA reivindicou também uma ampliação de dois segmentos e
1679 a gente, na época, respondeu dizendo: "Não. Então, vamos trazer o setor florestal. Uma
1680 vaga para a CNA, uma vaga para o setor florestal". Eu hoje vejo que a CNA conseguiu
1681 aumentar em uma vaga. E acho que tem um grande desafio nessa perspectiva que a
1682 gente está vivendo de emergência climática, de nova economia, transição ecológica,
1683 enfim, todos esses nomes que nos colocam como... Chegamos a um ponto que, daqui
1684 para frente, agora vai ter que ser diferente, é que a gente tem que trabalhar com
1685 diferentes setores econômicos. Quer dizer, tem muita gente para entrar, se for para
1686 considerar o setor privado, e acho que a área ambiental é de vanguarda nessa
1687 perspectiva de se abrir para o debate com todos os segmentos. O Conselho Nacional do
1688 Meio Ambiente é o primeiro Conselho da história do Brasil que traz essa transversalidade,
1689 esse diálogo. Então, eu acho que isso é extremamente positivo, mas não vamos
1690 concentrar e dar superpoderes a alguns segmentos. Vamos reconhecer que a gente está
1691 vivendo em um momento em que, para o avanço da agenda ambiental, existem muitos
1692 outros setores das novas economias que devem ter espaço ali, senão a gente vai ficar
1693 ancorado em uma perspectiva dos interesses que a gente sabe, não precisa, ninguém
1694 esconde isso, que são interesses muitas vezes antagônicos à questão ambiental, sem
1695 trazer setores da economia que são setores que podem ter um diálogo mais para a frente.
1696 Então, fico pensando na turma das energias alternativas, em outros setores que podem
1697 vir fazer esse diálogo com o setor privado, mas de uma forma diversificada, para a gente
1698 não ficar parecendo, que aquela história de que o motor do país é o agronegócio. Então,
1699 a gente precisa subordinar diferentes pautas a eles, porque não deu certo até agora, não
1700 vai dar certo daqui para a frente, só tende a piorar. Então, acho que, se a gente está
1701 nessa discussão, e acho que o espaço é um espaço democrático, todo mundo tem que
1702 ter assento. Todo mundo tem que ter assento em um equilíbrio de forças. Acredito que a
1703 paridade em um Conselho como esse tem que ser pensada entre Governo e não
1704 Governo. A gente já viu isso, tem vários outros Grupos, Comitês e tal, que trabalham

1705 essa lógica, mesmo o Comitê Orientador do Fundo Amazônia, que foi o último espaço
1706 em que pude participar. O setor privado é visto como parte desse guarda-chuva
1707 Sociedade Civil. Não acho que é o caso no CONAMA, acho importante fazer essa
1708 distinção, mas eu acho que tem muito a diversificar no conjunto geral da sociedade. E aí
1709 me lembro até que, na época em que eu era Conselheira, tinha uma coisa que a gente
1710 achava muito engraçada, que era assim, que no grupo da Sociedade Civil, tinha o
1711 Comando-Geral dos Batalhões de Polícia Militar Ambiental. Então, dentro da Sociedade
1712 Civil, tinha uma entidade militar. Era muito curioso. Mas acho que esse movimento é um
1713 movimento importante. E aí ampliar a representatividade no sentido de trazer mais
1714 juventude, de trazer um movimento negro que está se colocando aí no debate sobre a
1715 questão da adaptação às mudanças climáticas de uma forma muito forte, trazendo esse
1716 elemento de meio ambiente urbano, que é superimportante. Os Quilombolas, que são,
1717 digamos, a nova fronteira das áreas protegidas no país. E acho que isso pode trazer mais
1718 diversidade e uma composição mais ampla. É isso. Vou deixar o Gustavo falar para a
1719 gente depois conversar.

1720 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1721 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - Obrigada, Adriana. Gustavo, então, gostaria de passar
1722 a palavra para você falar um pouquinho da sua experiência no CONAMA e das suas
1723 reflexões sobre essa questão da composição.

1724 **O SR. GUSTAVO TRINDADE (Consultor Jurídico)** - Não, perfeito, Marcela. Primeiro,
1725 gostaria de agradecer o convite, cumprimentar a todos os presentes, cumprimentar
1726 especialmente a Adriana, com quem eu pude participar há alguns anos trabalhando no
1727 CONAMA. A minha experiência no CONAMA se dá inicialmente em grupos de trabalho,
1728 ainda nos anos 90, quando eu trabalhava na Secretaria Estadual de Meio Ambiente do
1729 Rio Grande do Sul. Depois, por cinco anos, eu participei do CONAMA como Consultor
1730 Jurídico do Ministério do Meio Ambiente, atuando no plenário, na Câmara Técnica de
1731 Assuntos Jurídicos, da qual fui Presidente, e também participando de outras Câmaras
1732 Técnicas. e depois eu tive a oportunidade, creio que por dois anos, a ser Conselheiro, à
1733 época, pelo Instituto Direito do Planeta Verde, que fazia parte do CONAMA. Eu tenho
1734 uma apresentaçõzinha, eu fiz um estudo sobre as... o que eu dividi em sete ou oito fases

1735 das diferentes formas de representação das políticas no CONAMA, E ele tomou por base
1736 um estudo do IPEA, realizado no ano de 2011, que tratava da CONAMA na visão dos
1737 seus Conselheiros. E depois fiz algum tipo de avaliação, já que esse estudo se deu até
1738 2011, das composições posteriores, e ao final eu trago algumas reflexões para a
1739 avaliação de vocês. Será que eu consigo compartilhar uma tela aqui?

1740 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1741 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - Acho que você consegue, sim.

1742 **O SR. GUSTAVO TRINDADE (Consultor Jurídico)** – Vocês estão enxergando?

1743 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1744 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - Estamos.

1745 **O SR. GUSTAVO TRINDADE (Consultor Jurídico)** – Deixa eu colocar a tela cheia.
1746 Agora sim. Tudo bem?

1747 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1748 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - Perfeito.

1749 **O SR. GUSTAVO TRINDADE (Consultor Jurídico)** – Então, uma breve evolução do
1750 CONAMA. De fato, o CONAMA começou a funcionar a partir de 1993, apesar de ser
1751 criado no ano de 1991. E a primeira representação do CONAMA, a primeira evolução da
1752 composição do CONAMA, era formada por 29 Conselheiros, onde nós tínhamos ainda
1753 essa tradição de uma representação majoritária do Governo Federal, com 48% dos seus
1754 representantes, mas nenhum representante dos Municípios, mas se somando, como bem
1755 disse a Adriana, o poder público e a Sociedade Civil, envolvendo ONGs ambientalistas,
1756 sindicatos e o setor empresarial. Essa foi, das diversas composições do CONAMA,
1757 aquela que teve uma menor diferença entre a participação do poder público na estrutura
1758 do CONAMA e da Sociedade Civil. Aqui nós tínhamos, como vendo um slide mais
1759 posterior, os Governos sendo representados em 62% da composição do CONAMA e a
1760 Sociedade Civil envolvendo o setor empresarial, o ONGs e outros, com 38%. Essa foi a
1761 maior representatividade da Sociedade Civil em todas as composições do CONAMA e foi
1762 uma fase, que eu chamei de primeira fase, baseado nesse estudo do IPEA, entre 93 e

1763 90, quando foram aprovadas 98 Resoluções, e aqui eu trago alguns destaques deles,
1764 mas eu acho que não se faz necessário a gente falar. A segunda fase da evolução da
1765 composição do CONAMA, ela se deu entre os anos de 1990 e 1999, quando, a partir de
1766 alterações na composição, o Conselho passa dos anteriores 29 membros da primeira
1767 fase para 67 Conselheiros, e aqui a gente já nota um aumento da composição do poder
1768 público nessa composição do CONAMA, especialmente pela majoração da participação
1769 dos Estados. Enquanto na primeira fase nós tínhamos quatro membros de Estado
1770 representados no CONAMA, a partir do ano de 1990, os 26 Estados, mais o Distrito
1771 Federal, passam a ser representados no CONAMA, e isso eleva, nessa que eu chamo
1772 de segunda fase da composição do CONAMA, para 40% a participação dos Estados na
1773 composição do CONAMA. Isso se trata percentualmente da maior representatividade, em
1774 termos de percentuais dos Órgãos Estaduais. Aqui é importante também referir que
1775 nessa segunda fase, entre 1990 e 1999, nós temos 34% de participação do Governo
1776 Federal, e essa é a menor participação histórica do Governo Federal na composição do
1777 CONAMA. Nós temos as entidades municipais começando a participar e uma
1778 representação do que aqui o IPEA chama de setor não governamental, total de 17%,
1779 envolvendo oito organizações não governamentais, e entre os anos de 1990 à 99 nós
1780 tivemos 151 Resoluções aprovadas, e é importante aqui destacar que foi no ano de 1997
1781 que nós tivemos o início da numeração sequencial do CONAMA. Até 97, a cada ano, as
1782 CONAMAs, tinham CONAMA 01/90, CONAMA 09/90, então é a partir de 1997 que se
1783 soma todas as resoluções já aprovadas para a partir daí nós temos a numeração
1784 sequencial CONAMA 237, 238 e assim se tem essa numeração até os dias de hoje.
1785 Falando em produção legislativa, já que a gente na segunda fase. O ano que se teve
1786 mais resoluções aprovadas foi no ano de 1994, com 37 resoluções aprovadas. E aqui é
1787 importante destacar que nós tínhamos 14 resoluções que se tratavam da definição dos
1788 estágios seccionais de Mata Atlântica. Aqui também é importante pontuar, porque depois
1789 eu trago uma avaliação histórica da composição e do número de regras aprovadas, é que
1790 ainda, aqui nessa segunda fase, que eu chamo da composição do CONAMA, o CONAMA
1791 fazia julgamento de recursos de infrações administrativas em última instância. Então, nós
1792 temos várias das Resoluções aprovadas nessa fase da composição do CONAMA, que
1793 não diziam respeito à normatização de normas técnicas, de regras sobre licenciamento

1794 ambiental, estipulação de limites de padrões de lançamento, mas não tratava desses
1795 temas, mas fazia julgamentos de recursos de autos de infração lavrados pelo IBAMA. E
1796 aqui, então, dois números importantes, em 92 nós não tivemos nenhuma Resolução
1797 aprovada e no ano de 94 foi aquele ano que se teve mais resoluções aprovadas. Na
1798 sequência, o que eu chamo de terceira fase, se deu entre o ano de 1999 e 2001, já com
1799 a participação de 72 membros. Então, nós passamos de 67 membros para 72 membros.
1800 Continuamos com a ampliação da participação do poder público, representado por
1801 Governo Federal, Estados e Municípios, e uma evolução histórica da redução da
1802 participação da Sociedade Civil e, aí, representada tanto pelos setores empresariais
1803 como pelos sindicatos e como pelas organizações ambientais. Então, nós começamos a
1804 ter uma história de aumento da participação do poder público e redução da participação
1805 da Sociedade Civil. E aqui se trata, avaliando na questão da história, das
1806 representatividades, essa terceira fase que se deu entre 1999 e 2001, a menor
1807 representatividade do setor empresarial, sendo representado nessa composição apenas
1808 por 5,5% dos membros Conselheiros do CONAMA com direito a voto. Aqui eu tive a
1809 ousadia de fazer uma interpretação um pouco diferente da feita pelo IPEA, no estudo
1810 realizado em 2011, E eu achei importante estabelecer uma outra fase, que não foi
1811 avaliada pelo IPEA ou não foi considerada, que eu chamei de quarta fase, que é a fase
1812 que se deu entre 2001 e 2010, com alteração do Decreto realizado em 2001. E nessa
1813 fase o CONAMA passou a ter 101 Conselheiros, uma composição muito parecida com a
1814 composição atual do CONAMA. E aqui, tendo também uma grande participação do poder
1815 público, o setor empresarial já passa a ser representado por oito Conselheiros, e aqui
1816 nós temos um aumento significativo dos representantes da Sociedade Civil, com uma
1817 composição muito parecida com a atual composição do CONAMA, representado por 13
1818 entidades ambientalistas, e depois um representante de sindicato, com TAG, ABS,
1819 SBPC, FBCN, populações tradicionais indígenas, e, como disse a Adriana, fazia parte,
1820 então, dessa chamada Sociedade Civil, um representante das polícias militares. E aqui a
1821 novidade nessa composição também é a introdução de um Conselheiro honorário, que à
1822 época era muito bem representado pelo professor Paulo Guerra Neto, e também a
1823 novidade de representantes convidados sem direito a voto, que era o caso do Ministério,
1824 representantes do Ministério Público Federal, dos Ministérios Públicos Estaduais e das

1825 Comissões de Meio Ambiente da Câmara e do Senado Federal. E aqui é muito mais em
1826 discussões de papel do CONAMA, e aí me parece, Marcela e Adriana, que, na minha
1827 opinião, e essa é a época que eu mais participei do CONAMA, se começa, até então o
1828 CONAMA não existia uma oposição ao trabalho do CONAMA por alguns setores da
1829 sociedade, as normas até então me pareciam que passavam sem uma maior oposição à
1830 representatividade, à forma de atuação do CONAMA. Mas essa discussão e a aversão
1831 de alguns setores ao papel e à formação de normas pelo CONAMA me parece que ela
1832 começa a existir a partir de 2002, das publicações da Resolução CONAMA 302 e 303.
1833 Está, é raro. E, a partir disso, se começou uma grande discussão a respeito das
1834 atribuições dos limites de competência para o CONAMA trazer, disciplinar normas que
1835 devem ser observadas em questões de temas ambientais. E aqui se começa, na minha
1836 visão, a ampliação dessa discussão, e vários e alguns setores da sociedade divergindo
1837 das competências do CONAMA e se começa um movimento de busca de reduções de
1838 atribuições do Conselho Nacional de Meio Ambiente. A quinta fase, ela se dá, então,
1839 entre 2010 e 2019, onde passamos do 101 para 108 Conselheiros. E aqui nós temos
1840 também uma composição muito parecida com aquilo que eu chamo de quarta fase, e
1841 aqui é importante que essa foi a fase de maior análise nesse estudo realizado pelo IPEA,
1842 que tem um pouco a ver, como disse, pela Marcela, com avaliações de questões que
1843 envolvem diversidade e gênero. Em 2011, o IPEA fez uma avaliação de como era essa
1844 composição do CONAMA, com 108 membros. E ele chegou a essas considerações, que
1845 75% dos Conselheiros eram homens, 86% dos Conselheiros eram brancos, a maioria
1846 tinha curso, pelo menos curso superior, sendo que 71% possuía cursos de pós-
1847 graduação. 46% se diziam católicos, 11% declararam não possuir religião e o restante
1848 estava pulverizado em outras formas, e crenças e cultos. A faixa etária também, isso
1849 demonstrava uma faixa etária de 68% possuíam entre 41 e 60 anos e ainda o IPEA
1850 avaliou que esses Conselheiros possuíam uma renda elevada, isso valores de 2011,
1851 sendo que um terço, já em 2011, possuía renda acima de R\$12 mil e o outro terço possuía
1852 uma renda entre R\$8 mil e R\$12 mil. Além disso, trouxe o IPEA que um terço desses
1853 Conselheiros já estava há mais de três anos no CONAMA, 23% com menos de um ano
1854 e 20% já estava há mais de sete anos. E a grande maioria dos Conselheiros, 64%, já
1855 participava de outros Conselhos, especialmente os Conselhos Estaduais. Aqui, a

1856 percepção dessa pesquisa sobre os Conselheiros, da forma de representação,
1857 percepção sobre a composição do CONAMA, isso na composição dessa quinta fase, com
1858 108 membros de 2011, nós tínhamos... A maior parte entendia que era satisfatória, depois
1859 aquela insatisfatória e pouco satisfatória chegava a 40%. Na diversidade de setores
1860 representados, também a maior parte entendia que havia diversidade de setores
1861 representados chegando a quase 70% dos membros ali que faziam essa representação.
1862 No que tange ao número de Conselheiros por cada segmento, aí nós já temos uma
1863 alteração. Nós temos quase 60% entendendo que essa representação não é uma
1864 representação adequada e 40% entendendo que o número de setores de Conselheiros
1865 por segmento era adequado. A forma de escolhas das entidades, aqui nós temos quase
1866 uma divisão, 55% entendendo que é adequado e 45% contra. E a forma de escolhas
1867 dentro das entidades, aí a gente já tem 60% entendendo que era uma forma adequada.
1868 No número total de Conselheiros, então, 53% entendiam que o número era adequado,
1869 sendo que 30, aqui dá quase 60, e quase 40% entendia que não era adequado o número
1870 de Conselheiros. Sobre o número de Conselheiros para cada setor, e agora aqui nós já
1871 temos uma alteração bastante grande desse entendimento, nós tínhamos 60% dos
1872 Conselheiros entendendo que o número de Conselheiros, não são adequadamente
1873 representados por cada um dos setores e 40% entendendo que estava adequado nessa
1874 composição de 2010 a 2009. E, por fim, como cada setor avaliava a sua
1875 representatividade. O Governo Federal entendia em 60% que estava adequada a sua
1876 representatividade, os Estados, 60% entendia que estava inadequada a representação
1877 dos Estados, e 40% adequado. No que diz respeito à composição, à representação dos
1878 Municípios, quase mais de 80% entendia como inadequada a composição da
1879 representação dos Municípios, no que tange às entidades trabalhadoras e da Sociedade
1880 Civil, quase que 90% entendendo como inadequado o número de representantes desse
1881 setor, no que diz respeito às entidades empresariais, a totalidade entendia que era muito
1882 pouco representada essa..., o número de representantes das entidades empresariais.
1883 Partindo, então, para a sexta fase, e já estou finalizando, Marcela, minha análise. Nós
1884 temos, então, a composição que se deu no último Governo, de 19 a 22, que nós tínhamos
1885 a participação, primeiro, de 23 Conselheiros, e a partir da decisão do Supremo Tribunal
1886 Federal, de dezembro de 2001, que suspender os efeitos de 19. Nós tivemos, a partir de

1887 março de 2022, a ampliação para 36 Conselheiros e que a gente já vai ver agora nos
1888 próximos slides como se dá um pouco dessa representatividade. Então, depois nós
1889 tivemos, em maio de 23, essa decisão já referida pela Marcela, que entendeu pela
1890 inconstitucionalidade do Decreto 19 e a Manifestação do Supremo, entendendo pela
1891 necessidade de uma participação mais igualitária, paritária, dos representantes da
1892 Sociedade Civil no CONAMA, para que possa ser atendido, então, a efetividade na
1893 participação e na elaboração de normas que diz respeito a temas ambientais. E, por fim,
1894 a sétima fase da a composição do CONAMA, que é a atual composição, que possui 114
1895 Conselheiros, com 40% do Governo Federal, 23% dos Estados, 8% de Municípios e
1896 19,25% de Conselheiros da Sociedade Civil, envolvendo 16 entidades ambientalistas,
1897 sindicatos, ABES, SBPC, populações tradicionais e indígenas, oito membros de
1898 entidades empresariais, representando 7,1 e mais o membro honorário, e ainda os quatro
1899 convidados existentes na composição já de a partir do ano de 2001. E aqui eu fiz uma
1900 análise da produção de normas do CONAMA, o que se verifica, especialmente nesses
1901 40 anos de funcionamento do CONAMA, que essas diversas formas de composição e o
1902 aumento de número de Conselheiros no CONAMA, o aumento de número de membros
1903 representados no CONAMA, não altera a produção de normas pelo CONAMA. Nós
1904 tivemos, nos 30 primeiros anos de funcionamento do CONAMA, uma publicação, em
1905 média, de 15 resoluções ano, sendo muito parecida a média ano de aprovação entre as
1906 composições de 1993 até o ano de 2012, que, para mim, é um ano onde se começa a
1907 haver uma redução de normas do CONAMA, e eu já trago os motivos. Então, nós vamos
1908 vendo até mais ou menos 2012 uma média de 15 resoluções aprovadas pelo CONAMA.
1909 Então, nós temos os primeiros 30 anos de funcionamento do CONAMA, essa média de
1910 15 resoluções ano. Nos últimos anos nós vemos uma redução do número de resoluções
1911 aprovadas pelo Conselho para uma média de seis resoluções ano, destacando aqui o
1912 ano de 2022, nós não tivemos nenhuma Resolução aprovada. Aqui, uma breve avaliação,
1913 um pouco do que também referiu a Adriana, da divisão entre Poder Público e Sociedade
1914 Civil nas participações nos diferentes anos de funcionamento do CONAMA. Então, a
1915 primeira fase do CONAMA, que se dá em 83 a 90, o Governo, envolvendo o Governo
1916 Federal, Estadual e Município era representado por 62% dos Conselheiros e 38% a
1917 Sociedade Civil, envolvendo setores empresariais, ONGs ambientalistas, sindicatos e

1918 outros. Já entre 1990 e 1999, 76% dos membros do CONAMA eram do Poder Público
1919 Estadual, Federal e Municipal, e só 23% eram da Sociedade Civil. Já entre 99 e 2001, se
1920 aumentou essa concentração de poder nos Governos, passando a quase 78%, sendo
1921 22% representados pela Sociedade Civil. Entre os anos de 2001 e 2010, houve uma
1922 redução, o Governo passa, então, a ter ainda 70% e quase 30% de representantes da
1923 Sociedade Civil. Depois, nós temos uma pequena redução entre 2010 e 2019, para 68%
1924 e 31% desse Conselho representado pela Sociedade Civil. E, entre 19, nós tivemos um
1925 aumento dessa participação, 73 e 26, na composição de 22, 63 e 36, e a atual
1926 composição do CONAMA tem o poder público representado por quase 73% dos
1927 Conselheiros e 27% dos Conselheiros representam a Sociedade Civil, sendo que apenas
1928 oito de entidades empresariais e é algo que vem sendo muito demandado, ao longo
1929 desses anos, o aumento dessa participação, e 22% também apenas da Sociedade Civil,
1930 envolvendo essas unidades ambientalistas, sindicatos, populações tradicionais,
1931 populações indígenas e outros já tratados na análise. Então, aqui algumas conclusões a
1932 respeito, a partir da avaliação desses números, que o maior número de Conselheiros do
1933 CONAMA não impede o bom funcionamento do..., eu coloquei CONSEMA, mas é do
1934 CONAMA, não existe uma interferência na redução de produção de normas com o
1935 número dos Conselheiros, isso não tem uma relação direta na avaliação desses números,
1936 mas o que se observa é que a partir de 2012 houve uma redução na produção de
1937 resoluções pelo CONANMA. Isso se dá, no meu entender, por diversos fatores. O
1938 primeiro deles é que houve uma maior atuação dos poderes legislativos e temas
1939 ambientais, e alguns daqueles assuntos regulados anteriormente por resoluções do
1940 CONSEMA passaram a ser tratados por normas, por leis federais. Aqui nós vamos
1941 lembrar da Lei de Resíduos Sólidos, a Lei Complementar 140 de..., Resíduos Sólidos
1942 2010, a Lei Complementar 140 de 2011, o Código Florestal de 2012 e aqui é importante
1943 observar que vários desses dispositivos legais criados a partir de 2012 retiraram,
1944 buscaram retirar atribuições do CONAMA. Se nós pensarmos na Resolução, na Lei
1945 Complementar 140, inicialmente se pensava que caberia ao CONAMA definir quais
1946 seriam os empreendimentos e atividades a serem licenciados pelo Poder Público
1947 Federal, mas, por uma opção legislativa, a Lei Complementar 140 refere que a definição
1948 dessas atividades é dada pelo Governo Federal por meio de Decreto e não a partir de

1949 uma Resolução do CONAMA. O próprio Código Florestal de 2012, ele busca retirar
1950 atribuições que antes eram do Conselho Nacional de Meio Ambiente e delegar
1951 regulamentações especificamente aos Poderes Executivos Federais e Estaduais,
1952 retirando anteriores atribuições que eram expressas por normas legais ao CONAMA.
1953 Além disso, a redução também dessa produção de normas legais pelo CONAMA se deu
1954 pela retirada de outras atribuições legais, como, por exemplo, o julgamento de recursos
1955 administrativos, o que fez que essas matérias não fossem mais deliberadas pelo
1956 CONAMA por meio de Resolução, que, conseqüentemente, reduz o número de normas
1957 trazidas. E outra coisa que me pareceu, e a minha experiência indica, é que quem tem
1958 papel preponderante para a existência de um bom funcionamento do CONAMA é o
1959 Governo Federal. Isso se dá fundamentalmente por quê? Porque é o Governo Federal
1960 que tem a maior representatividade, é o Governo Federal que faz a coordenação, ou seja,
1961 do CIPAM, da própria Secretaria do CONAMA, e a vontade política do Governo Federal
1962 que, na prática, faz o CONAMA funcionar mais ou menos ao longo desses anos. E
1963 buscando um pensamento de composição paritária do CONAMA e pensando em uma
1964 composição paritária formal, vocês vão se assustar, mas esse é um número que eu
1965 pensando formalmente seria o número paritário de representação do CONAMA. E aqui é
1966 essencial para definição do número de Conselheiros do CONAMA, no meu entender, a
1967 definição da representação estadual, porque de todos os outros representantes quem
1968 tem um número fixo de representação são os Estados, ou seja, é a partir da escolha de
1969 qual o número de representantes dos Estados que, no meu entender, vai ser definido a
1970 representação das demais entidades no CONAMA. Então, se adotando algo histórico,
1971 que era a representação de todos os 26 Estados, mais o Distrito Federal, nós chegamos
1972 a 27 representantes dos Estados. E se nós queremos uma composição paritária, não há
1973 razão legal e não existindo hierarquia entre a União dos Estados e os Municípios, deveria
1974 em uma composição paritária formal, existir 27 membros para o Governo Federal, 27
1975 membros, então, em razão da representação de todos os Estados e do Distrito Federal,
1976 e mais 27 membros para os Governos municipais. Com isso, a representação do Poder
1977 Público chegaria ao quê? A 81 Conselheiros. Sendo existindo a paridade, deveria, então,
1978 a Sociedade Civil também ser representada por 81 Conselheiros. Mas, finalizando, assim,
1979 quando se pensa na indicação e na avaliação do número de Conselheiros e a definição,

1980 depois, das diversas representações, a definição chave dessa participação, no meu
1981 entender, de uma avaliação mais paritária, se dá na definição de número de
1982 representantes dos Governos Estaduais. Existindo uma escolha política de diminuição
1983 dos representantes dos Governos estaduais, conseqüentemente, haveria uma redução
1984 também do Governo Federal e dos Governos municipais, o que representaria também na
1985 diferença da redução dos demais membros da Sociedade Civil. E o que foi-se visto ao
1986 longo dos anos, e já a minha última frase é, que sempre a participação do Governo
1987 Federal, especialmente nos últimos 20 anos, ele se dava da participação, e o tamanho
1988 da representação do Governo Federal se dava levando em consideração o tamanho da
1989 estrutura do Governo Federal, ou seja, quanto maior o número de Ministérios, quanto
1990 maior o número de Secretarias, com status de Ministério, maior é essa representação do
1991 Governo Federal, e com a gente chega hoje em uma representação de 40% do CONAMA
1992 do Governo Federal. Mas eram essas as minhas considerações, muito mais em uma
1993 análise de números dessa composição, e reforçando que o número chave para a
1994 avaliação de uma composição paritária e inicial para definição da composição do
1995 CONAMA se dá, no meu entender, a partir da definição dos números de representantes
1996 dos Governos Estaduais, e a partir disso, uma composição paritária e equalitária dos
1997 demais representantes dos Poderes Públicos Federais e Municipais, e uma
1998 representação equalitária, igual, entre o Poder Público e a Sociedade Civil. Desculpa pela
1999 quantidade de números e pelo tamanho da minha fala, e agradeço a paciência de vocês.
2000 Será que eu tirei o compartilhamento?

2001 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
2002 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - Sim. Obrigada, Gustavo. Foi incrível.

2003 **O SR. GUSTAVO TRINDADE (Consultor Jurídico)** – Oi, Mauro.

2004 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
2005 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - Eu vou passar a palavra ao Mauro, mas antes eu só
2006 queria agradecer muito a sua apresentação, o resgate desse estudo do IPEA, que eu
2007 acho que ele é fundamental para a nossa discussão. Eu queria contar para vocês que
2008 nós estamos retomando o diálogo com o IPEA, porque eu acho que é um parceiro muito
2009 importante, no apoio com esses estudos que podem permitir que a gente avance nos

2010 nossos desafios tanto do CONAMA quanto do SISNAMA como um todo. Esse
2011 departamento que hoje oferece apoio à Secretaria Executiva do CONAMA, ele tem esse
2012 desafio de dialogar tanto com o CONAMA quanto com o SISNAMA. E no campo do
2013 SISNAM, a gente também tem trabalhado muito com a tripartite nacional. Então, a gente
2014 está retomando o diálogo com o IPEA e estamos também conversando com a ENAP para
2015 pensar em uma frente de estudos e formação que possam contribuir com o avanço do
2016 Conselho. E aí, até reagindo um pouco a esses números que você trouxe, que foram tão
2017 significativos com relação à evolução das resoluções que tramitam no CONAMA, uma
2018 das coisas que a gente vem se colocando é a necessidade de a gente também trabalhar
2019 com a avaliação das resoluções. E as câmaras técnicas hoje estão trabalhando na
2020 revisão de resoluções, então, não necessariamente a quantidade ela significa um bom
2021 trabalho, mas a gente tem que ser capaz de entender a complexidade dessas normas
2022 que estão hoje no CONAMA, quais são as lacunas, quais são os aperfeiçoamentos
2023 necessários. Então a gente vem também trabalhando aí, e ontem inclusive a gente teve
2024 uma reunião com a ENAP, para pensar metodologias de avaliação e como que a gente
2025 pode colaborar com os Conselheiros para que a gente também passe a atuar nessa
2026 frente. Uma outra coisa que a gente fez recentemente, é trabalhar na Agenda Nacional
2027 do Meio Ambiente, que é uma atribuição do CONAMA, que só tinha sido realizada uma
2028 vez, que foi em 2007, um primeiro exercício de criar essa Agenda Nacional do Meio
2029 Ambiente. Na época, se dedicaram três anos para a elaboração da agenda, foi um
2030 esforço muito grande para pensar uma metodologia e acabou que a agenda não pôde
2031 ser acompanhada, não é? E a gente tem que pensar na Agenda Nacional do Meio
2032 Ambiente como um processo contínuo, não como um documento, mas como um
2033 processo de ter uma agenda comum entre esses diferentes setores, em que a gente vai
2034 avançando na implementação de ações comuns e possa também ter uma referência para
2035 a avaliação das nossas ações. Então, a gente fez esse primeiro exercício agora pelo
2036 CIPAM e a agenda vai ser pauta da nossa próxima plenária. Isso só para trazer que eu
2037 acho que tem um esforço de a gente olhar para a atuação do CONAMA para além desse
2038 coração que é elaboração normativa, mas para outras ações estratégicas que também
2039 são muito importantes para o Conselho. Enfim, são só algumas reflexões que a sua fala
2040 me trouxe assim, que eu gostaria de compartilhar, mas eu gostaria de passar a palavra

2041 para o Mauro Pires, que é o coordenador desse grupo assessor. E antes disso, eu queria
2042 fazer um agradecimento especial. Dá licença, Mauro, só porque para que esse seminário
2043 acontecesse, teve uma dedicação muito grande da equipe do, de SISNAMA, a Joana, a
2044 Júlia e o Vinícius tiveram muito envolvidos nisso, eles estão aqui. Eu gostaria de
2045 agradecer aos três e a todo o departamento pelo trabalho na organização do seminário.
2046 Mauro, é com você.

2047 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
2048 **Conselho – GARCO)** - Bom dia gente, perdoe pelo atraso involuntário, mas peguei a
2049 parte final da exposição do Gustavo e, de fato, são números muito... Dá para ver que foi
2050 um esquadramento interessante que ajuda a gente a ter uma ideia sobre o nosso
2051 desafio aqui do Grupo. Para mim, alguns pontos do que eu escutei são mais, que
2052 parecem relevantes aqui. O primeiro é aquilo que o próprio Gustavo mencionou, quer
2053 dizer, em termos de produtividade, parece que o número de membros não altera esse
2054 critério, esse é um ponto. O segundo, ele evidencia que, a partir de algumas legislações,
2055 Lei 140, Código Florestal, coisas do gênero, o CONAMA meio que, enfim, ele reduziu a
2056 sua quantidade de resoluções. Isso me leva a refletir sobre a necessidade de, digamos
2057 assim, de reconfiguração do CONAMA dentro da política ambiental brasileira. Ou seja,
2058 claro que o nosso trabalho aqui é discutir composição, e associada à composição, à
2059 participação social, mas também é importante a gente ter uma discussão. Enfim, não é
2060 um trabalho exclusivo nosso, de todos, da sociedade, de modo geral, mas nós, como
2061 membros do colegiado, precisa refletir sobre exatamente isso. Quer dizer, o CONAMA,
2062 que tinha um papel nos anos 1980, início dos anos 1990, hoje, tem uma atribuição legal
2063 diferenciada porque tem outros espaços, outras governanças que naquele período não
2064 havia. Então, sem entrar no mérito se é melhor ou se é pior, o fato é esse. E creio que
2065 significa que a gente precisa, portanto, debater também o nossa, sabe, qual é o nosso
2066 pedaço nessa história toda. Para mim, é claro que tem muita coisa para o próprio
2067 CONAMA fazer. Não vejo isso como uma restrição do seu papel. Talvez o papel mais
2068 interessante que, para mim, se sobressai é aquilo que o Ministro Herman Benjamin falou
2069 na abertura dos trabalhos do CONAMA este ano. Quer dizer, aqui é uma instância de...,
2070 Interfederativa. É uma instância de articulação dos entes da federação, considerando que
2071 lá atrás, quando se pensou o CONAMA como Órgão da Política Ambiental, naquele

2072 momento a decisão, olha, precisa ser um Órgão que fale com as três Esferas de Governo.
2073 E isso se manteve. E me parece que essa é uma característica que tem muito peso,
2074 especialmente quando, a partir da Lei Complementar 140, fica muito evidente que as
2075 demais instâncias, as demais esferas governamentais, Estado e Municípios, precisam
2076 fortalecer a sua agenda, a sua política ambiental e a sua estrutura. Então, como fazer
2077 isso? Onde discutir? Onde encontrar o parâmetro? Onde trocar experiências? Para mim,
2078 acho que é o próprio CONAMA. Então, esse é um papel que, para mim, independente da
2079 Lei de Água que surgiu depois, independente do Código Florestal alterado ao longo e
2080 concluído em tese em 2012, eu digo em tese, porque cada dia vem uma proposta nova
2081 de alteração, mas me parece que é um ponto fundamental. O terceiro aspecto que acho
2082 essencial é que é um ótimo, ele é visto como um ótimo espaço de interação da Sociedade
2083 Civil com o Poder Público, com a Política, nesse caso, com a Política Ambiental. Então,
2084 essa característica é que acho que ela se manteve ao longo do tempo, tirado aí os últimos
2085 períodos, que é evidente o que aconteceu. Mas é uma característica que a gente deveria
2086 também consolidar como um espaço, em convergência com a declaração de Escazú, em
2087 convergência com a Lei de Acesso à Informação Ambiental, etc. É uma característica
2088 essencial, a participação social, que é algo que, inclusive, o Ministro Hermann Benjamin
2089 também falou lá naquela abertura dos trabalhos do CONAMA. Eu não assisti à palestra
2090 dele na semana passada, então não sei se ele trouxe esses elementos novamente.
2091 Enfim, então, acho que são temas aí para balizar a nossa discussão. Então, Gustavo,
2092 muito obrigado aí pela exposição. Dá para ver que foi um trabalho assim, embora,
2093 digamos assim, seja quantitativo, ele não é meramente quantitativo. É um trabalho de
2094 foro de análise, de encontrar tendências, de evidenciar questões a partir dos números.
2095 Então, dá para ver que é um mergulho muito acurado do nosso trabalho e é um excelente
2096 subsídio aqui para os debates do grupo. Obrigado.

2097 **O SR. GUSTAVO TRINDADE (Consultor Jurídico)** – Obrigado, Mauro. Muito obrigado,
2098 fico à disposição. Eu juro que, quando me convidaram, eu pensei em contar várias
2099 histórias muito engraçadas para contar também a participação do CONAMA. Eu digo,
2100 não, não, eu vou trabalhar com números. Mas só para contar uma história aqui para
2101 aproveitar. A Adriana referiu da Resolução de cemitérios, que foi aprovada em 2003. E
2102 logo depois, não sei se você vai lembrar disso, Adriana, logo depois disso foi publicada

2103 essa Resolução e alguns Municípios tinham dificuldade para licenciar cemitérios, em
2104 razão da, especialmente aqueles localizados em mananciais. Até que um prefeito de um
2105 interior paulista teve uma ótima ideia. Ele publicou um Decreto proibindo as pessoas de
2106 morrerem em razão das dificuldades de licenciamento ambiental. Então...

2107 **A SRª. ADRIANA RAMOS (Instituto Socioambiental e Coordenação do Observatório**
2108 **do Clima)** - O Decreto do Odorico Paraguassu.

2109 **O SR. GUSTAVO TRINDADE (Consultor Jurídico)** – Isso, ele imitou o Odorico e proibiu
2110 as pessoas. Lá, o Odorico queria que morresse porque não inaugurava o cemitério. Aqui
2111 ele fez um Decreto proibindo as pessoas de morrer. E, como consequência disso, o
2112 CONAMA retomou um pouco das discussões da Resolução de cemitérios, reformulou, e
2113 as pessoas puderam voltar a morrer em Ibicuí-Mirim, alguma coisa assim, no interior de
2114 São Paulo.

2115 **A SRª. ADRIANA RAMOS (Instituto Socioambiental e Coordenação do Observatório**
2116 **do Clima)** - A tentativa de contar a história é grande, não é? Vou me controlar aqui
2117 também.

2118 **O SR. GUSTAVO TRINDADE (Consultor Jurídico)** – Bah, até briga, eu apartei.

2119 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
2120 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - Queria deixar a palavra aberta. Acho que o Rafael
2121 gostaria de se manifestar. Não sei se tem alguém inscrito na internet também. Mas,
2122 Rafael, pode falar.

2123 **O SR. RAFAEL GANDUR GIOVANELLI – TITULAR (Fundo Mundial para Natureza -**
2124 **WWF BRASIL)** - Legal. Bom, primeiro, bom dia, gente, não é? Bom dia, Mauro, Vice-
2125 Presidente aqui, Adriana, Marcela, todos os demandantes, Gustavo. Acho que, se você
2126 não me conhece, eu sou Conselheiro pela Sociedade Civil. Estou representando aqui o
2127 WWF. Márcia também, bom dia a todos. Então, só para colocar assim, primeiro, que
2128 estou superfeliz com o debate, acho que está de altíssimo nível. Inclusive, Gustavo,
2129 queria já te convidar, porque no dia 23 de novembro a Sociedade Civil também está
2130 organizando um seminário para debater a composição, vai ser aqui em Brasília. A gente

2131 está trabalhando junto com o CEBRAP em um estudo que vai mais ou menos na linha do
2132 que você está trabalhando, com algumas outras questões incluídas. E acho que seria
2133 muito bacana ter você junto, porque acho que vai dar um super debate. Então, já te
2134 convido aí, formalmente, para estar com a gente e todos os demais. Não, assim, e para
2135 dizer que assim, eu acho que estão emergindo aqui questões que me parecem muito
2136 muito relevantes, Mauro, eu acho que você sintetizou assim, de forma brilhante os talvez
2137 os principais pontos da controvérsia, da controvérsia não, do que o que está em questão
2138 não é, e eu queria destacar também a fala da Marcela porque quem estuda o e a gente
2139 no WWF está estudando alguns anos o CONAMA, estamos junto com o pessoal do
2140 CEBRAP e tal, tem um texto que é seminal sobre o CONAMA, que é do Arcelar, Henry
2141 Arcelar que é um professor do Rio de Janeiro, em que ele dá luz para uma competência
2142 do CONAMA que muitas vezes é pouco valorizada, que é justamente essa função de
2143 articulação Interfederativa, ou seja, dos Órgãos do SISNAMA, Estados e Municípios, e
2144 também intragovernamental, ou seja, como o meio ambiente é uma matéria transversal,
2145 é importante que haja outros Órgãos do Governo, entes do Governo participando das
2146 decisões, porque muitas vezes, para a política ser bem implementada, a gente vai
2147 precisar de outros Ministérios e outros Órgãos apoiando, e para isso, para a construção
2148 da política, para que a construção da política seja legítima e depois seja bem
2149 implementada, é importante que todas essas instâncias participem da decisão. Então, eu
2150 queria destacar esse ponto, que eu acho que, muitas vezes, a gente fica falando das
2151 normas, que é importante, é fundamental, vou voltar para esse ponto, mas a gente
2152 esquece dessa outra dimensão, que também é muito relevante, e eu concordo 100% com
2153 o que o Mauro colocou, talvez o CONAMA seja, sem dúvida, a instância privilegiada para
2154 isso, porque ela é democrática, ela permite um controle social, sobre essas relações, e
2155 ela possibilita todas essas articulações. Então, eu queria, Marcela, te parabenizar por
2156 puxar essa iniciativa da agenda do CONAMA e do SISNAMA, porque eu acho que é um
2157 instrumento importantíssimo que valoriza e fortalece o SISNAMA, e eu acho que esse é
2158 talvez um dos principais desafios. A gente vive a tríplice crise ambiental, o clima da
2159 diversidade poluição, etc., e um dos diagnósticos, pelo menos no Brasil, é que o sistema
2160 federativo precisa ser fortalecido. Se a gente depender apenas do Ibama e do ICMBio,
2161 sem nenhum demérito dessas instituições, pelo contrário, são instituições de ponta, mas

2162 se a gente não tiver as Secretarias Municipais e Estaduais atuando consistentemente, a
2163 gente não vai dar conta do desafio. Então, tudo isso, para mim, reforça essa função
2164 interfederativa e intergovernamental do CONAMA, que eu acho que deve ser valorizada
2165 e a gente deve considerar bastante nossa proposta. E achei muito interessante, Gustavo,
2166 a sugestão inicial que você faz. Acho que a gente deve olhar com carinho. E, ao mesmo
2167 tempo, eu queria chamar também a atenção um pouco para o segundo ponto de
2168 discussão que você colocou, Mauro. Me parece haver uma disputa sobre a
2169 institucionalidade do CONAMA, e o CONAMA enquanto um espaço legítimo, legal,
2170 inclusive com reconhecimento constitucional de edição de normas ambientais. Acho que
2171 isso está em disputa e eu acho que é ruim para o meio ambiente se essa disputa resultar
2172 em um esvaziamento do CONAMA. Porque o CONAMA também me parece ser uma
2173 instância privilegiada para fazer essa discussão normativa. Eu acho que é mais
2174 democrático. Portanto, a gente pode chegar a melhores resultados se a gente debater
2175 novas normas em uma instância que ela é plural, ela tem a representação de vários
2176 segmentos sociais e de várias instâncias federativas, do que se for uma coisa que,
2177 eventualmente, vai ser decidida em uma canetada sabe-se lá de quem e em que
2178 momento histórico. Então, eu acho que a gente tem que ter atenção para isso também,
2179 para garantir que o CONAMA permaneça como uma instância de produção de normas,
2180 até porque hoje a jurisprudência, tanto do STJ quanto do STF, é muito firme nesse
2181 sentido. O CONAMA tem poder normativo e esse poder normativo é nacional e
2182 vinculante. Então, eu acho que é melhor a gente debater isso no CONAMA, é mais
2183 transparente, é mais responsável, é mais democrático, do que se isso vazar para outras
2184 instâncias que a gente não pode nem saber bem que instâncias são. E aí, ao tocar nisso,
2185 então, destacar também a importância de reforçar a participação da Sociedade Civil,
2186 porque os gráficos mostram que a tendência é sempre de redução da participação da
2187 Sociedade Civil. E aqui, estou me alongando, já vou concluir. Vejo já algumas propostas
2188 surgindo, muito interessantes. Então, quando a Adri fala de pensar o fortalecimento das
2189 representações a partir dos vários interesses que compõem a Sociedade Civil que não
2190 estão representados. Então, Movimentos de Juventude, Movimentos das Periferias
2191 Urbanas com recorte racial, o Movimento dos Quilombolas, enfim, a gente pode pensar
2192 que outros, dos novos setores da economia que têm uma preocupação ambiental. Acho

2193 que por aí talvez a gente tenha um caminho, e isso se dialoga muito com a fala do
2194 Hudson, no nosso seminário passado sobre a importância de ter grupos de matriz
2195 africana representados no Conselho. Então, talvez por aqui a gente tenha uma via que a
2196 gente pode pensar em alternativas, e é bom o dado que mostra que o aumento da parte
2197 dos membros não significa uma diminuição de produtividade porque isso diminui alguns
2198 mitos e nos permite trabalhar com um pouco mais de margem que talvez a gente possa
2199 aumentar um pouquinho a quantidade de membros sem com isso prejudicar o CONAMA.
2200 Então, acho que a mensagem da nossa parte é que é importante a gente fortalecer o
2201 CONAMA como instância normativa e como instância de articulação do SISNAMA.

2202 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
2203 **do Meio Ambiente - CONAMA) -** O Antônio está inscrito. Antônio Soler.

2204 **O SR. ANTONIO CARLOS PORCIUNCULA SOLER – SUPLENTE (Região Sul -**
2205 **Associação De Defesa Do Meio Ambiente De Araucária – AMAR) -** Bom dia a todos
2206 e a todas. Uma satisfação estar aqui com vocês discutindo esse tema tão importante para
2207 a Política Nacional do Meio Ambiente. Saudação ao Gustavo. Fazia tempo que a gente
2208 não se via. E em saudação também a todos os nossos colegas aí da bancada
2209 ambientalista e os demais presentes. É muito, muito interessante a fala da Adriana e
2210 também os números que o Gustavo traz a partir do IPEA. Eu queria só agregar
2211 rapidamente, rápidas considerações para a gente aprofundar o debate oportunamente.
2212 Com relação à democracia do CONAMA, em especial dos colegiados ambientais, não só
2213 do CONAMA, porque ele é uma referência para os Estados e para o Município, a gente
2214 percebe que claramente que as medidas adotadas no nível federal têm um impacto
2215 importante nas Políticas Ambientais Estaduais e Municipais. Para os colegiados serem
2216 democráticos, eles precisam ter o mínimo de desigualdade na participação dos
2217 segmentos. E, como a gente está vendo hoje, pelos números, há uma brutal desigualdade
2218 na participação dos segmentos. Nessa forma de composição, o CONAMA, em nenhum
2219 colegiado ambiental com esse formato, será democrático. Então, é muito importante que
2220 a gente realmente trabalhe em uma proposta de diminuir essa... Se não acabar com ela,
2221 pelo menos diminuir essa diferença de acesso ao debate, às decisões sobre a política
2222 ambiental dentro do CONAMA. Interessante essa proposta que o Gustavo traz com

2223 relação ao número ser definido pelos Estados. É bem interessante essa proposta. Talvez
2224 a gente tivesse que partir daí e pensar uma fórmula que espalhasse essa igualdade
2225 também para outros setores, não é? Porque, por exemplo, no que tange ao segmento da
2226 Sociedade Civil das ONGs, que é o que me interessa mais nesse momento, que está
2227 subrepresentado na minha avaliação e na avaliação de muitos, nós temos mais de uma
2228 ONG por estado. Então, nós teríamos que partir também com um número mínimo de 27
2229 ONGs, por exemplo. Talvez os Municípios, nesse caso, estariam subrepresentados
2230 também, porque Municípios têm uma quantidade muito superior a 27 no país. Então,
2231 parece ser um ponto de partida interessante, mas teríamos que ter aí, fórmulas para
2232 aproximar as representações que ficariam e que ainda estão, no momento,
2233 subrepresentadas, como é o caso da Sociedade Civil. 27 seria facilmente preenchido
2234 esse número por ONGs, por exemplo. Poderíamos ter muito mais representações de
2235 ONGs no CONAMA. Esse é um aspecto, então, que eu queria ressaltar. E no que tange
2236 agora um aspecto mais político, assim, de reflexão política, esse do número não seja,
2237 evidentemente que é, mas, com relação à produção legislativa do CONAMA, ela
2238 certamente deu uma caída, empiricamente falando, em razão desses argumentos aí que
2239 o Gustavo traz, que são verdadeiros, mas eu acho que tem outros elementos que a gente
2240 também deve colocar para refletir sobre essa caída de produção legislativa, que não
2241 passa só por normas feitas por outros espaços, mas eu acho que passa, principalmente,
2242 por um ataque à democracia ambiental, por um ataque à produção de normas e toda a
2243 organização da sociedade, dos movimentos, que buscam criar regras no sentido de
2244 fomentar a proteção ambiental, porque nem toda norma ambiental, como sabemos, ela
2245 necessariamente vai ter um objetivo de proteção ambiental, Muitas normas ambientais
2246 fazem ao contrário, desprotegem. Então, me parece que passa também bastante por
2247 esse ataque a toda esses negacionismos e toda essa forma de atacar as iniciativas
2248 voltadas para a proteção ambiental. Talvez um pouco também de uma, vamos dizer
2249 assim, de uma retirada de alguns Órgãos de Controle do processo de proteção ambiental,
2250 como o próprio Ministério Público, que não tem aparecido tanto como aparecia
2251 anteriormente nessa seara da proteção ambiental. Enfim, acho que são várias questões
2252 também qualitativas importantes de serem consideradas, não só o aumento do número
2253 de produção de leis por outros parlamentos, porque o CONAMA não deixa de ser um

2254 parlamento também, já que ele tem função normativa. Mas, enfim, eram essas questões
2255 assim que eu gostaria de colocar para o debate, para a gente refletir juntos. Obrigado aí
2256 pelo espaço, bom trabalho para nós. Um abraço.

2257 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
2258 **do Meio Ambiente - CONAMA) -** Obrigada, Antônio. Eloísa?

2259 **A SRª. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**
2260 **da Mata Atlântica) -** Bom dia, gente. Primeiro, eu quero agradecer tanto Mauro, Marcelo,
2261 na presidência e pela organização, a turma da organização, a Joana, a Júlia. Para mim,
2262 está sendo muito importante porque a gente apreende... Nós estamos comprando uma
2263 câmara também, um grupo assessor, um suplente e tudo mais, e conhecer esse histórico
2264 e trazer esse balanço foi fundamental. Já me sinto representada por várias falas, mas eu
2265 queria destacar ainda dois pontos, principalmente a fala do Soler, no final. Eu queria ainda
2266 destacar dois pontos, e concordo plenamente com as abordagens feitas, que foram
2267 destacados mais pela Adriana, que é a questão da inclusão de raças, inclusão geracional.
2268 Isso é fundamental, a inclusão de gênero. Vou ter que fechar a porta aqui, porque os
2269 netos descobriram que estou com a fala, só um minuto. Desculpa, gente. Trabalhos em
2270 casa. Mas essa parte, eu acho que ela não... Não sei, eu gostei também muito do critério
2271 apresentado aí por Gustavo, de partir do número de Estados. Acho que isso facilita um
2272 raciocínio e a distribuição de maior paridade. Mas talvez, na Resolução que trabalha a
2273 composição na forma de..., no Decreto, expor de a obrigatoriedade de cada setor
2274 contemplar isso. Quer dizer, isso não é uma obrigação da Sociedade Civil, isso não é
2275 uma obrigação... é uma obrigação de toda a sociedade e de todos nós com essa inclusão.
2276 E um princípio muito importante e muito resguardado pela gente na atual gestão. Acho
2277 que é fundamental que a gente tenha essa inclusão e essa melhoria dessa... Outra
2278 questão que eu queria destacar, para não alongar, além dessa questão da superação
2279 das desigualdades desse espaço, seria a questão de outros meios de fortalecer essa
2280 participação, não só pela composição em si do número de Conselheiros, mas também
2281 com a questão da transparência, com a questão da comunicação do CONAMA, com
2282 relação à divulgação mais ampla do que está ocorrendo, do que a gente tem avançado e
2283 dos temas. A gente, pela Sociedade Civil, levantamos a ideia de ter um resumo executivo

2284 permanente das câmaras e das plenárias do CONAMA, é claro que está disposto lá em
2285 atas e formas, de a gente pensar em algum mecanismo, algum instrumento feito de forma
2286 colaborativa, para que a sociedade tenha acesso e a gente possa divulgar o que está
2287 ocorrendo. A gente até brincou do que acontece no CONAMA, o que acontece no Brasil,
2288 e também acho que as formas de seminário. A gente tem uma rede de jovens. Eu estou
2289 tentando, enquanto Conselheira, envolver essa rede de jovens no dia a dia, estou tendo
2290 muita dificuldade, e eles estão me cobrando muito isso, por uma falta até de tempo,
2291 porque nós estamos aí com zilhões de atribuições entre Câmaras, grupos e preparação
2292 dessas nossas reuniões. Então, se a gente tiver uma forma colaborativa e puder envolver
2293 esses jovens, e lembrar que, mesmo envolvendo os jovens, a gente tem que pensar aí a
2294 questão das crianças e da geração futura e a forma de a gente estar aí já trazendo tudo
2295 isso de uma forma mais ampla. Então, eu gostei muito, quero amadurecer todo esse
2296 raciocínio e parabenizar. Só para ser mais curta, eu destaco aí a gente estabelecer além
2297 do número e dessa composição, a questão do conhecimento. Vou contar um detalhe, vou
2298 informar só um detalhe, a primeira vaga dos Municípios, ela ocorreu por uma
2299 desobediência civil minha, enquanto presidente da ANAMMA, sem saber que eu estava
2300 cumprindo, fazendo ali uma desobediência civil, onde eu levantei a mão com... Eu vi que
2301 todo mundo levantava com o cartão verde, eu levantei com a pasta e fui lá à frente e pedi
2302 a representação dos Municípios. Eu tive que passar essa palavra para o Estado, porque
2303 não era aceito que Municípios nem falassem. E eu acho que tem uma aí quebra muito
2304 importante nessa ampliação e achei genial essa paridade governamental no sentido de
2305 os Municípios também comporem de forma incisiva essa frente ao mais democrática,
2306 essa frente da tripartite, essa estratégia tripartite que estamos retomando. Eu acho que
2307 isso é fundamental, até porque agora no licenciamento se passa uma carga sem uma
2308 preparação e uma capacitação para tanto. Então, acho que vamos... acho que se a gente
2309 trabalhar essa comunicação, esses seminários, essa questão, e divulgar isso melhor vai
2310 ser importante.

2311 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
2312 **do Meio Ambiente - CONAMA) - Está bem.**

2313 **A SRª. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**
2314 **da Mata Atlântica)** - Concordo com tudo dito. Desculpa se me alonguei, mas era
2315 importante ressaltar isso. Obrigada, gente.

2316 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
2317 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - Obrigada, Heloisa. Agradeço muito. Duas questões
2318 que eu queria pontuar com relação ao debate. A primeira é que uma das coisas que eu
2319 tenho experienciado na gestão do Conselho é que, apesar de a gente ter essa
2320 disparidade de representação no plenário, nas câmaras técnicas, existe um equilíbrio
2321 maior, porque as câmaras técnicas, elas funcionam com paridade entre os setores. E é
2322 lá onde grande parte das questões são decididas, porque o ideal, inclusive, é que a gente
2323 consiga fazer a costura entre os setores nas câmaras técnicas para levar para o plenário
2324 a questão mais madura. Sem prejuízo da necessidade de a gente realmente repensar
2325 essa estrutura do pleno, eu acho que a discussão sobre composição do CONAMA não
2326 deve deixar de discutir também como tem se dado a forma de participação nas câmaras
2327 e nos grupos de trabalho. Porque esses são os espaços onde a gente consegue ampliar.
2328 Os grupos de trabalho, a gente está tendo uma primeira experiência agora na Câmara
2329 Técnica de Qualidade Ambiental, na formação dos grupos de trabalho. E esses grupos
2330 não precisam ser formados por Conselheiros. Mesmo as câmaras técnicas, a gente tem
2331 indicação de fora do Conselho para a composição das câmaras técnicas pelos setores
2332 que são representados como Conselheiros. Isso já é uma ferramenta de ampliação da
2333 participação muito grande, que eu acho que a gente tem que valorizar. Então, como
2334 garantir que as organizações e aqueles que são os maiores especialistas, não no sentido
2335 só técnico, mas que representam as causas, estejam presentes nas câmaras técnicas e
2336 nos grupos de trabalho? Qual a forma de participação nas câmaras técnicas, para além
2337 do voto? E eu acho muito importante a gente discutir o peso do voto, mas o trabalho
2338 colaborativo, ele dá muito trabalho também para todo mundo, e eu acho que a gente tem
2339 muito o que aprender como colegiado, como receber as contribuições daqueles que mais
2340 podem nos apresentar subsídios para os nossos debates técnicos, nas resoluções e
2341 mesmo em discussões políticas. Um exemplo é esse grupo assessor e os nossos
2342 convidados para esse seminário. Então, eu acho que a gente tem uma série de
2343 instrumentos para ampliar a participação e a representatividade que também tem que ser

2344 colocados no escopo desse grupo assessor. Inclusive a questão da juventude. A questão
2345 da juventude, eles trouxeram... Existe uma agenda que o Engajamundo trouxe sobre a
2346 necessidade de criação de um Conselho sobre juventude e meio ambiente. E, em
2347 conversa com a Ministra, a gente estava ponderando se será que é a criação de um
2348 Conselho, ou será um novo Conselho, ou será que a gente consegue incorporar, dentro
2349 do CONAMA, um espaço para a juventude? E eu acho que, para fazer isso, a gente não
2350 precisa da revisão do Decreto, a gente poderia sinalizar a criação, por exemplo, de um
2351 grupo assessor sobre juventude e meio ambiente e já convidar jovens para que venham
2352 discutir com a gente, trazer as suas agendas e organizar outros seminários e outros
2353 fóruns de participação. A mesma coisa com o Movimento Negro, por que não já criar um
2354 espaço de participação dentro do CONAMA, trazer essa agenda, e aí a gente cria essa
2355 transversalidade onde esses grupos eles podem alimentar as câmaras técnicas com
2356 agendas de resoluções, com contribuições nas agendas que estão sendo feitas. Essa
2357 semana a gente teve também uma reunião com o Instituto Alana sobre a criança e
2358 adolescente, e a gente aqui na equipe está discutindo a ideia de um "CONAMINHA" e é
2359 uma coisa que a gente gostaria de poder fazer logo, entendeu? Então, já convidei a
2360 Heloisa e se você tiver indicação de outras organizações que trabalham com infância.
2361 Então, vamos chamar, eu tenho uma filha de 9 anos, eu quero que ela venha também.
2362 Então, assim, vamos fazer uma agenda o ano que vem para as crianças, uma reunião
2363 em que a gente convoca as crianças, ouve as crianças, os Conselheiros são convidados
2364 a escutar. A gente tem hoje também um meio virtual, que deve ser utilizado para garantir
2365 a representatividade nacional. Então, tem uma série de questões que a gente pode inovar
2366 no CONAMA, para além dessa tradição maravilhosa que a gente tem desde 1981, 1983,
2367 de construção das nossas formas de engajamento, mas que eu acho que a gente pode
2368 trazer esses novos atores que querem ser ouvidos e que a gente deve ouvir para esse
2369 espaço. E, por fim, gostaria de falar para a Heloisa, que está no nosso planejamento da
2370 equipe para 2024, a elaboração do boletim, que foi uma proposta da Agenda Nacional do
2371 Meio Ambiente. Então, a gente já acolheu essa proposta e a nossa ideia é, em 2024,
2372 colocar para rodar. A gente pode ter versões, a gente inicia o processo e vai revisando e
2373 aperfeiçoando. A gente não precisa ter um super método para criar esses mecanismos.
2374 Da mesma forma, a Agenda Nacional do Meio Ambiente, a gente preferiu fazer uma

2375 agenda com as condições que a gente tinha em pouco tempo, colocar uma primeira
2376 versão no mundo para que a gente possa aperfeiçoar nos próximos três anos essa nossa
2377 ferramenta. Mauro, Adriana?

2378 **A SR^a. ADRIANA RAMOS (Instituto Socioambiental e Coordenação do Observatório**
2379 **do Clima)** - Eu queria fazer só um comentário rapidinho. Eu acho que uma coisa
2380 importante que foi dito aqui que tem a ver com essa história do papel regulamentador e
2381 tal, e que, de fato, acho que depende muito da valorização do CONAMA pelo próprio
2382 Ministério do Meio Ambiente. Foi nesse momento, quando o Ministério do Meio Ambiente
2383 abriu mão disso, que tirou o CONAMA das regulamentações do novo Código Florestal e
2384 passou a dominar a agenda do CONAMA sem permitir que ela fosse uma agenda
2385 construída coletivamente, que o CONAMA começou a ter essa desvalorização. Então,
2386 acho que, seja para incluir o CONAMA nominalmente nas legislações que estão saindo
2387 do Congresso, para já remeter a regulamentação para cá. Seja nesse esforço de trazer
2388 as regulamentações para o CONAMA, porque aí depende muito dessa articulação interna
2389 a Governo, acho que esse papel do Ministério, ele é fundamental. E isso vai reverberar
2390 na valorização do Conselho e dos Conselheiros. Eu vivi uma época no CONAMA em que,
2391 apesar de todas as oposições, qualquer posição antiambiental era mal vista. Existia um
2392 espírito entre os Conselheiros de responsabilidade com o seu papel muito interessante.
2393 E aí vou contar a minha única historinha aqui, Gustavo. A gente estava discutindo a
2394 regulamentação do licenciamento para atividade sísmica. E havia uma proposta de
2395 isentar a atividade sísmica do licenciamento, porque era só uma pesquisa básica e tal,
2396 que o Ministério de Minas e Energia e a Petrobras trouxeram. E aí tinha ali uma divisão,
2397 porque o Governo tendia todo a votar com o Ministério de Minas e Energia, tentando
2398 minimizar. E ocorreu que, na hora que foi defender a proposta, o representante do
2399 Ministério de Minas e Energia passou a palavra para uma consultora da Petrobras, que
2400 provavelmente não tinha muita experiência de CONAMA, e que a primeira coisa que ela
2401 falou na fala dela foi dizer que, para ela, era muito estranho que um assunto tão técnico
2402 fosse submetido à decisão de pessoas que não eram da área. E aí ela foi vencida, só
2403 teve o voto do Ministério de Minas e Energia, porque se tinha uma coisa que todo mundo
2404 ali tinha em comum era o poder de Conselheiro. Então, a senhora vem aqui pedir o meu
2405 voto, mas não desqualifique o nosso papel. E foi uma cena muito curiosa no CONAMA,

2406 porque todo mundo votou contra como se dissesse: “não é assim desqualificando o papel
2407 do Conselho que a senhora vai ter o voto dos Conselheiros a favor da sua tese”, e eu
2408 nunca vou me esquecer disso porque foi a primeira vez que eu vi instituições tão distintas
2409 votando unanimemente ali acho que esse para mim foi uma grande lição sobre um
2410 Conselho desse tamanho acho que isso tem a ver com essa valorização do papel do
2411 Conselheiro.

2412 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
2413 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Adriana, só queria trazer uma questão que para mim
2414 foi muito surpreendente, que é o Ministério ter nomeado as pessoas que estão nos mais
2415 altos cargos do Ministério para todas as câmaras técnicas e grupos assessores. Então,
2416 hoje a gente conta com Mauro Pires, que é presidente do ICMBio, coordenando um grupo
2417 assessor super presente nas discussões sobre composição do CONAMA. A gente tem o
2418 Adalberto Maluf como presidente da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental, que é o
2419 Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental. A gente tem a Rita
2420 de Cássia na presidência da Câmara Técnica de Biodiversidade. A gente tem a Ana Toni
2421 na Câmara Técnica de Mudança do Clima. E a gente tem o Rodrigo Agostinho como
2422 presidente da Câmara Técnica de Controle Ambiental e Gestão Territorial. Então, cabe
2423 também à Sociedade Civil aproveitar essa abertura dos Secretários para trazer suas
2424 agendas para essas câmaras técnicas, porque ele é um espaço de debate estratégico.
2425 Então, assim, vai ser muito importante que a Sociedade Civil também se articule tanto
2426 para a construção da Agenda Nacional do Meio Ambiente, que a gente quer levar para
2427 todas as Secretarias e Diretorias do Ministério para a discussão dessas agendas que
2428 estão sendo trazidas pela Sociedade Civil, como na agenda das câmaras técnicas, das
2429 resoluções que a gente tem que rever, e mesmo de outros temas que podem ser
2430 importantes para uma agenda específica.

2431 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
2432 **Conselho – GARCO)** – Marcela? Não, assim, veja, eu mesmo pedi inscrição para falar,
2433 tem duas pessoas também inscritas, mas temos uma exposição, um palestrante que está,
2434 inclusive, fora do país e está com problema de horário. Então, se a gente puder escutá-
2435 lo, ouvi-lo, e depois a gente retoma aqui o nosso debate, pode ser? Está, obrigado.

2436 **O SR. GUSTAVO TRINDADE (Consultor Jurídico)** - Mauro, Adriana e Marcela, só
2437 queria agradecer o convite. É muito bom poder voltar a falar sobre o CONAMA. Estou
2438 com muita saudade de vocês, quero ir aí para Brasília, para conversar de perto com
2439 vocês, e vou pedir desculpa que, daqui a pouco eu vou ter que me ausentar. Um abraço
2440 muito obrigado e fica à disposição de vocês e Rafael me chama que eu quero participar
2441 sim. Um abraço para todos. Tchau, tchau.

2442 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
2443 **Conselho – GARCO)** – Venha mesmo tomar um café aqui da repartição.

2444 **O SR. GUSTAVO TRINDADE (Consultor Jurídico)** - Vou, vou.

2445 **A SR^a. ADRIANA RAMOS (Instituto Socioambiental e Coordenação do Observatório**
2446 **do Clima)** - Nosso próximo, então... Obrigada, Gustavo. Então, a gente vai convidar o
2447 Marcos Aurélio, que é Conselheiro do CONSEA, é isso? Do CONSEA, para fazer a nossa
2448 fala dessa segunda mesa. Marcos, obrigada pela presença, pela colaboração de vocês
2449 para enriquecer o nosso debate.

2450 **O SR. MARCOS AURELIO LOPES FILHO (Coordenador-Geral do Conselho Nacional**
2451 **de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA)** - Bom, obrigado mais uma vez pelo
2452 convite. Acho que só já começo fazendo essa aclaração e uma justificativa. Eu sou o
2453 Coordenador-Geral do CONSEA, na verdade. Nós estamos em algumas semanas
2454 bastante decisivas para o Conselho, então, infelizmente, nem a nossa Presidenta e
2455 nenhum dos Conselheiros puderam estar aqui. Acho que ainda mais nesse tema tão
2456 importante que está sendo discutido no seminário, que é justamente como ampliar a
2457 participação, seria muito mais simbólico e, obviamente, os Conselheiros e Conselheiras
2458 teriam muito mais a contribuir aqui, não é? Mas nós estamos, essa semana, realizando
2459 as 27 conferências estaduais de segurança alimentar e nutricional. Então, a gente, todos
2460 os Estados estão organizando as suas conferências e eu mesmo também estou hoje fora
2461 do país, que acontece a reunião do Conselho Mundial de Segurança Alimentar e
2462 Nutricional, então estou aqui em Roma, até por isso também não vou conseguir
2463 acompanhar toda a agenda. Mas queria agradecer mais uma vez o convite, acho que
2464 para nós é uma oportunidade singular, eu comentei isso com a Joana quando foi feito o

2465 convite, e ela é uma oportunidade singular por duas razões. Uma primeira razão
2466 justamente porque nós, enquanto Conselho de participação social, tem essa alegria, essa
2467 satisfação em compartilhar o que a gente está construindo para ampliar a participação
2468 tanto no âmbito do Conselho, do Conselho Nacional, dos Conselhos Estaduais, dos
2469 Conselhos Municipais. Nós estamos em pleno processo conferencial, que tem a
2470 democracia e a ampliação da participação como um dos temas centrais. Então, acho que
2471 é um momento muito oportuno, mas também é um momento muito oportuno porque a
2472 gente está intensificando a agenda de trabalho no CONSEA sobre o nexos entre os
2473 sistemas alimentares e a mudança climática, a crise climática. Então, acho que nessas
2474 duas dimensões, para nós é muito importante estar aqui e estreitar essa relação com
2475 vocês, ainda que hoje não necessariamente da melhor forma ou da forma que a gente
2476 gostaria. Talvez para o benefício daquelas e daqueles que não conhecem o CONSEA, o
2477 CONSEA é o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional da Presidência
2478 da República. Ele é um Órgão de Assessoramento Direto ao Presidente da República, é
2479 um Conselho consultivo, diferente do CONAMMA, ele não tem uma natureza deliberativa,
2480 ele é criado em 2003 pelo presidente Lula, justamente como esse corpo de ressonância,
2481 essa caixa de ressonância com a Sociedade Civil brasileira, o Governo e a Sociedade
2482 Civil brasileira, para construir o que, então, foi o programa Fome Zero, começou como
2483 estratégia Fome Zero, depois programa Fome Zero. Em 2006, ele foi criado primeiro por
2484 Decreto, e ele funcionou por Decreto entre 2003 e 2006, como essa caixa de ressonância
2485 na presidência da república. Em 2006, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e
2486 Nutricional, ele foi estruturado, ele foi regulamentado por meio de uma Lei Orgânica da
2487 Segurança Alimentar e Nutricional. Então, naquele momento, o CONSEA, ele ganha um
2488 novo status, que além de ser uma caixa de ressonância da Sociedade Civil brasileira
2489 diretamente com o Presidente da República, ele passa a ser também a instância de
2490 participação social do SISAN, bem parecido com o de vocês, o Sistema Nacional de
2491 Segurança Alimentar e Nutricional. Então, o CONSEA, em 2006, ele ganha essa outra,
2492 ele passa a ter essa dupla natureza, ele segue como Órgão de Assessoramento ao
2493 Presidente, mas ele também passa a ser uma instância de participação social do SISAN,
2494 e aí o SISAN, ele tem três instâncias, ele tem uma instância que é a Câmara
2495 Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, ele tem o CONSEA, o Conselho

2496 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e ele tem a Conferência, a Conferência
2497 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Então, essas são as três instâncias do
2498 CONSEA, como essa instância de participação social a partir de 2006. E o que muda?
2499 Na estrutura do CONSEA muda-se pouco, mas o que muda é que o CONSEA, quando
2500 você estabelece um sistema, sistema, o CONSEA passa a ter congêneres nos Estados,
2501 então, a gente passa a ter Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional e
2502 Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional. O SISAN é um sistema de
2503 adesão voluntária, muito interessante ouvindo as discussões de vocês sobre esse
2504 momento da pactuação federativa, essa natureza federativa possível ou não, também é
2505 um debate que a gente tem enfrentado, de uma forma bastante viva nesse processo
2506 conferencial agora, em curso, que era a 6ª Conferência Nacional. Então, em 2006, o
2507 sistema, ele passa a ser esse sistema de adesão voluntária, com a adesão de todos os
2508 entes, as unidades federativas e mais ou menos 15% e 20% dos Municípios, então, a
2509 adesão dos Municípios ainda é um grande desafio para a gente, mas todas as unidades
2510 federativas aderiram, o que significa que todas as unidades federativas têm os seus
2511 Conselhos e todos os Municípios que aderiram têm os seus Conselhos. A gente, o
2512 CONSEA funcionou, o sistema funcionou de uma forma bastante eficiente, não é?
2513 Inclusive com isso evidenciado nos indicadores. A redução significativa dos indicadores
2514 de fome, de má nutrição no país. O Brasil saiu do mapa da fome em 2014, acho que essa
2515 história já é bastante conhecida de todos e todos, mas é só para evidenciar o papel que
2516 o sistema teve na construção dessas políticas, na gestão dessas políticas. E por que que
2517 esses indicadores, eles são uma evidência do sucesso do sistema e não
2518 necessariamente de uma política ou outra, não é? Porque em 2019, acho que como a
2519 maioria de vocês sabe, o Presidente eleito o, então, Presidente da República, extinguiu
2520 o CONSEA em âmbito nacional. Então, deixou acéfalo esse sistema. O Congresso
2521 derrubou essa extinção, mas, então, legalmente o Conselho seguiu existindo, mas ele
2522 nunca foi instalado. Então, nós tivemos um período de quatro anos sem funcionamento
2523 do sistema, e justamente nesses quatro anos, obviamente não apenas pela crise do
2524 sistema, mas muito em função dela. A gente tem uma série de outros fatores, a volta do
2525 Brasil ao mapa da fome, 33 milhões de pessoas, que é um dado bastante conhecido
2526 também, a desarticulação de um conjunto de políticas. Então, essa instância que tem

2527 esse duplo papel, ele é composto por 20 representações de Governo, nós temos os 20
2528 Governos que têm algum tipo de responsabilidade com os sistemas alimentares, então,
2529 esses Ministérios eles vão desde Ministérios mais óbvios como o Ministério do Meio
2530 Ambiente, o Ministério do Desenvolvimento Social, da Agricultura, do Desenvolvimento
2531 Agrário, mas a gente passa também pelo Ministério da Previdência Social, Ministério da
2532 Justiça. Então, todos os Ministérios que têm atuação e mandato em alguma instância ou
2533 em algum determinante do sistema alimentar, compõem o CONSEA, desde a produção
2534 até, por exemplo, o consumo e os desfechos da alimentação, na saúde, os desfechos da
2535 alimentação no clima, por exemplo. E para além dessas 20 representações de Governo,
2536 nós temos quatro observadores de Governo que são os Ministérios que não existiam no
2537 momento em que o CONSEA foi criado em 2006, e que não existiam equivalentes como,
2538 por exemplo, o Ministério dos Povos Indígenas, que é um observador, mas que nós já
2539 estamos trabalhando para fazer os ajustes na legislação para que, após a sexta
2540 conferência, que vai ser em dezembro, a gente tenha o Ministério dos Povos indígenas,
2541 por exemplo, como um membro pleno, e para além das 20 representações de Governo,
2542 nós temos 40 representações de Sociedade Civil, então, é um Conselho, não é paritário,
2543 ele é um Conselho de um terço, dois terços, e essas 40 representações de Sociedade
2544 Civil são organizações de abrangência nacional, que se dediquem às diferentes esferas
2545 dos sistemas alimentares. Então, vocês estavam dizendo de juventude, a gente tem
2546 cadeira de juventude, então, a gente tem organizações que se dedicam às diferentes
2547 etapas ou dimensões dos sistemas alimentares e representações de segmentos
2548 populacionais que são historicamente vulnerabilizados, têm o seu direito humano à
2549 alimentação adequada, violados e estão mais vulnerabilizados a insegurança alimentar
2550 e nutricional. Então, a gente tem organizações, por exemplo, de agricultores, enquanto
2551 produtores de pesca artesanal, enquanto produção, a gente tem representações de
2552 consumidores, mas a gente tem também, como eu disse, de segmentos populacionais,
2553 de mulheres, de jovens, de população negra, de povos indígenas, a gente tem o
2554 segmento dos especialistas, então, as associações de pesquisa em saúde pública, a
2555 Associação de Pesquisa em Segurança Alimentar, em termos de pesquisa agropecuária.
2556 Então, a gente tem um espectro amplo de representações, e por que que eu digo que
2557 são representações nacionais? Porque acompanhando aí um pouco do debate de vocês,

2558 que achei riquíssimo, mas não conhecia, sobre ser federativo ou não. Então, a opção no
2559 CONSEA é que não é um Conselho Federativo. O sistema é federativo, a gente tem
2560 Conselhos em Âmbito Estadual e em Conselho Municipal, mas as representações no
2561 Conselho Nacional, elas não são federativas, elas não são organizações eleitas nos
2562 Municípios ou nos Estados, elas são organizações escolhidas em âmbito nacional pela
2563 sua amplitude nacional. Então, como que os Estados e os Municípios participam desse
2564 espaço? Nós temos uma comissão permanente para os presidentes de Conselhos
2565 estaduais, que, por sua vez, tem comissões permanentes para os Conselhos municipais.
2566 Então, a relação federativa no âmbito do CONSEA, ela se dá por meio dessas comissões,
2567 que não são Conselheiros, então, Conselheiros são diferentes, o Conselho e os seus
2568 Conselheiros têm essa composição que eu disse, de 20 Governos, 40 sociedades civis,
2569 e nós temos então essa comissão, que é sim, ela é composta pelos 27 presidentes de
2570 Conselhos estaduais e distrital, e a relação federativa se dá por este meio. Ela foi
2571 bastante, como eu disse, esse mecanismo foi bastante exitoso e suficiente por um
2572 período de tempo, a gente tem percebido a necessidade de ampliar esse diálogo
2573 federativo, de ampliar esses espaços de pactuação federativa. Então, nesse momento,
2574 nós estamos discutindo criar outros instrumentos de pactuação bipartite, tripartite, mas
2575 todo esse debate está acontecendo na sexta conferência. Do ponto de vista temático, eu
2576 vi que vocês têm Câmaras Técnicas, o Conselho tem comissões permanentes, nós temos
2577 atualmente sete comissões permanentes, cada uma delas há uma grande dimensão um
2578 desse tema que é bastante diverso, da alimentação adequada e saudável, do direito
2579 humano à alimentação adequada, então nós temos uma comissão permanente que se
2580 dedica ao SISAN, a olhar o sistema, as questões próprias do sistema, a regulação do
2581 sistema, a gente tem uma comissão permanente que olha para os ambientes alimentares,
2582 a saúde e a nutrição, então, onde está toda a agenda regulatória, relação com a Anvisa,
2583 sobre rotulagem, qualidade nutricional dos alimentos, enfrentamento à sobrepeso e
2584 obesidade. A gente tem uma terceira que são sistemas produtivos e de abastecimento,
2585 uma quarta que é sobre o direito humano à alimentação adequada, do ponto de vista da
2586 afirmação do direito de segmentos populacionais historicamente vulnerabilizados. Então,
2587 as ações afirmativas, aqui a gente trabalha com população de rua, com população LGBT,
2588 a gente trabalha com esses segmentos, a gente tem uma específica de população negra

2589 e enfrentamento ao racismo, entendendo que essa é uma pauta no Brasil, a cara da fome
2590 é uma cara de uma mulher preta da periferia de uma grande cidade. Então, a gente tem
2591 uma comissão que se dedica a isso, uma de Povos Indígenas e uma de Povos e
2592 Comunidades Tradicionais. Então, a dinâmica do Conselho, nós temos plenárias
2593 bimensais, e as comissões permanentes, elas se reúnem nesse ínterim, entre as
2594 plenárias, tem uma vida de trabalho. Dessas comissões permanentes, participam os
2595 nossos Conselheiros e Conselheiras, mas também os técnicos de Governo, que não
2596 necessariamente são Conselheiros, então, integram essa instância. Acho que, falando
2597 de Governo, é importante mencionar que os nossos titulares são sempre Ministros.
2598 Então, são Ministros e Ministras de Estado, e os suplentes são Secretários ou
2599 Secretárias, os Diretores da área, mas os titulares são sempre os Ministros. Eu acho que,
2600 talvez, para caminhar para o fim, e aí me colocar à disposição de perguntas, até para
2601 entender exatamente como é que a gente tem trabalhado com duas questões nesse
2602 desafio de ampliar essa representação. Então, o primeiro é um desafio sobre
2603 representação por entidade ou pessoas. Então, o CONSEA, ele é um Conselho de
2604 entidades, mas obviamente muitas das nossas entidades e organizações estão
2605 personificadas em algumas pessoas. Então, esse é um desafio que a gente tem,
2606 especialmente no pós-pandemia, porque esse universo da segurança alimentar e
2607 nutricional antes da pandemia e antes da extinção do CONSEA em 2019, ele era
2608 composto por um conjunto de organizações e, obviamente, a pandemia e a forma como
2609 essas organizações reagiram e se organizaram para enfrentar a fome nos seus territórios,
2610 para construir soluções sustentáveis para isso, fez surgir novas lideranças, novas
2611 organizações. Então, a gente tem um desafio hoje de como combinar essas organizações
2612 que historicamente trabalham nesse tema e essas organizações novas que surgiram
2613 nesse período, nesse último período. Um desafio que a gente, uma alternativa que a
2614 gente construiu foi de a titularidade e a suplência não serem necessariamente da mesma
2615 organização. Isso tem as suas vantagens no sentido de ampliar a representação
2616 institucional, mas tem o seu desafio no sentido de garantir essa participação, esse é um
2617 tema que a gente está levando para a sexta para a sexta conferência agora. E aí um
2618 segundo componente também nessa objetiva de ampliar essa participação é justamente
2619 como é que a gente reconhece toda a riqueza do debate que a sociedade tem para além

2620 da Sociedade Civil organizada nesse tema. Como é que a gente cria mecanismos de
2621 comunicação entre o Conselho e o debate que está acontecendo na Sociedade Civil para
2622 além das organizações que estão ali representadas? É muito desafiador, a gente está se
2623 reestruturando nesse ano, a gente foi reinstalado dia 28 de fevereiro, depois de um
2624 intervalo de quatro anos e já com a tarefa de organizar a sexta conferência para esse
2625 ano, porque a gente está oito anos sem conferência, a conferência tem a prerrogativa de
2626 decidir o tema, o plano, de pactuar as diretrizes para a elaboração do Plano Nacional de
2627 Segurança Alimentar e Nutricional, a gente está indo para o nosso quarto plano, que é
2628 um plano quadrienal, então, a conferência ela tem essa prerrogativa e a conferência tem
2629 uma prerrogativa, que acho que dialoga diretamente com a conversa que vocês estão
2630 fazendo, de é a conferência que diz qual é o formato do Conselho para os próximos
2631 quatro anos. Então, é a conferência que decide quais são esses segmentos
2632 populacionais, quais são os temas que vão estar representados, qual é a composição e
2633 a cara. Então, esse é um tema que sai das nossas conferências. Acho que eu já me
2634 alonguei bastante. Enfim, queria mais uma vez agradecer, dizer que eu estou aqui à
2635 disposição, não vou poder ficar muito tempo, mas dialogar e trocar a partir dessa
2636 experiência. Obrigado.

2637 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
2638 **Conselho – GARCO)** - Olá, Marcos. Muito obrigado pela exposição. E lembro que,
2639 quando houve a sugestão do CONSEA, era exatamente porque se tratava de um
2640 Conselho bem diferente do CONAMA, na sua trajetória e na sua institucionalidade, por
2641 assim dizer. O CONSEA como um Órgão Consultivo, e o CONAMA como
2642 Consultivo/Deliberativo. A outra coisa que também chamou atenção e você ressaltou, é
2643 essa vinculação por adesão, isso é também diferente do nosso caso aqui. Me pareceu
2644 interessante essa experiência de vocês. Como é que é essa adesão, o que e que isso
2645 implica, efetivamente, não é? Enfim, eu acho que a minha proposta é que, em razão do
2646 tempo, se a gente puder passar para outra exposição, poderia ser? Porque talvez,
2647 Marcos, não sei como é que está a sua agenda aí. Você está em Roma, não é, que falou?
2648 Já deve estar na hora do almoço, ou já passou, não é?

2649 **O SR. MARCOS AURELIO LOPES FILHO (Coordenador-Geral do Conselho Nacional**
2650 **de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA)** - Já passou, são quatro da tarde.
2651 Eu tenho uma reunião em meia hora. Então, eu poderia ficar mais meia horinha com
2652 vocês.

2653 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
2654 **Conselho – GARCO)** - Está. Então, eu pergunto a vocês, se a gente, nesse caso, em
2655 razão do tempo do Marcos, se a gente abre, então, agora para algumas indagações
2656 diretamente a ele, e aí, depois, a gente parte para a próxima exposição. Senão, a gente
2657 vai prendê-lo aqui um pouco mais. E o que vocês acham? Podemos, então, abrir, assim?
2658 Aí eu vou pedir aos colegas que estavam inscritos, inclusive eu mesmo, para a gente
2659 suspender os nossos comentários que iam tratar de outras questões e a gente agora se
2660 restringir aqui a dúvidas, indagações ao Marcos, pode ser? Sim. Uau! A gente está aqui
2661 com o gargalo no horário, mas vamos fazer o seguinte, talvez só para abrir uma ou duas
2662 questões ao Marcos, e aí a gente passa diretamente para a próxima expositora, pode
2663 ser? Eu vi que a Zuleica pediu a palavra, é isso? É uma indagação, não é, Zuleica, para
2664 o Marcos, certo?

2665 **A SRª. ZULEICA** - Sim, eu pretendo mesclar aqui as minhas opiniões sobre o que ele
2666 falou e o anterior também, se for possível.

2667 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
2668 **Conselho – GARCO)** - Então, tudo bem, se tem a ver com a exposição do Marcos

2669 **A SRª. ZULEICA** - Em parte, sim. Em parte, sim.

2670 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
2671 **Conselho – GARCO)** - Então, vamos lá.

2672 **A SRª. ZULEICA** - Então, Marcos, eu gostei muito da sua apresentação. Eu não conhecia
2673 essa composição do CONSEA, e você falou uma coisa interessante sobre não ser de
2674 âmbito federativo, a composição não obedece a esse tipo de critério. No caso do
2675 CONAMA, a gente tem uma questão diferente, logicamente, porque é uma questão muito
2676 territorial, a regulamentação ambiental, mas ocorre que também faltam elementos extra

2677 federativos dentro do CONAMA, as Câmaras Técnicas, vou discordando aqui da Marcela,
2678 elas não são nem um pouco democráticas, porque as ONGs só têm dois votos lá, contra
2679 oito, são oito, não é? São seis, muitas vezes, e a indústria tem a mesma a mesma
2680 composição que as ONGs, na Câmara Técnica. Eu participei durante anos, eu fui quatro
2681 vezes Conselheira, e sempre na Câmara Técnica de Gestão de Resíduos. E lá o embate
2682 era muito diferente do que acontecia nas Câmaras Técnicas voltadas para a
2683 biodiversidade, onde havia muito mais diálogo, talvez pela natureza do Ministério, que
2684 coloca muito, uma porcentagem muito grande de esforços nessa área, em relação às
2685 outras agendas, como é gestão de resíduos, controle ambiental. Então, a minha
2686 experiência é diferente da experiência daquele outro setor, só para você entender que
2687 existem, então, várias mais nuances dentro do CONAMA, a Câmara Técnica de Gestão
2688 de Resíduos, por exemplo, era um embate direto com o interesse da indústria. A indústria
2689 nunca quer ser regulada. Então, como ela não quer ser regulada, e ela tem, ela exerce
2690 um papel infeliz de tornar o Governo refém dela, por conta do poderio econômico, de sua
2691 participação, enquanto que a sociedade, vista, como bem falou a Adriana, com uma certa
2692 empáfia por parte dos Assessores, principalmente da indústria, Governo, e alguns
2693 Governos, dependendo do Governo que está no ar. E a gente, então, sofria horrores,
2694 porque na Câmara Técnica não se discutia quase nada técnico, se discutia apenas
2695 política, quem tem mais poder ali. E a gente perdeu muita coisa nesse número de
2696 resoluções que o palestrante anterior apresentou, elas não representam nada se a gente
2697 não avaliar a qualidade delas e o grau de comprometimento com a regulação visando
2698 estritamente a proteção ambiental e a saúde. Então, a gente tem aqui no CONAMA,
2699 então, um foco bem diferente, provavelmente, do CONSEA, porque nós precisaríamos
2700 ter... Aliás, o CONSEA está vindo também. Por que não? Nós teríamos que ter um corpo
2701 científico. A ciência tinha que estar equilibrando essas forças também, fazendo também
2702 essa parte do pêndulo. Porque, na Câmara Técnica, a gente não pode aprovar alguma
2703 coisa, porque alguém achou que era. Em ciência, não é assim que funciona. E a Câmara
2704 Técnica, ela se baseia não só, claro, na ciência pura estritamente, mas também na
2705 tecnologia, no desenvolvimento de tecnologias, processos industriais, que envolvem
2706 autoridades, autorizações, validações, do ponto de vista da filosofia da ciência. Você tem
2707 que validar aquilo que você está aprovando para o país inteiro, que vai vigorar por anos.

2708 Então, você não pode errar. E lá o erro era constante. E quando a coisa ia para o voto, a
2709 minoria era fatal para a Sociedade Civil, para as crianças, para as gerações futuras.
2710 Então, nós sacrificamos muitas coisas por falta de paridade. E eu queria só dizer que
2711 paridade, no caso do CONAMA, onde o embate tem essa luz diferente. A paridade, ela
2712 significa a metade dos votos diretamente da Sociedade Civil, que é a maior interessada
2713 em ver essa regulação do setor privado para a proteção dela própria, da sociedade e do
2714 meio ambiente. Então, o setor empresarial não pode fazer parte desta composição
2715 porque ele é o regulado, então, eles não se combinam de forma alguma, como água e
2716 óleo e o Governo tem que, de certa forma, absorver esse setor dentro de si porque é ele
2717 que dialoga muito mais intimamente com o setor privado, ele que fiscaliza, que regula.
2718 Então, tem que ter essa lógica. Se o grupo assessor do CONAMA entender assim, muito
2719 bem. Lembrando que isso ainda vai para o plenário, e o plenário tem uma formação
2720 autoritária também, e é o plenário de formação atualmente, eu diria autoritária, porque o
2721 Governo tem uma porcentagem gigantesca em relação à Sociedade Civil. A nossa
2722 possibilidade de chegarmos a uma Resolução do CONAMA, que determine uma nova
2723 composição para si mesmo, que seja de acordo com o que eu falei agora, vai ser muito
2724 bom, mas eu vejo com pouca possibilidade. Então, o Rafael, o Rafael da WWF, meu
2725 colega, eu discordei quando houve essa proposta de criar um grupo assessor para
2726 discutir paridade no CONAMA, porque o CONAMA não é paritário, Ele não tem validação
2727 científica, do ponto de vista sociológico, para decidir qualquer coisa. Nós tínhamos
2728 proposto um grupo criado pelo MMA. O Ministério do Meio Ambiente, então, chamaria as
2729 pessoas, faria esse equilíbrio de forças, tornaria, faria uma conclusão suave, soft, e não
2730 hard, como é nas câmaras técnicas, principalmente na área de qualidade ambiental,
2731 poluição, contaminação, e esse grupo, aí sim, ele teria uma certa soberania para
2732 recomendar uma paridade de acordo com o voto do STF. Então, como não foi assim,
2733 vamos esperar, nós estamos aqui discutindo, essas apresentações aqui são do... saídas
2734 do grupo assessor, é um fruto de uma decisão de reunião. E é isso, eu queria agradecer,
2735 Marcelo, e te dizer, então, que são essas as nuances, está? Mas vejo com e, com bons
2736 olhos, também uma representação no CONAMA não federativa somente, no sentido das
2737 necessidades ali que a gente pudesse depois uma hora identificar. Muito obrigada.

2738 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
2739 **Conselho – GARCO)** - Obrigado, Zuleica. Marcos, você quer fazer algum comentário?

2740 **O SR. MARCOS AURELIO LOPES FILHO (Coordenador-Geral do Conselho Nacional**
2741 **de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA)** - É, talvez... Bem rapidamente, eu
2742 sei que o tempo está apertado para os dois lados. Então, acho que dialogando um pouco
2743 com isso que você trouxe sobre a adesão, a adesão ela implica em, obviamente, acesso
2744 a recursos e a um conjunto de apoio técnico e financeiro para a implementação de
2745 políticas e programas de segurança alimentar e nutricional. Então, tem um conjunto de
2746 políticas e programas que os Municípios e os Estados, para poderem implementar, eles
2747 precisam aderir formalmente ao sistema. Enfim, não vou me ater aqui, mas o principal
2748 incentivo para a adesão é o apoio técnico e financeiro para a implementação de políticas
2749 e, obviamente, a pressão social para que os Estados e os Municípios façam essa adesão
2750 e tenham as suas instâncias de controle social. Acho que só dialogar com dois pontos
2751 que Zuleica traz, a questão da indústria e o conflito de interesses. Então, o setor privado
2752 ele participa do CONSEA, mas você tem toda a razão. O setor privado não é um legítimo
2753 defensor do interesse público. Essa é uma prerrogativa da Sociedade Civil. A gente tem
2754 se debruçado sobre esse tema, a gente espera tirar na próxima Conferência Nacional,
2755 agora em dezembro, uma Resolução que traga isso mais explicitamente. Hoje, a
2756 indústria, o setor privado participa como Conselheiro e Conselheira da mesma forma que
2757 uma organização de Sociedade Civil, e a gente está se debruçando sobre esse tema,
2758 trazer uma definição mais clara de qual é a Sociedade Civil de interesse público e como
2759 é que o setor privado participa. hoje a gente tem um instrumento de conflito de interesses.
2760 Então, o setor privado não participa de decisões e os afete diretamente ou em decisões
2761 que eles tenham conflito de interesses. Nisso a gente conseguiu avançar e a gente
2762 espera avançar um pouco mais e não é o setor privado em si. São associações ou
2763 entidades do setor privado, os seus coletivos. A gente não tem nenhuma indústria ou a
2764 gente não tem nenhuma organização do setor privado são as entidades do setor privado,
2765 Associação Brasileira dos Supermercados, Associação Brasileira das Centrais de
2766 Abastecimento, e aí em relação ao corpo científico, a gente tem um percentual das
2767 cadeiras do CONSEA, que são justamente de acadêmicos, de especialistas e que
2768 compõem esse corpo mais técnico, que Zuleide estava trazendo a importância de se ter,

2769 obviamente, não é o suficiente ainda, a gente gostaria de ampliar, ter talvez um
2770 mecanismo independente, que pudesse ser mobilizado, quando dá necessidade de se
2771 produzir algum tipo de parecer mais substantivo, mas hoje esse corpo de pesquisadores
2772 e pesquisadoras que integram o CONSEA enquanto representações da Sociedade Civil,
2773 já tem nos apoiado bastante.

2774 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
2775 **Conselho – GARCO)** - Muito bom, Marcos. Eu vou agradecer, então, a sua presença e
2776 disponibilidade, mesmo estando aqui, fora do país, e, por meio de uma atividade lá,
2777 suponho que seja na FAU, ter aqui participado conosco. E, novamente, agradecer
2778 também a sua contribuição e eu creio que, mais à frente, podemos conversar sobre até
2779 possibilidades entre CONAMA e CONSEA, que são temas que se misturam ao longo da
2780 sua própria existência. Então, muito obrigado. Sinta-se à vontade para se tiver que sair,
2781 fique tranquilo, está?

2782 **O SR. MARCOS AURELIO LOPES FILHO (Coordenador-Geral do Conselho Nacional**
2783 **de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA)** - Vou sair sim e agradeço mais uma
2784 vez. Até logo. Tchau, tchau.

2785 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
2786 **Conselho – GARCO)** - Obrigado, Marcos. Eu também agradecer à Adriana Ramos, que
2787 também já sinalizou aqui o limite do seu horário. Novamente, é bom contar com a sua
2788 contribuição e quando quiser também contar suas histórias, chame a gente para
2789 experimentar o café da repartição, já que o Gustavo também disse que virá à Brasília,
2790 porque está morrendo de saudade desse café. Acredito que a gente pode abrir essa
2791 possibilidade também. Adriana, muito obrigado.

2792 **A SRª. ADRIANA RAMOS (Instituto Socioambiental e Coordenação do Observatório**
2793 **do Clima)** – Vai ser um grande prazer, fico totalmente à disposição de vocês, obrigada
2794 pelo convite.

2795 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
2796 **Conselho – GARCO)** - Obrigado. E já passar direto para a Marta Volpi. A Marta vem aqui

Comentado [J3]: Entendo que seria FAU

2797 falar conosco sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ela
2798 é graduada na área de Direito, com especialização nesse tema, e já há alguns anos está
2799 trabalhando na ABRINQ, não é isso? da Fundação Abrinq, e, portanto, vai contar um
2800 pouco pra nós aqui sobre essa experiência de participar de um Conselho focado nessa
2801 temática. Marta, então, também agradeço aí a sua disponibilidade, já sei da sua limitação
2802 de tempo, mas eu acho muito importante, assim, creio que a equipe já comentou com
2803 você, mas a gente está aqui em uma fase de discussão sobre o posto CONAMA,
2804 Conselho Nacional do Meio Ambiente, então estamos em busca de, enfim, aprender com
2805 os demais Conselhos que têm abrangência nacional e que já vêm funcionando ao longo
2806 do tempo. Então, só para dizer que a expectativa com a sua participação é muito grande,
2807 está? Muito obrigado.

2808 **A SR^a. MARTA VOLPI (Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do**
2809 **Adolescente)** - Pronto. Agora, sim. Obrigada pelo convite para estar aqui. Agradeço, em
2810 especial, à Joana, que ela fez toda a articulação para dar certo. Hoje é dia de Assembleia
2811 do CONANDA, então, fiz um intervalo para a gente vir aqui conversar um pouco e trazer
2812 essa experiência que nós temos com relação a esse colegiado da infância e da
2813 adolescência. Eu confesso que o meio ambiente, ele não é o campo onde eu atuo, então,
2814 eu vou contar um pouquinho de como é essa participação do CONANDA e abrir depois
2815 para dúvidas, perguntas. Fiz alguns slides só para a gente ter um guia das normativas,
2816 então, onde esse Conselho está criado. Pode passar para a próxima, já. O CONANDA,
2817 ele foi criado por essa lei em 1991, foi um ano depois do ECA. O Estatuto da Criança e
2818 do Adolescente, ele previu a existência desses Conselhos nas três esferas federativas
2819 para deliberar, normatizar e cuidar da política da infância e da adolescência, tanto no
2820 território, nos Municípios, quanto nos Estados, quanto no campo federal. Ele é integrado
2821 por representantes do Poder Executivo, assegurando a participação dos Órgãos
2822 Executores das Políticas Sociais Básicas nesses campos e de igual número de
2823 representantes da Sociedade Civil, de organizações que atuam em âmbito nacional. Esse
2824 é o último Decreto que regulamentou o CONANDA, essa participação social. Então, o
2825 colega do CONSEA estava falando das mudanças em 2019, o CONANDA também, ele
2826 passou por uma tentativa de reformulação, mas como ele é um Conselho instituído por
2827 lei, então, nós garantimos minimamente o seu funcionamento de acordo com a lei de 91,

2828 embora teve mudanças ali na sua composição, no número de Ministérios e no número
2829 de representantes da Sociedade Civil. O que acontece? Os membros do Governo são
2830 designados de acordo com os Ministérios principais que conversam com a política da
2831 infância e adolescência. Então, a gente tem o de igualdade racial, o Ministério do
2832 Desenvolvimento e Assistência Social, nós temos o MEC, o Ministério da Saúde. E, em
2833 igual número, então, as organizações da Sociedade Civil que são eleitas. É feito um
2834 processo seletivo, todo organizado pela própria Sociedade Civil. É aberto um edital com
2835 as condições em que as organizações podem concorrer e aquelas que reunirem aqueles
2836 requisitos se inscrevem para participar dessa eleição. E aí as mais votadas, elas vão
2837 compor o CONANDA durante um biênio. Hoje, como é que é feito esse processo? São
2838 três eixos, isso é definido no edital do processo seletivo. É um eixo que podem participar
2839 esses grupos que não são institucionalizados, que são as redes, fóruns, coalizões. Outro
2840 grupo para crianças com determinadas características, e aí entram povos e comunidades
2841 tradicionais, crianças com deficiência e um outro terceiro grupo maior que são para
2842 entidades aí variadas, então, nós temos entidades que trabalham com a temática do
2843 trabalho infantil outras que trabalham com criança meio ambiente e uma diversidade,
2844 então, de entidades que precisam ter essa representação nacional, porque o Conselho
2845 nacional é em paridade com o Governo e os Conselhos Estaduais e Municipais têm uma
2846 composição semelhante, inclusive a maneira de acessar esses Conselhos. Aí eu achei
2847 interessante trazer esse Decreto que foi o que reconstituiu a Comissão Nacional de
2848 Erradicação do Trabalho Infantil, é uma comissão, ela não é deliberativa, mas ela tem ali
2849 a grande missão de revisar o Plano Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Infantil, que
2850 já venceu, e de construir fluxos, modelos de fluxos para atendimento das crianças que
2851 são identificadas nessa condição. E ali trouxe um pouco dessa composição, que são, ela
2852 é Governo Federal, empregadores, trabalhadores, um do Sistema de Justiça e dois da
2853 Sociedade Civil Organizada. Então, no Sistema de Justiça participam o TST, o Tribunal
2854 Superior do Trabalho, e o Ministério Público do Trabalho, e dentro da Sociedade Civil
2855 Organizada participa o CONANDA, porque fala de direito de criança e adolescente,
2856 então, não dava para que essa Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil ficasse só
2857 focada na esfera relativa ao direito do trabalho. Precisava que alguém, com esse olhar
2858 de criança e adolescente, viesse pontuar questões também. E, então, cada membro tem

2859 um suplente. Essa é uma forma também de organização. Pode passar, por favor. E ali
2860 um pouco como é que eles acessam a comissão, a nomeação, a escolha, as indicações
2861 pelas centrais sindicais. Pode passar, por favor. E ali eu trouxe, então, que, além de tudo,
2862 a gente tem dois convidados permanentes, que são a OIT, a Organização Internacional
2863 do Trabalho, e o Fundo das Nações Unidas para a Infância, Unicef. Então, além de quem
2864 compõe, também tem as pessoas que são convidadas. No regimento interno, a gente
2865 incluiu outros convidados, por exemplo, como a Polícia Federal Rodoviária, que tem o
2866 mapeamento de crianças em situação de exploração sexual, que é uma das piores
2867 formas de trabalho infantil. Então, entendeu-se que era um Órgão importante para
2868 compor, para estar nas reuniões da comissão. Pode passar, por favor. Eram esses slides.
2869 Eu me lembrei de falar um pouquinho a respeito do CNAS, que é o Conselho Nacional
2870 de Assistência Social, ele também tem essa composição, cada esfera federativa tem o
2871 seu Conselho, isso é regulamentado na Lei Orgânica de Assistência Social, e além dele
2872 ser paritário representantes do Governo de Sociedade Civil, ainda ele tem uma divisão
2873 dentro da Sociedade Civil e é dos representantes dos usuários da política de assistência
2874 social, representante dos trabalhadores da política de assistência social e entidades que
2875 desenvolvem programas e ações de assistência social, além de alguns outros fóruns e
2876 redes que também têm essa representação. Então, existem assim, várias formas de se
2877 compor um Conselho. Eu acho que a paridade é sempre fundamental. Acho que a
2878 questão tripartite da CONAETE, ela é um exercício para a gente, porque vem os
2879 representantes de empresas e as centrais sindicais, e a gente precisa conversar com
2880 eles, em especial nessa esfera de trabalho, que me remete muito, é que a gente tem
2881 programas de aprendizagem adolescente, e aí você precisa dessa representação ali para
2882 colocar também as suas compreensões. Eu acho que ser instaurado por lei é uma
2883 segurança que a gente tem, que depois não venha um novo revogaço e a gente acabe
2884 ficando sem os Conselhos. E ter a função deliberativa também é importante para que a
2885 gente consiga construir normativas e os planos, principalmente, de atenção àquele
2886 segmento que a gente trabalha. Era isso que eu trouxe. Vou me disponibilizar para
2887 responder perguntas. Peço desculpas porque o meio ambiente realmente não é da minha
2888 atuação, mas fico à disposição para a gente conversar sobre composição, o que dá certo,
2889 caminhos possíveis para a gente aprimorar os colegiados. Gente, obrigado.

2890 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
2891 **Conselho – GARCO)** - Obrigado, Marta. Olha, não, fique tranquila. A ideia era
2892 exatamente essa mesma, de você dar um panorama para nós sobre o CONANDA. não
2893 era para fazer vínculo entre CONANDA e meio ambiente. O que a gente queria, a
2894 finalidade do grupo aqui, é no exercício de sugerir para o colegiado, para o plenário do
2895 CONAMA, é um desenho, uma proposta de recomposição, trazer experiências que
2896 vieram, que estão em outros colegiados. Por exemplo, o CONSEA me chamou bastante
2897 atenção esse aspecto da adesão dos Estados. Aqui, no caso do CONANDA, você trouxe
2898 o fato de que há, já na previsão legal, essa paridade estabelecida. Em terceiro, quer dizer,
2899 é o CONANDA também participando de comissões, que é algo que também chamou
2900 atenção, coisa que a gente não tem, no caso do CONAMA. Enfim, são questões, eu acho
2901 que talvez os Conselheiros, mesmo em razão do tempo, se alguns Conselheiros
2902 quiserem fazer perguntas, estou vendo aqui que o Rafael está inscrito, se não me engano
2903 o Soler também estava inscrito, mas acho que o Soler, assim como eu, ainda era sobre
2904 questões que foram faladas e que a gente resolveu dar sequência. Mas, enfim, se tiver
2905 outros colegas também que quiserem comentar, a palavra está em aberto, começando
2906 agora pelo Rafael.

2907 **O SR. RAFAEL GANDUR GIOVANELLI – TITULAR (Fundo Mundial para Natureza -**
2908 **WWF BRASIL)** - Obrigado, Presidente. Marta, obrigado também pela sua exposição.
2909 Acho que é muito bacana a gente ter essa experiência comparada do CONANDA,
2910 especialmente porque, até onde eu consegui estudar o CONANDA, assim como o
2911 CONAMA tem poder normativo, não é isso? Então, se você pudesse contar um
2912 pouquinho como que se exercita esse poder normativo, que tipo de norma que o
2913 CONAMA, ou que o CONANDA, desculpa, edita, e nessa edição de norma como que é
2914 essa relação entre Governo e sociedade, enfim, se pudesse abordar isso acho que seria
2915 legal. E aí, só pra gente entender um pouco melhor, um olhar pra dentro do CONANDA,
2916 quando a gente a gente fala em Governo, quem do Governo está no CONANDA, quem
2917 são as representações do Governo que estão lá, tem representação subnacional só do
2918 Governo Federal, quem do Governo Federal? E aí por fim, eu ouvi dizer também que no
2919 CONANDA tem uma experiência de representação da juventude, como uma comissão,
2920 se você puder comentar também, acho que são experiências bacanas para a gente.

2921 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
2922 **Conselho – GARCO)** - É, estão duas pessoas inscritas, não é? Isso, acho que é melhor,
2923 isso.

2924 **A SR^a. MARTA VOLPI (Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do**
2925 **Adolescente)** - Vou responder as questões do Rafael, que talvez já contemple as demais
2926 perguntas. A gente tem a função normativa, que ela é uma função para regulamentar
2927 aspectos da Política Nacional. Então, a gente tem o ECA, a gente tem uma lei que diz
2928 como que tem que ser a atenção para a infância e adolescência. Mas aí você tem sempre
2929 alguns, algumas lacunas que você precisa preencher ou então alinhar, porque daí cada
2930 estado tem sua competência para agir em algumas questões e aí você precisa de um
2931 alinhamento. Então, as resoluções, elas buscam trazer esse alinhamento com os entes
2932 subnacionais. Nós temos um Comitê de Participação Adolescente. A gente fez todo um
2933 trabalho, um contrato, com a FLACSO, para preparar um grupo de adolescentes para
2934 fazer essa participação. Porque justamente no lugar onde criança e adolescente têm os
2935 seus direitos ali discutidos e preservados, não ter a representação adolescente para a
2936 gente era um fim do mundo. Então, criou-se esse comitê, ele é um comitê extremamente
2937 atuante, eles não têm poder de voto, mas eles têm poder de fala, e eles trazem questões
2938 da adolescência. E eles nos ajudam, inclusive, nós, os demais Conselheiros, a refletir
2939 questões, eles cobram ações. Então, é fundamental e não é uma participação pró-forma,
2940 é uma participação realmente que acontece e é relevante. Então, se se pensa em ter no
2941 CONAMA um comitê de participação de juventude e de adolescência, fica ali também a
2942 indicação, o CONANDA tem um guia para você montar esse comitê nos Conselhos
2943 municipais e estaduais, que a gente pode partilhar aqui com vocês para, de repente, ser
2944 um modelo naquilo que for aplicável. E é fundamental, porque eu acho que é isso, você
2945 tem um Conselho para que você precisa dar voz àquilo que você foi criado para fazer.
2946 Desculpe, a sua outra questão foi? É só o Governo Federal, porque a lei criou os
2947 Conselhos nas três instâncias, e aí a gente precisa ter mesmo um canal de conversa
2948 entre essas instâncias, algo que eu ouvi aqui de outras falas a respeito de ser tripartite,
2949 acho que o que se está pensando em regulamentar nesse sentido é o Sistema Nacional
2950 de Educação, mas aí é uma coisa grande que a gente está falando, da educação
2951 brasileira no geral e de se organizar um sistema e ter câmaras tripartites de negociação

2952 para contemplar Estados e Municípios também. Acho que pode ser um formato, é um
2953 projeto de lei ainda sendo discutido, é um formato que pode ser estudado em como
2954 funcionar. Mas porque são questões muito amplas, o que a gente consegue discutir
2955 muitas vezes na esfera federal. Então, o espaço de interlocução com os outros
2956 Conselhos, ele precisa existir, mas acho que ficaria muito tumultuado se fosse organizado
2957 de uma outra forma, porque cada estado, cada região tem as suas especificidades. Em
2958 uma visita que fizemos para Roraima, em uma missão do CONANDA, deu para ver que
2959 muita coisa que você regulamenta para o restante do país, para Roraima, não serve.
2960 Então, a gente precisa mesmo ter gente focada ali naquela região para entender aquelas
2961 especificidades e fazer o diálogo com o nacional. Não, são vários Ministérios. O próprio
2962 Decreto que eu trouxe para vocês aqui, ele fala, Decreto 11.473 de 2023, ele lista quem
2963 são os Ministérios. Isso não constou na lei, porque é uma questão variável. Então, hoje
2964 você tem um número de Ministérios, que em um próximo Governo você pode ter um
2965 número diferente, mas a ideia é que venha um de cada Ministério. A ideia do CONANDA
2966 é ele ser um espaço intersetorial, com a garantia de participação da Sociedade Civil na
2967 construção da política, porque isso é uma questão constitucional. Intersectorial por quê?
2968 Porque a gente não detém ali a política. A criança e o adolescente, ela é toda transversal.
2969 Então, você vai ter uma parte do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social
2970 fazendo política que também se aplica para criança e para o adolescente. Você vai ter o
2971 MEC, que faz educação e boa parte, você está ali contemplando a infância e a
2972 adolescência. E você tem a saúde, que tem as ações de atenção à saúde, mas que
2973 também fala com criança e adolescente, mas não é exclusivo. Então, precisou ser um
2974 espaço interministerial, intersectorial, para que a gente tivesse representantes do
2975 desenvolvimento de todas essas políticas lá, para conversar com a gente, para entender
2976 o que cada um, dentro do seu Ministério, vai fazer e de que maneira a gente se articula
2977 e otimize esses esforços, está? Nós também somos divididos em comissões, eu lembro
2978 que o colega anterior, Marcos Aurélio, ele falou isso, a gente tem comissões dentro do
2979 CONANDA, comissões permanentes que atuam com determinados assuntos. E aí é uma
2980 particularidade de cada colegiado. Lá a gente tem uma comissão, por exemplo, de ação
2981 parlamentar, porque o número de projetos de lei que a gente recebe de crianças e
2982 adolescentes é muito grande, então criou-se essa comissão permanente. Outra vai

2983 discutir política pública. Depois, nós temos outras comissões e a possibilidade de criar
2984 GTs temáticos com prazo para trabalhar e para concluir. A gente criou um agora, por
2985 exemplo, para falar do sistema socioeducativo, que tinha tanta questão, seja de ação
2986 parlamentar, quanto questões relacionadas a financiamento, quanto implementações dos
2987 Estados, que a gente falou: “não vai dar para ficar discutindo esse assunto um pouquinho
2988 em cada comissão, a gente vai ter que juntar todas as pessoas em um grupo maior para
2989 discutir a questão da política de socioeducação de uma maneira sistêmica, porque,
2990 senão, a gente vai ficar entregando pontinhos e que, muitas vezes, podem não se
2991 conversar no final”. Para a próxima rodada.

2992 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
2993 **Conselho – GARCO)** - Obrigado, Marta. Então, estão inscritos o Soler e a Heloisa.

2994 **O SR. ANTONIO CARLOS PORCIUNCULA SOLER – SUPLENTE (Região Sul -**
2995 **Associação De Defesa Do Meio Ambiente De Araucária – AMAR)** - Então, está, vamos
2996 lá então. Primeiro saudar o Mauro aí, que eu não tinha visto que era tu que estava aí na
2997 mesa, Mauro. Um grande abraço aí, muito satisfeito aí pela tua nomeação, tenho certeza
2998 que o ICMBio está em mãos adequadas para os desafios que ele tem. Um grande abraço,
2999 meu caro, muito feliz pela tua nomeação. É, tirando esse momento aí para descontraír,
3000 pessoal, queria dizer o seguinte, queria fazer um na verdade as perguntas que eu ia fazer
3001 os comentários que vai fazer o representante do CONSEA, que eu me esqueci o nome
3002 agora ele já fez quando a Zuleica fez..., o Marcos. Já fez o comentário dela, então, é
3003 super oportuno. Então, na verdade eu só vou registrar rapidamente os pontos que eu
3004 acho importante para a gente fazer uma comparação com o CONAMA e também tentar
3005 fazer algumas comparações com o CONANDA, feito agora nessa última fala e também
3006 muito interessante. Uma coisa interessante que o CONSEA, diferente do CONAMA, e
3007 acho que é isso que é um destacar um pouco, ele não tem “oposição”, o CONAMA tem,
3008 o CONAMA que é um Conselho que deveria tratar da questão ambiental, mas não da
3009 questão ambiental contra a questão ambiental, porque como diz a nossa Constituição, o
3010 direito ao ambiente ecologicamente equilibrado é um direito fundamental, lá no Artigo
3011 225, então, o CONAMA e nenhum Órgão da Administração Pública, direta e indireta, e
3012 nem mesmo a da Sociedade Civil poderia adotar condutas que ferissem esse artigo.

3013 Então, é óbvio que as políticas e os debates, as decisões que saem do CONAMA e de
3014 qualquer outro colegiado ambiental do Brasil, e de qualquer outro colegiado, inclusive,
3015 não pode ferir o artigo 225. Mas aí nós temos um problema, que é a “oposição”, dentro
3016 do CONAMA, que são aqueles que provocam a poluição, que provocam a degradação,
3017 e que estão lá representados e que acabam fazendo uma autorregulamentação. Então,
3018 nós temos que atentar para isso, no sentido de que o CONSEA, por exemplo, não
3019 enfrenta essa dificuldade, nem o CONANDA. Nós não temos lá a representação dos
3020 pedófilos, daqueles que cometem crime contra as crianças dentro do Conselho, dentro
3021 do CONANDA. Então, isso é interessante de a gente perceber. Já no CONAMA, a gente
3022 tem os empresários ou o setor ligado ao capital, que, na verdade, a gente pode falar que
3023 são os poluidores, porque são aqueles que precisam buscar o licenciamento ambiental
3024 para realizar suas obras e suas atividades, e se não poluísem, não precisariam, então,
3025 buscar o licenciamento ambiental. Então, falando de uma forma clara, esses são os
3026 poluidores, Estes estão lá dentro do CONAMA. Mas como é que o CONSEA resolveu
3027 isso? O CONSEA tem um mecanismo lá, que acho que a gente tem de se debruçar um
3028 pouco sobre ele, que é essa regulamentação de conflito de interesse. Quando tem um
3029 tema que interessa um setor específico do capital, esse setor não vota, ele não se
3030 autorregulamenta lá dentro do CONSEA, por exemplo. Então, nós teríamos que pensar
3031 em algo semelhante ao CONAMA, se a gente quer que o poluidor continue dentro do
3032 CONAMA. Isso é uma questão a ser pensada. Claro que é um desafio gigantesco, não é
3033 nada fácil trabalhar isso, mas é algo que temos que pensar. Outra coisa interessante que
3034 a gente também, a bancada da Sociedade Civil, já tentou algumas vezes, eu não me
3035 lembro de ter sido colocada em prática, é a titularidade ser diferente da suplência e
3036 também ter mais de um suplente, que tinha antes, mais de um suplente. Então, isso é
3037 algo interessante. Claro que não resolve o problema da representação, porque quem vai
3038 votar é o titular. Se o titular está sempre lá na cadeira, não adianta colocar dois, três,
3039 quatro, cinco suplentes, porque esses aí não estarão no plenário. E é lá no plenário que
3040 nós temos que trabalhar as alterações, porque os Órgãos do CONAMA, Comitês,
3041 Câmaras Técnicas e etc., são consequências do plenário. Então, o plenário é que tem
3042 que ser a referência estrutural. E, a partir daí, a gente pode criar outras possibilidades de
3043 participações, sem prejuízo daquela fala que foi feita anteriormente, no sentido de criar

3044 mecanismo interessantíssimo, essa proposta do CONAMINHA, por exemplo, é
3045 interessantíssimo. Aqui no Rio Grande do Sul nós tínhamos o CONAMINHA, mas não
3046 era de criança, era de quando não existia ainda o Conselho Estadual do Meio Ambiente,
3047 o IBAMA aqui chamava uma reunião informal da Sociedade Civil, de outros órgãos
3048 públicos, de CONAMINHA. Então, era bem interessante, mas, como eu disse, não era de
3049 criança. Mas essa proposta é superimportante, porque já costuma... Aliás, isso tinha que
3050 estar nas escolas, lá chegando na educação ambiental, já passando para outro aspecto,
3051 a gente tinha que ter as escolas trabalhando esse tema cotidianamente, infelizmente, a
3052 gente não tem ainda, não é? Outra coisa interessante do CONSEA que a gente... Porque
3053 o CONSEA é uma estrutura totalmente diferente do SISNAMA, não é? A gente participa
3054 do CONSEA aqui, o CEA, o Centro de Estudos Ambientais, que é a ONG que eu
3055 represento, participa do CONSEA aqui na região. E ele é mais, vamos dizer assim,
3056 democrático, em alguns aspectos, não é? Porque a própria representação da Sociedade
3057 Civil não está predefinida, ela é escolhida nas conferências, não é como o CONAMA, que
3058 já tem uma predefinição, ainda que não seja extremamente fechada. Então, o CONSEA
3059 faz o quê? Ele tem um espaço para as redes e para os fóruns, não oficiais, vamos dizer
3060 assim, que não são instituídos como associações, como juridicamente considerados.
3061 Então, por exemplo, aqui temos a coalizão pelo Pampa, no Rio Grande do Sul, que não
3062 é oficializado como uma associação, mas reúne Órgãos Ambientais, reúne a Sociedade
3063 Civil, reúne universidades. Ela existe, ela se articula, ela debate, ela delibera, ela elabora
3064 documentos técnicos, políticos, e esse tipo de rede, talvez até a Rede Mata Atlântica, a
3065 Heloisa também e o Mário, acho que estou vendo o Mário aí agora, também estaria nessa
3066 condição. Um abraço, Mário. De não-oficial, que não tem espaço dentro do CONAMA,
3067 mas que nós também teríamos que pensar isso. Na verdade, então, recapitulando, seria
3068 isso, o conflito de interesses, esse espaço para redes não-oficiais ou não-oficializadas,
3069 ou não institucionalizadas juridicamente, que eu acho que é o importante, isso que o
3070 CONANDA e o que CONSEA trouxe para nós. E essa questão do titular e mais de um
3071 suplente também, que eu acho que, além daquilo que eu tinha falado anteriormente, e,
3072 claro, do plenário, o plenário que é o centro da questão, para a gente considerar para os
3073 nossos debates reflexões. Um abraço para todos e para todas.

3074 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
3075 **Conselho – GARCO)** - Soler, muito obrigado. Inclusive pelos votos. Bom, vocês viram
3076 que o Gustavo Trindade contou história, a Adriana também contou história, e eu vou
3077 contar uma pequena história em homenagem ao Soler, porque tanto ele quanto eu fomos
3078 Conselheiros do CONAMA. Eu era suplente do Sérgio Guimarães, representando a
3079 região Centro-Oeste, e participamos de um grupo de trabalho chamado Repensando o
3080 CONAMA, que foi uma época em que, depois dela, depois desse grupo, nós sugerimos
3081 uma ampliação do número de Conselheiros, exatamente para ter uma participação maior
3082 dos Órgãos e também da Sociedade Civil. Eu diria que foi trabalho daquele GT que,
3083 enfim, definiu realmente o formato que o CONAMA tem mais ou menos até hoje.
3084 Obviamente, tem diferenças no quantitativo de representação, mas a lógica acho que se
3085 mantém daquele período. Acho que o Soler trouxe vários pontos aqui para a gente
3086 conversar, mas o Mário está inscrito? Talvez o Mário possa fazer essa intervenção,
3087 Marta, e aí a gente passa para você fazer os seus comentários. Pode ser? Então, vamos
3088 lá, Mário.

3089 **O SR. MARIO MANTOVANI (Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente -**
3090 **ANAMMA)** -Oba! Bacana ver tanta gente aí. E eu só peço desculpas, que eu achei que
3091 ia ser mais rápido aqui hoje. Nós estamos com a coordenação do Observatório do Código
3092 Florestal discutindo aqui um dos pontos mais estratégicos para a questão ambiental no
3093 Brasil, que é a questão fundiária. Aliás, toda a pressão que vocês têm visto essa semana
3094 no Congresso Nacional, até para os vetos, derrubar os vetos do presidente no marco
3095 temporal, todas essas questões, inclusive querendo modificar o Código Florestal. Olha
3096 como é difícil. A gente que faz política pública, que tem o CONAMA como órgão máximo,
3097 está enfrentando hoje retrocessos desses que a gente está enfrentando no Brasil. É
3098 inaceitável, é uma condição absurda. Nem mesmo a legislação que os ruralistas criaram,
3099 dobraram o Ministério do Meio Ambiente naquela questão da escadinha, e que o
3100 CONAMA ficou quieto, inclusive. E a gente está vendo agora, para querer mudar,
3101 inclusive, de novo para piorar ainda mais a situação. Então, pedindo essa desculpa, em
3102 nome da ANAMMA, que está trazendo questões como essa que o Soler trouxe, Mauro,
3103 todo mundo, a gente que trabalha nesses desdobramentos das histórias do CONAMA,
3104 como, por exemplo, os Conselhos de Unidade de Conservação, tem essas mesmas

3105 características, os Conselhos dos Comitês de Bacias, que vêm sendo destruídos nesses
3106 últimos tempos também, nessa lógica que a gente tinha de sistemas, o sistema de
3107 recursos hídricos, o sistema de unidades de conservação, o sistema de meio ambiente,
3108 até mesmo o SUS, que era uma referência que a gente tinha e que é muito forte, eu acho,
3109 essa da participação dos Conselhos municipais de meio ambiente. Mas aqui a
3110 contribuição da ANAMMA é de fortalecer o SISNAMA, porque a gente viu, como o Soler
3111 falou, estão chegando grupos de interesse de derrubar a legislação ambiental para dentro
3112 do CONAMMA, não de construir. Então, se a gente não tiver fortalecido a base... Não é
3113 possível hoje ver um Município chegando aí, colocando a faca no peito do Mauro ou da
3114 Ministra ou de qualquer um, cobrando coisas, e aí você pergunta para o cara, você tem
3115 um Conselho de meio ambiente? Você tem seu fundo municipal? você tem atividade
3116 ligada à questão ambiental no seu Município e não tem nem mesmo educação ambiental,
3117 às vezes, estruturada. Então, acho que tinha que começar esse movimento. Primeiro, o
3118 próprio Sistema Nacional de Meio Ambiente retomar o movimento nacional para receber
3119 recursos, que são muito poucos, para a questão do meio ambiente. Aliás, está falindo
3120 essa questão dos recursos para o meio ambiente. A gente está vendo agora, o PPA é
3121 uma vergonha, o meio ambiente vai ficar com menos de 0,5%. Nós vamos perder daqui
3122 a pouco até para a própria cultura. Mas se a gente não tiver esse movimento que faça
3123 com que o SISNAMA retome inteiro e o próprio Ministério promova isso, como a gente já
3124 viu, por exemplo, no meu primeiro trabalho, em 84, 82, foi de criar o SISNAMA no estado
3125 de São Paulo, com a delegação do Dr. Paulo Nogueira Neto. criei 300 Conselhos de meio
3126 ambiente em quatro anos, visitei os 600 Municípios. Então, se a gente não fizer esse
3127 movimento, nós vamos perder muito dessa capacidade do CONAMA, nós vamos ver
3128 mais um grupo destruindo o que a gente está vendo, como está dentro do Congresso
3129 Brasileiro hoje. A comissão de meio ambiente tomada pela FPA, nós estamos vendo aí
3130 todos os sistemas no próprio Senado hoje invadindo, mesmo com a frente parlamentar
3131 ambientalista tendo uma atuação. A minha preocupação é essa, de ter a estrutura do
3132 SISNAMA. E aí, sim, as representações viriam dessa estrutura do SISNAMA, como é o
3133 CONSEA, que estava falando agora, o Conselho de Infância e Juventude, nessa linha.
3134 Se não tiver dentro dessa perspectiva de participação, não é possível interferir
3135 diretamente em Brasília no órgão máximo de meio ambiente, como a gente está vendo

3136 hoje. Então, trazer um pouco disso para reflexão, mas a urgência. Acabamos de discutir
3137 aqui agora a questão do Código Florestal. Se você não tiver o Conselho ali trabalhando
3138 a implementação no Município, nós não vamos ter o CAR implementado no Brasil,
3139 principalmente o PRA. Então, trazer essas questões para a gente que são urgentes e
3140 necessárias. Eu vou estar acompanhando vocês aqui, fora do vídeo, mas eu vou estar
3141 vendo aqui o trabalho que a gente acabou de apresentar agora. Então, é isso, gente.
3142 Obrigado pela oportunidade. Pena que hoje foi esse monte de coisa. Inclusive, vamos ir
3143 lá para o Congresso daqui a pouco para tentar evitar mais esses retrocessos que estão
3144 aí já na pauta de hoje. É isso aí.

3145 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
3146 **Conselho – GARCO)** - A gente que agradece a sua participação, ainda que nessas
3147 condições. E você trouxe um ponto fundamental, quer dizer, a presença da agenda
3148 ambiental no âmbito dos Municípios. E esse critério de talvez recepcionar a eventual
3149 recepção de recursos do Governo Federal, condicionado à constituição da governança
3150 mínima pelo Município na área de meio ambiente, ou fórum, ou melhor, Conselho.

3151 **O SR. MARIO MANTOVANI (Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente -**
3152 **ANAMMA)** -Consórcio. A nova realidade dos consórcios, Mauro. Desculpa, esqueci de
3153 falar.

3154 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
3155 **Conselho – GARCO)** - Os consórcios, exatamente, os consórcios, enfim. Acho que essa
3156 é uma reflexão que a gente deve trazer. Queria saber se tem mais alguém inscrito ou se
3157 a gente já pode passar também para a Marta. Porque como a gente anunciou, ela tem
3158 uma dificuldade de horário. E, de qualquer forma, já vou agradecendo também, Marta, a
3159 sua disponibilidade por estar conosco aqui nesse momento.

3160 **O SR. MARIO MANTOVANI (Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente -**
3161 **ANAMMA)** -Acho que a Heloisa estava aí.

Comentado [J4]: Seria o CAR?

3162 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
3163 **Conselho – GARCO)** - A Heloisa estava com a mão levantada, mas eu entendi que, na
3164 verdade, ela manteve a mão, porque ela já tinha falado antes, não é?

3165 **A SRª. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**
3166 **da Mata Atlântica)** – Não, não, não. Eu tinha pedido, mas já fui contemplada bastante.
3167 E, só lembrando isso, agora eu quero falar sobre esse último tópicozinho dito por você,
3168 Mauro, que é da capacidade do Município de estar recebendo. Nós temos que abordar
3169 isso na questão do 140 e exigir aquela questão da estruturação do Órgão para também
3170 assumir as suas atribuições ambientalmente qualificadas para isso. Acho que é
3171 importante a gente ver e trabalhar isso em tudo.

3172 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
3173 **Conselho – GARCO)** - Muito bem, então, Marta, você...

3174 **A SRª. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**
3175 **da Mata Atlântica)** – Mas obrigada, Marta, deixei no chat aí a minha indagação, aí eu
3176 me despertei muito para as suas falas, mas depois a gente vai ter alguma oportunidade.
3177 Obrigada.

3178 **A SRª. MARTA VOLPI (Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do**
3179 **Adolescente)** - Eu reitero o agradecimento ao convite para estar aqui, acho que é um
3180 momento muito importante e de muita responsabilidade trazer informações. Não sei se a
3181 experiência vai contribuir bastante, porque eu entendi que o CONAMA, ele é imenso, é
3182 um Conselho imenso, então os desafios enfrentados também são grandes. Os outros
3183 Conselhos que tive a oportunidade de participar, eles são menores, então, tem menos
3184 conflitos. Eu queria só pontuar uma coisa que o Antônio Soler trouxe para a gente, que é
3185 sobre quem degrada ao meio ambiente participar do Conselho e o seu poder de
3186 autorregulamentação. Eu acho que isso é uma questão que tem de ser muito bem
3187 ponderada. De fato, no CONANDA, a gente não tem um grupo contrário à infância, nós
3188 não somos a favor da proteção da infância, mas em outros espaços, como a CONAETE,
3189 por exemplo, em que a gente tem a representação do setor empresarial pelas suas
3190 entidades representativas, a gente sente um pouco essa dicotomia. Olha, aqui todos

3191 somos contra o trabalho infantil, mas aí quando a gente vai falar de estágio, de
3192 aprendizagem, a gente começa a ter um pouco de problema dentro desses conceitos
3193 para trabalhar em uma visão mais protetiva da infância. De todo modo, a Constituição
3194 Federal, ela colocou para a gente, na infância, esse desafio, quando ela fala que é da
3195 família, da sociedade, do Estado, zelar pela proteção e pela integridade dos direitos das
3196 crianças. E aí, sempre eu lembro que em sociedade entra todo mundo, inclusive as
3197 empresas. Então, esse é um dever de todos, todos precisamos proteger as nossas
3198 crianças e a gente está sempre compondo um desses três grupos, ou família, ou
3199 sociedade, ou Estado. Então, ninguém se furta a esse dever. E eu entendo que o meio
3200 ambiente é muito parecido, é dever de todos nós proteger e a gente vai estar inserido em
3201 algum grupo. E a empresa também, ela tem esse dever, ela faz parte desse mundo, então
3202 ela tem esse dever também de fazer essas reflexões daquilo que for mais protetivo. A
3203 gente reitera, então, o agradecimento. Obrigada, Joana. Obrigada, Rafael, pôr a
3204 indicação. E até uma próxima.

3205 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
3206 **Conselho – GARCO)** - Novamente, eu agradeço a sua participação, Marta. E, se vocês
3207 me permitirem, vou fazer um pequeno... ressaltar alguns pontos aqui que me chamaram
3208 a atenção para o nosso trabalho em relação ao Conanda. Primeiro, é isso. Quer dizer
3209 que a lei do Estatuto da Criança e Adolescente criou, estabeleceu, mandou que as
3210 demais instâncias, as demais esferas administrativas também tivessem o seu Conselho,
3211 no Município e nos Estados, enquanto que o nosso CONAMA, a lei da Política Nacional
3212 do Meio Ambiente, ele diz que é assim que deve funcionar na mudança. Então, acho que
3213 essa é uma questão. A outra questão que me pareceu interessante para discutirmos é
3214 que, se isso é interessante, por um lado, no caso do CONAMA, temos esse espaço de
3215 interação interfederativa ele naturalmente acontece dentro do CONAMA e pelo que eu
3216 entendi, no caso do CONANDA, precisa constituir esse espaço, a coisa ainda não é,
3217 digamos assim, estabelecida, formal. Então, para a gente ver como é que a experiência
3218 está dizendo sobre isso. Outra coisa que me chamou muita atenção é que o CONANDA,
3219 ele participa de outras instâncias, você citou especialmente aqui a CONAETE.

3220 **A SR^a. MARTA VOLPI (Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do**
3221 **Adolescente)** -Exatamente, Mauro. E se você me permite só um adendo...

3222 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
3223 **Conselho – GARCO)** - Sim.

3224 **A SR^a. MARTA VOLPI (Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do**
3225 **Adolescente)** - A gente compõe a CONAET, a gente compõe o Fórum Nacional de
3226 Erradicação do Trabalho Infantil. Quando foi constituído um outro grupo para debater o
3227 plano de enfrentamento à violência sexual, o CONANDA também era membro. Então, a
3228 gente sempre é instado a nomear um membro do colegiado para representar a criança e
3229 o adolescente em outros espaços que não são necessariamente, exclusivamente, de
3230 direitos de criança e adolescente. Então, a gente sempre tem representantes nomeados
3231 em vários... Nós participamos de Fóruns Interconselhos, do PPA participativo. Então, é
3232 um movimento bem interessante, porque, justamente, a política é transversal.

3233 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
3234 **Conselho – GARCO)** - Sim. Provavelmente do Conselhão também, que vocês
3235 participam, não é? Não, eu estou ressaltando esse ponto porque, enfim, uma das
3236 questões que estão centrais aqui no nosso trabalho, é sobre a participação e sobre a
3237 importância de a gente ampliar, digamos assim, o espaço da política ambiental. Então,
3238 falamos de juventude, falamos da importância de trazer outros grupos para dentro da
3239 agenda. Mas, olha, também é interessante, quer dizer, em outros Conselhos, a
3240 participação da agenda ambiental naqueles outros Conselhos É uma forma de também
3241 construir políticas mais integradas. Essa é uma questão que podemos, depois, no
3242 momento mais oportuno, discutir. Outro tópico importante também que me chamou muita
3243 atenção é a constituição dessa comissão de juventude, o comitê de juventude, que ainda
3244 não é deliberativo, aliás, ele não tem voz, desculpa, não tem voto, mas ele é uma
3245 instância muito ativa, pelo que entendi. Então, acho que é algo também para a gente
3246 refletir, certo? Não necessariamente a gente precisa ter todo mundo nas mesmas
3247 condições de voto, sobretudo. A gente pode ter instâncias em que combine participação.
3248 O interessante é a participação, e não necessariamente esse tópico. Outro ponto
3249 importante aí associado à juventude é esse guia. Acho que merece a gente dar uma

3250 olhada para esse guia e ver o que isso traz aqui para as nossas reflexões de composição
3251 do Comitê de Juventude. O Soler ressaltou esse aspecto da regulamentação quanto ao
3252 conflito de interesse nas discussões. Acho que isso é mais na CONAETE, propriamente,
3253 do que no CONANDA. Mas, enfim, está dentro do nosso... Acho que essa é uma questão
3254 que a gente também vai ter que se debruçar. E o Soler também trouxe outros pontos,
3255 como aquele mecanismo que existia no passado de uma segunda suplência, que
3256 facilitava a participação da instituição, da representação dentro dos debates, como
3257 também a possibilidade de a suplência ser diferente da titularidade. Quer dizer, uma
3258 composição não é a mesma coisa, mas, como ele mesmo ressaltou, são formas de
3259 garantirmos uma participação diversificada. Enfim, esses são os pontos que acho que
3260 vão ficar aqui para o nosso trabalho. Então, Marta, fica à vontade. Eu sei que já extrapolou
3261 o seu tempo.

3262 **A SR^a. MARTA VOLPI (Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do**
3263 **Adolescente)** - Eu queria só fazer um pedido, já que a gente está falando de guia, de
3264 trocar essas informações. E uma das questões que envolve trabalho infantil, e aí eu acho
3265 que seria muito bacana também alguém do CONAMA acompanhar as nossas discussões
3266 sobre criança e adolescente, que é o trabalho nos lixões, que a gente gostaria muito de
3267 entender quais cidades ainda têm os lixões, porque provavelmente deve estar
3268 acontecendo um trabalho nesses espaços e nós queríamos identificar o trabalho infantil
3269 nesses locais. Então, quer dizer, realmente, a coisa é tão intersetorial, é tão ligada que a
3270 gente precisaria ter uma representação em cada um dos espaços. Infelizmente, isso é
3271 impossível.

3272 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
3273 **Conselho – GARCO)** - Exato.

3274 **A SR^a. MARTA VOLPI (Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do**
3275 **Adolescente)** - Mas acho que a gente pode criar canais de conversas para trazer
3276 questões que são conjuntas. Muito obrigada mais uma vez, gente, pelo convite.

3277 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
3278 **Conselho – GARCO)** - Obrigado, Marta. Depois vou pedir para que a nossa Secretaria

3279 de Qualidade Ambiental e Gestão Urbana converse com você, porque essa é uma das
3280 preocupações da Secretaria. Nós temos lá um departamento exatamente para isso,
3281 então, acho que a gente pode trabalhar junto nisso aí, está? Sim, a Júlia está dizendo,
3282 para quem..., ela falou fora do microfone, lembrando da contribuição da Heloisa, referente
3283 a mudanças climáticas, de trabalhar junto CONANDA e CONAMA nessa frente.

3284 **A SRª. MARTA VOLPI (Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do**
3285 **Adolescente)** - Que também é uma questão que a gente vem conversando no
3286 CONANDA. Nós compreendemos que o tema de mudança climática é muito grande para
3287 o tamanho do nosso Conselho, mas que a gente vai revisitar os protocolos de segurança
3288 das crianças e adolescentes nas grandes catástrofes. Então, é uma preocupação grande
3289 que a gente tem, está acontecendo cada vez mais enchentes e outros problemas. E aí,
3290 quando você remove todo mundo de uma determinada área para colocar em um espaço
3291 de segurança, como que ficam essas crianças? Quem cuida da salvaguarda até que você
3292 encontre o responsável legal naquele momento realmente bem doloroso e bem confuso
3293 em que as famílias se separam? Mas é isso, a gente compreendeu que trazer esse tema
3294 para dentro do CONANDA era algo muito grande para nós. Então, de que maneira a
3295 gente faz essa sinergia? E obrigada, Heloisa, por ter trazido isso, porque é uma
3296 preocupação que a gente tem também.

3297 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
3298 **Conselho – GARCO)** - Obrigado. Gente, eu estou entendendo que a gente está
3299 chegando ao fim aqui do nosso seminário, na verdade, dessa etapa. Eu confesso para
3300 você que no início eu estava temeroso sem saber se a gente ia dar conta daquela
3301 proposta. Mas olha como é a vida. Conseguimos trazer aqui boas experiências para o
3302 nosso debate. Eu acho que o nosso trabalho, do grupo, fica e já está mais robustecido
3303 com essas experiências, com esses diálogos. E entendo, então, que agora vem a etapa
3304 em que a gente precisa ser mais... Colocar, enfim, um debate, a parte em que a gente
3305 vai tanto sistematizar quanto propor exatamente uma sugestão para levar lá para o
3306 plenário. Em razão do horário, não sei se a gente consegue aqui já definir os próximos
3307 passos, mas eu estava imaginando que assim, são duas coisas que eu vejo como
3308 necessárias. Primeiro, Júlia, olhando direto para você, não sei se é possível a gente ter

3309 um pequeno resumo dessas exposições. Não sei se, enfim, se ao longo do tempo, a
3310 gente conseguiu fazer algumas anotações. Tchau, gente. Obrigado, viu? Obrigado. Acho
3311 que cada um de nós fizemos as nossas anotações. Se pudesse ter um relatório síntese.
3312 Não que fulano disse isso e ciclano disse aquilo e que depois... Não, mas só os tópicos
3313 chamam a atenção, acho que isso ajudaria. Mas também não é essencial. Acho que o
3314 essencial é a gente definir o nosso próximo encontro em que a gente vai colocar quais
3315 são as questões centrais, a contribuição de cada um desses Conselhos, e, enfim, levando
3316 em conta a fala do Ministro Herman, enfim, e todas as que se seguiram depois, como
3317 também, digamos assim, as principais balizas da nossa proposta, por assim dizer. Eu
3318 acho que tem várias questões aqui, eu não vou mencioná-las porque elas seriam
3319 exaustivas, mas enfim, cada um de nós aqui, eu acho que algumas dúvidas foram
3320 clareadas e outras surgiram. Então, acho que o trabalho do grupo é definir uma data,
3321 certo? E aí seria muito importante que os demais participantes do grupo também
3322 estivessem presentes, embora a gente saiba que a agenda de cada um é complicada,
3323 para a gente chegar a uma proposta mínima. Eu até acho que não precisa, digamos
3324 assim, que a gente vá chegar a uma proposta de consenso. Não sei se a gente tem esse
3325 grau de, digamos assim, de convergência, mas eu acho que tem alguns pontos que são
3326 consensuais e outros que ainda merecem uma discussão mais detalhada, ou questões
3327 que talvez o próprio grupo também não consiga tratar, e que a gente vai ter que levar
3328 isso para o Conselho. Eu acredito que, quando se imaginou a constituição do grupo, foi
3329 naquele sentido o seguinte, olha, dentro do plenário é complicado a gente fazer esses
3330 debates com aprofundamento necessário. Então, vamos delegar um grupo que, certo,
3331 apresente uma proposta, sistematize as questões e traga para a gente. Então,
3332 obviamente que quanto mais, digamos assim, mais convergente, mais consensual e mais
3333 clara a nossa proposta, tanto melhor. Mas já digo isso, pelo menos eu não via e não vejo
3334 a necessidade de a gente ter uma proposta. O que eu quero dizer é o seguinte, eu acho
3335 que tem questões aqui que talvez nós próprios não temos condições de solucionar, certo?
3336 Eu acho que o nosso papel do grupo é de trazer, de sistematizar as questões para a
3337 gente levar para o plenário. Então, eu estou entendendo assim, que a gente tem que
3338 combinar uma data, não sei se é possível já hoje definir essa data, iria conversar com a
3339 Secretaria do CONAMA e ver se poderia com aquele mecanismo, acho que o Doodle, sei

3340 lá, algum mecanismo aí que a gente consulte aos membros e defina uma data que seja
3341 melhor para todos, para a gente fazer um debate entre nós sobre os encaminhamentos.
3342 Estou vendo que tem três Conselheiros ali que pediram a palavra, eu vou seguir na
3343 ordem. Então, tem a Fátima, a Zuleica e a Heloisa. Pode ser? Vamos seguir nessa linha?

3344 **A SRª. FÁTIMA BORGHI** - Obrigada. Meus cumprimentos pela excelência das palestras,
3345 excelente, muito boa, muito esclarecedora. Eu estou falando aqui apenas para lembrar
3346 que eu enviei para o...

3347 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
3348 **Conselho – GARCO)** – Fátima? Fátima, desculpa, está tão ruim. Eu, pelo menos, não
3349 estou conseguindo escutar, está uma chiadeira.

3350 **A SRª. FÁTIMA BORGHI** - Um minuto só, que eu vou colocar um fone. Pode passar para
3351 outras pessoas, enquanto eu coloco, assim não perdemos tempo?

3352 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
3353 **Conselho – GARCO)** – Ah, está. Ok, então vamos passar para a Heloisa, que está...,
3354 para a Zuleica, desculpa, enquanto a gente tenta resolver essa questão da participação
3355 da Fátima.

3356 **A SRª. ZULEICA** - Ok, obrigada. Bem rápido. É uma questão de ordem, mas o objetivo
3357 desses seminários, os dois, que aconteceram, era para colocar os Conselheiros, que vão
3358 discutir, vão votar a proposta que sair do grupo assessor, no plenário. Então, eu queria
3359 perguntar se seria possível disponibilizar para todos, via e-mail, uma notificação aos
3360 Conselheiros que assistam a esses dois webinars e que o link seja acessível para
3361 todos também, porque se ficar só dentro da plataforma Teams, eu acho que muitos não
3362 vão localizar. Eu pergunto se seria possível gerar um link de acesso ao público e, então,
3363 resumidamente, informar todos os Conselheiros, já disponibilizando o link para eles,
3364 como uma forma de concluir o objetivo do grupo assessor. Obrigada.

3365 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
3366 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Zuleica, sobre a questão de disponibilizar o vídeo, a
3367 gente está em parceria com a CGTI tentando equacionar esse problema, porque a gente

3368 não está conseguindo fazer a disponibilização dos vídeos do Teams na nossa página do
3369 Conselho, mas as transcrições serão disponibilizadas para todos e nós faremos o resumo
3370 conforme o Mauro solicitou também, está bom?

3371 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
3372 **Conselho – GARCO) –** Então, a Heloisa e depois a Fátima, se conseguir resolver o
3373 problema.

3374 **A SRª. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**
3375 **da Mata Atlântica) -** Bom, o meu é exatamente sobre esse tema do link, até tentei aqui
3376 no Teams baixar aqui o link que a Marcela tinha me dado a dica, mas não consegui.
3377 Então, talvez esse encaminhamento que a Júlia coloca de ter uma síntese, eu só
3378 acrescentaria, além dos dois seminários, eu gostaria muito, eu tenho ela um tanto
3379 anotada manualmente, na primeira plenária de retomada do CONAMA, a fala do Herman
3380 Benjamin e de outros que pronunciaram sobre essa questão da composição, da paridade
3381 e tudo mais, seria essencial revisita-la. Então, não sei, tinham falado em publicar, aquela
3382 fala, não sei se a gente poderia ter uma síntese ou se alguém permite, se teria alguém
3383 que já teria essa síntese. Mas eu acho que vale a pena a gente, pelo menos, fazer o
3384 esforço de relembrar e retomar alguns aspectos para a nossa discussão do GT,
3385 principalmente, e depois para a plenária.

3386 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
3387 **do Meio Ambiente - CONAMA) –** Heloisa, nesse caso...

3388 **A SRª. ZULEICA -** Desculpa, só para responder, Marcela, ao que você falou, desculpa,
3389 é que eu estou aqui pensando que vocês vão conseguir resolver esse problema com o
3390 Teams, ou vamos perder, temos a chance, o risco de perder essas gravações, para
3391 sempre?

3392 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
3393 **do Meio Ambiente - CONAMA) –** As gravações, elas ficam no Teams para todos os que
3394 participaram do evento, o que a gente não está conseguindo é disponibilizar ela na página
3395 do CONAMA. E sobre a fala da Heloisa, as plenárias, elas foram todas transmitidas no

3396 canal do Ministério do Meio Ambiente, no YouTube, e elas estão lá disponíveis, bem
3397 como as transcrições já estão na página do Conselho, está? Então, é possível acessar a
3398 fala do Herman na plenária, pela página do YouTube do Conselho do Meio Ambiente.

3399 **A SRª. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**
3400 **da Mata Atlântica) –** Maravilha. Obrigada, gente, pela informação. Maravilha!

3401 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
3402 **Conselho – GARCO) –** Ótimo! Eu pergunto agora se a Fátima consegue... Vamos tentar,
3403 Fátima?

3404 **A SRª. FÁTIMA BORGHI -** Oi, obrigada. Estão ouvindo melhor? Melhorou?

3405 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA -** Está baixo.

3406 **A SRª. FÁTIMA BORGHI –** E eu tentei [ininteligível] mais, eu vou falar um pouco mais
3407 alto pode ser?

3408 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
3409 **Conselho – GARCO) –** Sim.

3410 **A SRª. FÁTIMA BORGHI -** E serei breve. É, então, eu cumprimentei a todos e
3411 cumprimentei pela excelência da palestra, mas ainda eu enviei ao o Capobianco, pedindo
3412 que [ininteligível] todos os demais Conselheiros, um trabalho que fiz a respeito do voto
3413 da Ministra e nomeei como “Balizas a serem seguidas”, sobre o tema de
3414 inconstitucionalidade novamente. Estão me ouvindo? Razoável, não é?

3415 **A SRª. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**
3416 **da Mata Atlântica) –** Eu só ouvi até o “enviei para o Capobianco”.

3417 **Dia 25-10-2023 - Seminário GARCO - Parte 2:**

3418 **A SRª. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**
3419 **da Mata Atlântica) –** O trabalho que fiz, mas não vi o que é o trabalho.

3420 **A SRª. FÁTIMA BORGHI** - Balizas. Das balizas frente à DPF, da Ministra, para que não
3421 ocorra novamente a inconstitucionalidade. Então, está um trabalho muito técnico. Eu colo
3422 o que a Ministra fala. Então, eu penso que seria de grande valia uma vez que está colado
3423 o que a Ministra fala pessoalmente. Então, se os senhores ainda não tiveram acesso, eu
3424 pedi também para o Diretor que enviasse para o Secretário. Mas eu não tenho os e-mails
3425 de todos para enviar. Mas posso passar o meu, vou escrever aqui. Se ainda não
3426 receberam, por favor, escreva o que eu envio. Porque eu não tenho o e-mail dos
3427 senhores. Deu para entender?

3428 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
3429 **Conselho – GARCO)** – Está. Entendemos, sim, Fátima. Eu diria o seguinte. Não,
3430 primeiro agradecer a sua disponibilidade. Eu diria assim, se você puder colocar ali no
3431 chat o seu endereço, para quem puder copiar, mas também pediria a gentileza, se for
3432 possível, encaminhar para o e-mail oficial do CONAMA. E aí a Secretaria encaminha para
3433 todos nós depois.

3434 **A SRª. FÁTIMA BORGHI** - É, eu já encaminhei, já encaminhei. Mas eu acho que seria
3435 de valia comentar isso com o senhor para que pudesse ter acesso mais rápido ao
3436 documento. Porque é um documento longo, o voto é longo. Então, é necessária uma
3437 atenção, talvez, especial. Foi um trabalho técnico, os senhores poderão ver. Só lá no fim
3438 eu dou minha opinião pessoal. Mas no resto é um trabalho técnico, de colagem. E eu
3439 explico o que ela falou. E agradeço a atenção.

3440 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
3441 **Conselho – GARCO)** – Ok. Não, então, se é que eu entendi, se você puder, mesmo que
3442 você já tenha mandado, a Marcela está dizendo aqui que já recebeu, mas estou
3443 entendendo que recebeu o voto da Ministra. Se você puder mandar esse compilado,
3444 essas principais balizas, eu acho que isso, para aqueles que não tiverem tempo de ler
3445 todo, enfim, o voto, creio que ajuda sim no debate, está bom? Bom, gente, eu estou
3446 entendendo o seguinte, Marcela, a gente chegou aqui na conclusão do trabalho, do
3447 seminário, eu estou entendendo que a gente precisa realizar, penso eu, dois encontros,
3448 sabe? Um primeiro agora, assim que for possível a gente ter a sistematização aqui do
3449 seminário, eventualmente a transcrição, os principais pontos, que a gente pudesse se

3450 debruçar e levantar as questões que são mais, digamos assim, as mais focais aqui para
3451 a nossa proposta. E uma segunda rodada, um segundo encontro, para já alinhar o que
3452 seria essa nossa proposta. Então, eu não sei, em razão do tempo, eu mesmo já estou
3453 estourado ali no horário, minha sugestão é que a gente fizesse uma consulta à
3454 possibilidade de data, assim como a gente fez para os seminários, se a gente puder
3455 combinar um esquema em que as pessoas... Tem aquele mecanismo, aquele tal de
3456 Doodle, que você diz lá mais ou menos quais são as suas disponibilidades de data, talvez
3457 aquele funcione, não é? Não, mas pode ser na base do e-mail também, o importante é,
3458 eu falei do Doodle, mas nem sei usar aquilo lá, está? Mas, enfim, qualquer coisa aí a
3459 gente... O importante é a gente, assim, combinar o que precisa encontrar as datas para
3460 a gente agora retomar o nosso trabalho, porque agora é mais executivo, não é? Enfim,
3461 até agora a gente estava levantando questões, etc., mas agora a gente já tem que ir para
3462 uma fase de sistematização, de encaminhamentos, e eu vejo, para mim está ficando mais
3463 claro ainda, que o nosso trabalho, embora centrado na questão da composição ou
3464 recomposição, esse é um trabalho que vai derivar para outros tópicos igualmente
3465 fundamentais, como, por exemplo, participação, como, por exemplo, mecanismos de, não
3466 de divulgação, mas de interação com outros públicos, que são questões que dialogam
3467 com aquele princípio de garantir participação efetiva das pessoas. Acho que são
3468 questões como essas que a gente vai ter que se debruçar. O Rafael está fazendo uma
3469 sugestão e a gente encaminha.

3470 **O SR. RAFAEL GANDUR GIOVANELLI – TITULAR (Fundo Mundial para Natureza -**
3471 **WWF BRASIL) -** Muito rápido e objetivo. Primeiro, só dizer que esses seminários estão
3472 sendo muito instrutivos e acho que a tua presidência, Mauro, está sendo fundamental. A
3473 fala do Gustavo, para mim, deixa evidente que a gente precisa fortalecer o Conama,
3474 porque nos últimos anos, não é só dos últimos quatro, antes disso está se enfraquecendo
3475 e acho que a gente tem uma missão histórica até de resgatar e fortalecer esse Órgão
3476 para o bem da Política Ambiental do país. Então, acho que está sendo muito instrutivo e
3477 tua presidência está sendo fantástica para a gente conseguir cumprir essa missão. Eu
3478 acho que a gente precisa fazer algo ao mesmo tempo rápido para pegar esse debate
3479 quente ainda, não deixar esfriar e não perder. Mas, ao mesmo tempo, acho que
3480 conversando a gente consegue ir aparando algumas arestas e talvez chegar o mais perto

3481 possível de uma proposta, o máximo possível de consenso. Então, talvez, como a gente
3482 ainda não vai conseguir colocar esse tema na pauta da plenária do começo de novembro,
3483 porque já não entrou, talvez a gente pudesse marcar uma primeira reunião no comecinho
3484 de novembro, talvez nas próximas semanas, para pegar esse assunto quente e aí,
3485 aproveitar para reforçar o pedido. Inclusive, a gente fez um convite formal para você,
3486 Mauro. No dia 23, a Sociedade Civil vai organizar um seminário técnico para debater o
3487 assunto. Inclusive, vai ser realizado no auditório do ICMBio. Estamos trazendo todos os
3488 Conselheiros, inclusive outras organizações da Sociedade Civil, para fazer uma coisa
3489 bem embasada. Vai ser no dia 23. Então, se a nossa segunda reunião puder ser depois
3490 disso, ou na última semana de novembro, ou na primeira de dezembro, acho que seria
3491 bacana, porque aí a gente consegue pegar o momento quente e, enfim, avançar o
3492 máximo possível. Então, ficaria só essas sugestões. E reiterar o pedido, se você puder
3493 estar com a gente no dia 23, Mauro, seria incrível.

3494 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
3495 **Conselho – GARCO) –** É dever. Não, estou dizendo..., é. Lá no auditório do ICMBio, tem
3496 dia que é igual a chuva. Se chover, o som dá um probleminha, entendeu? Mas, tirando
3497 isso, o resto funciona bem. Não, mas a gente resolve. Vai ser um prazer, sim, participar
3498 com vocês. Não prometo poder ficar uma boa parte, porque lá é puxado. Mas, enfim, fica
3499 aí o convite. Acho fundamental, acho que enriquece o nosso trabalho. Então, a minha
3500 sugestão é essa, gente. Vamos ver aqui com a Secretaria Executiva uma proposta de
3501 data. Eu já digo que na primeira semana de novembro, para mim, é impossível, porque
3502 tem uma viagem marcada três meses atrás. Mas, logo em seguida, seria possível, sim.
3503 E a gente combina, informa a todos vocês sobre essa data. E vamos, nessa próxima
3504 reunião, portanto, fazer, digamos assim, um pequeno relato das principais questões. Ou
3505 seja, todo mundo já terá recebido a síntese das discussões, das exposições.
3506 Começamos, então, com isso, com esse relato, com essa discussão, os tópicos que cada
3507 um interessa, o que fala mais rápido, fala mais diretamente, melhor dizendo. E se a gente
3508 conseguir, já nesse dia, um esboço do que seria essa proposta e também do que não é
3509 essa proposta. Porque, às vezes, isso também ajuda. Aí a gente parte para um segundo
3510 encontro, que poderia ser depois, portanto, do dia 23 de novembro. Até porque, como
3511 você, como Rafael lembrou, a última plenária vai ser agora em novembro. Então, não

3512 teremos condições de apresentar o resultado do GT. Fica para o ano que vem. Então, eu
3513 creio que fazendo esse segundo encontro, depois do dia 23 de novembro, é mais aí uma
3514 contribuição para o nosso trabalho. Podemos encaminhar assim, gente? Enfim, pela
3515 manifestação que estou vendo, quem está aqui no vídeo, quem não está, eu não estou
3516 vendo, então. Mas acho que a gente vai nessa linha e, tendo alguma questão, tendo
3517 alguma, enfim, algum tópico aí, acionem a gente. Acho que o importante é aquilo que o
3518 Rafael acabou de comentar. É uma oportunidade única de a gente reforçar, de a gente
3519 fortalecer o nosso principal Conselho, a nossa principal instância de governança da
3520 Política Ambiental Brasileira. E, com isso, vou encerrando aqui, Júlia, Marcela e Joana.
3521 Se vocês permitirem, eu já agradeço a presença de todos vocês. Muito bom ter
3522 participado desse seminário. Acho que trouxe ótimas recomendações. Fiquem todos
3523 bem. Gente, muito obrigado, viu? E a Priscila, cuidado aí na hora de dirigir.